

Centro de Educação e
Assessoramento Popular (CEAP)

Relatório da sistematização de práticas metodológicas de formação na Educação Popular em ambiente virtual

Dez experiências realizadas
no contexto da Covid-19



FORMAÇÃO
para o controle social no SUS - 2ª edição



Relatório da sistematização de práticas metodológicas de formação na Educação Popular em ambiente virtual

Dez experiências realizadas
no contexto da Covid-19

Passo Fundo
Saluz
2022

2022 - Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP)



Esta obra está disponível nos termos da licença Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 4.0 Internacional (CC BY-NC-SA 4.0) de Creative Commons. De acordo com os termos desta licença, esta obra pode ser copiada, redistribuída e adaptada para fins não comerciais, desde que a nova obra seja publicada com a mesma licença Creative Commons, ou equivalente, e com a referência bibliográfica adequada.

Edição: EAB Editora
Projeto gráfico, capa e diagramação: Diego Ecker
Normalização: Diego Ecker
Revisão: Araceli Pimentel Godinho

Organização

Elenice Pastore
Paulo César Carbonari

Autoria

Ésio Francisco Salvetti
Jonas Valente
Rejane Matos
Marcos Rodrigues da Silva
Iara Duarte Lins
Paulo César Carbonari
Oscar Jara Holliday
Eldon Henrique Mühl
Elza Maria Fonseca Falkembach

Realização

Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP)

Parceria

Conselho Nacional de Saúde (CNS)

Apoio financeiro

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS)

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte

C397r Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP)
Relatório da sistematização de práticas metodológicas de formação na Educação Popular em ambiente virtual : dez experiências realizadas no contexto da Covid-19 [recurso eletrônico] / Centro de Educação e Assessoramento Popular. – Passo Fundo: Saluz, 2022.

142 p. ; 8 MB ; PDF.

ISBN: 978-65-85133-06-7.

DOI: 10.5281/zenodo.7964175

1. Educação popular. 2. Processos formativos.
3. Ambientes virtuais de aprendizagem. 4. Pandemia de Covid-19. 5. Saúde pública. I. Título.

CDD: 370

CDU: 374

Catalogação: Marina Miranda Fagundes - CRB 14/1707

2022

Editora Acadêmica do Brasil - EAB Editora
Rua Senador Pinheiro, 350, Sala 01
99070-220, Passo Fundo, RS
www.eabeditora.com.br

SUMÁRIO

Sobre o CEAP	4
Sobre o projeto.....	5
Apresentação	8
Memória do processo de sistematização de práticas metodológicas de formação na Educação Popular em ambiente virtual no contexto da Covid-19	12
Paulo César Carbonari	
Relatório da sistematização.....	23
Ésio Francico Salvetti	
Mergulhando nas experiências... ..	41
Iara Duarte Lins	
Relato do processo de sistematização de práticas de formação “Curso de formação de agentes populares de saúde” e “Curso de extensão Hilário Dick: acompanhamento e assessoria pastoral para jovens”	62
Jonas C. L. Valente	
Relato do processo de sistematização de práticas de formação das organizações Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (Unisol Brasil) e ATER Mulher e no Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan)..	82
Marcos Rodrigues da Silva	
Relatório do processo de sistematização	100
Rejane Matos	
Anexo	114

SOBRE O CEAP

O Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP) é uma organização da sociedade civil, não-governamental, sem fins lucrativos, autônoma, comprometida com a construção de um projeto de sociedade democrático e popular para o Brasil, tendo a Educação Popular como elemento central da sua atuação. Fundado em 1987 e sediado em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, tem como missão a “Defesa e promoção da democracia e dos direitos humanos, fortalecendo os sujeitos sociais populares e seus processos a partir da Educação Popular”. Sua ação estratégica centra-se na formação político-pedagógica, na produção e sistematização de conhecimentos para e com sujeitos sociais populares, principalmente no tema do direito humano à saúde.

SOBRE O PROJETO

O Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP), em 2017, iniciou uma experiência formativa para o controle social no SUS, em parceria com o Conselho Nacional da Saúde (CNS), articulada pela Comissão Intersetorial de Educação Permanente para o Controle Social no SUS (CIEPCSS) e financiada pela Organização Pan-Americana de Saúde/Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS) no Brasil. Foram realizadas 70 oficinas formativas com conselheiros/as e lideranças sociais e populares de saúde em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. Objetivou-se desenvolver ações que buscavam promover a atuação em processos de democratização do Estado, na garantia dos direitos sociais e na participação da população na política de saúde, reafirmando o caráter deliberativo dos conselhos de saúde, tendo em vista o fortalecimento do controle social no Sistema Único de Saúde (SUS).

Essa experiência reafirmou a necessidade e a importância de processos formativos para o controle social e lideranças sociais, a fim de fortalecer a luta pelo direito humano à saúde no Brasil. A partir disso, em 2019, renovou-se a parceria CNS, CIEPCSS, CEAP e OPAS/OMS e desenvolveu-se o Projeto de Formação para o Controle Social no SUS – 2ª edição. Objetivou-se “qualificar e fortalecer a atuação dos conselheiros/as da saúde e lideranças dos movimentos sociais que atuam na defesa do SUS em todas as unidades federativas do Brasil”.

O projeto previa a elaboração de materiais educativos (cartilhas e audiovisual), oficinas de formação para o controle social em todos os Estados e no Distrito Federal e plataforma eletrônica para dar suporte e mediar o processo formativo. Contudo, após a realização de sete oficinas presenciais, em março de 2020, as atividades presenciais foram suspensas devido à pandemia da Covid-19.

A pandemia trouxe um novo acontecimento e um contexto que forçou reaprender e reinventar: novas formas de encontros, novas formas de aprender e ensinar, novas formas de continuar a lutar pelos direitos humanos, pela vida. Percebemos que esse reinventar-se, principalmente na realização de processos formativos, não poderia reduzir-se a práticas puramente transmitidas virtualmente, era necessário “mais” – esse “mais” tornou-se, inclusive,

objeto do projeto. Assim, readequou-se a configuração de realização das oficinas formativas e introduziram-se novas ações no projeto que pudessem responder ao contexto e contribuir com a qualificação e o fortalecimento da atuação dos/as conselheiros/as e lideranças de movimentos sociais que atuam na defesa do SUS, objeto do referido projeto.

As oficinas de formação foram adequadas para o ambiente virtual, desenvolvidas a partir de metodologias participativas e mantiveram o caráter de multiplicação. Ao todo, foram realizadas 80 oficinas formativas em ambiente virtual, 27 seminários estaduais em defesa do SUS e 15 cursos de ferramentas virtuais participativas.

Nessa nova fase do projeto foi inserida uma ação de sistematização de novas metodologias de formação, objetivando “Sistematizar práticas metodológicas de formação na Educação Popular realizadas em ambiente virtual desenvolvidas por sujeitos sociais populares em suas organizações no contexto da pandemia Covid-19 (abril 2020 e março 2021), a fim de acumular subsídios para sua recomendação a processos formativos e organizativos”. Foram sistematizadas 10 práticas formativas desenvolvidas pelas seguintes organizações e movimentos sociais populares: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Coletivo Intervezes, Pastoral da Juventude (PJ), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Universidade Livre Feminista (ULF), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) e Odara – Instituto da Mulher Negra.

O projeto de pesquisa “A pandemia de Covid-19 e os impactos no controle social do SUS”, foi outra ação realizada. Este objetivou construir um diagnóstico sobre os impactos da Covid-19 no controle social do SUS, bem como as alterações nas dinâmicas, pautas e estratégias de suas instâncias. Resultaram sete produtos: 1) análise das entrevistas que foram feitas com representantes das mesas diretoras e Comissões de Educação Permanente dos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal; 2) vídeos com a síntese das entrevistas; 3) revisão de escopo sobre a literatura que trata da saúde e participação social na América; 4) análise das atas dos Conselhos Estaduais e do Distrito Federal de julho de 2019 a janeiro de 2021; 5) análise da estratégia de formação do Conselho Nacional de Saúde; 6) perspectivas para as pesquisas sobre controle social no SUS, realizadas a partir de depoimento de pesquisadores brasileiros de referência no tema; 7) levantamento da

estrutura e do plano de necessidades dos Conselhos de Saúde dos estados e do Distrito Federal.

Juntamente a isso, produziram-se novos subsídios formativos: cartilha eletrônica; quiz do financiamento; guia do uso de ferramentas virtuais, além de audiovisuais sobre o orçamento e financiamento do SUS, controle social, organização e funcionamento do SUS, instrumentos de planejamento e ciclo orçamentário do disponibilizados no site do CEAP: www.ceap-rs.org.br.

A formação, a pesquisa e a sistematização compuseram uma tríade que se retroalimenta continuamente durante a execução das ações, potencializando-se mutuamente. Para realizar a formação para o controle social no SUS, era fundamental pesquisar sobre o tema em várias perspectivas, inclusive contemplando como objeto novo a pandemia. Também era necessário aprender com as experiências que estavam sendo desenvolvidas por vários sujeitos com grande atuação no tema em âmbito nacional. Da mesma forma, a experiência desenvolvida por CEAP, CNS e OPAS/OMS no Brasil acrescenta a esses processos elementos novos e inovadores, tanto para o debate sobre o controle social do SUS no Brasil quanto para a realização de processos formativos à luz da Educação Popular no formato virtual.

É assim: a Educação Popular como um conjunto de processos que se somam, tal qual nas palavras de Paulo Freire: “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.”

APRESENTAÇÃO

A formação permanente como processo coletivo para o fortalecimento das intersubjetividades organizadas é prática fundamental da Educação Popular. Propõe-se a realizar comunidades de vida que atuem na transformação de realidades. É um exercício de realização do que ainda não está pronto, fazendo acontecer o enfrentamento de situações-limite para inaugurar o “inérito viável”, para realizar o impossível.

A pandemia de Covid-19 se instalou como acontecimento que marcou profundamente a vida (e, para milhões, significou a morte ou graves sequelas). Assim como em outras dimensões, também impactou a Educação Popular e os processos formativos. Enfatizou ainda mais as tecnologias da informação e da comunicação, visto que as tornou centrais para que se mantivesse algum grau de interação – os velhos modos para tal já não foram usáveis (carta, telefonema, sequer uma simples mensagem). E elas se revelaram bastante funcionais, inclusive ao desenvolvimento de muitas ações políticas de organizações e movimentos populares, entre as quais a realização de atividades formativas de Educação Popular.

Uns/Umás dirão que não havia outra alternativa e que, mesmo suscetíveis a ter que fornecer preditivamente dados não autorizados que voltariam contra os/as próprios/as usuários/as em várias formas de controle ou de “oferta mercadológica”, pelo menos se poderiam manter atividades estratégicas. Outros/as buscaram formas alternativas não comerciais de realizar as mesmas atividades, e as encontraram. O fato é que, independentemente do caminho tomado, as tecnologias passaram à centralidade da ação, ainda que nem sempre acompanhadas de reflexões ou de decisões que escapassem de respostas funcionais.

Na semana em que se experimentou o “apagão”¹ de algumas redes sociais controladas por um único senhor, ao menos de uma coisa o/a mais comum dos/as usuários/as se deu conta: estamos completamente dependentes e, se, por algum motivo, toda esta maquinaria deixar de funcionar, nada temos

1 Ver, entre outras fontes, em <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2021/10/04/whatsapp-fora-do-ar-o-que-se-sabe-ate-agora.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

a fazer; e talvez reste voltar a usar outros meios, ainda que mais arcaicos e lentos. Mas é pouco perceber-se disso quando, na mesma semana, saíram publicadas manchetes vistosas nos principais jornais do mundo denunciando que esses mesmos recursos “prejudicam as crianças, intensificam a divisão e enfraquecem a nossa democracia”².

Será que é somente o modo como são usados, havendo neles uma boa essência, ou será mesmo uma questão de modo de ser que os faz assim? A esta altura, parece ingênuo seguir acreditando na primeira alternativa. Existem riscos reais às pessoas e às sociedades. Talvez ainda nem saibamos dimensioná-los o suficiente. Mas, se já sabemos que existem, precaução e crítica são o mínimo que podemos esperar. A precaução, para que sejamos mais cautelosos/as, de modo que seus impactos não sejam ainda mais irreversíveis, ao menos. A crítica, não necessariamente como sinônimo de simples ataque em seu todo – como tentam fazer crer os/as que pretendem desqualificá-la –, mas para promover espaço de debate e para que este, inclusive, não seja sequestrado pelos recursos tecnológicos. Concretizando e aproximando ainda mais este debate, cabe a pergunta: em que medida práticas formativas em Educação Popular realizadas por movimentos e organizações populares são impactadas considerando este contexto?

Por considerar estas questões – e muitas outras – de alta importância e de profunda relevância pedagógica, ética e política, o Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP), em conjunto com dez organizações e movimentos populares que aceitaram o convite, contando com apoio de sistematizadores/as e de colaboradores/as, enfrentou o desafio da sistematização de práticas metodológicas de formação na Educação Popular em ambiente virtual no contexto da Covid-19. Trata-se de uma construção coletiva, que exigiu engajamento e participação intensos durante seis meses de trabalho e que resulta nesta publicação, reunindo um pouco do rico processo realizado de março a agosto de 2021. Esta realização é parte de um conjunto de outras atividades levadas a efeito com apoio da Organização Pan-Americana da Saúde, por meio do Escritório Regional da Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), sendo parte do Projeto de *Formação para o Controle Social no SUS 2*, realizado pelo CEAP para o Conselho Nacional de Saúde (CNS).

2 Como denunciou a ex-funcionária do Facebook Frances Haugen perante Comissão do Congresso Norte-Americano, referindo-se particularmente à empresa para a qual prestou serviços. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2021/10/05/produtos-do-facebook-prejudicam-criancas-e-enfraquecem-democracia-diz-delatora-ao-senado-dos-eua.ghtml>. Acesso em: 10 out. 2021.

O trabalho dá continuidade ao estudo realizado em 2020,³ que fez uma primeira aproximação ao tema, em diálogo com mais de vinte organizações e movimentos populares. Agora focando nas dimensões político-educativas e, particularmente, em metodologias de formação, desenvolveu-se este mutirão de sistematização de práticas. O objetivo geral deste exercício se enuncia assim: “Sistematizar práticas metodológicas de formação na Educação Popular realizadas em ambiente virtual desenvolvidas por sujeitos sociais populares em suas organizações no contexto da pandemia Covid-19 (abril 2020 e março 2021), a fim de acumular subsídios para sua recomendação a processos formativos e organizativos”. Este exercício procurou tomar a sério a questão de saber, como sugere Oscar Jara (2018, p. 146), “qual aspecto central dessas experiências nos interessa mais?” Ele se refere ao eixo comum da sistematização que se buscaria construir considerando diferentes e diversas práticas formativas. Assim, colocou-se a desafiadora questão de saber sobre *“fatores que fragilizaram e/ou potencializaram a resistência e a ação transformadora das práticas formativas na Educação Popular realizada com tecnologias digitais no contexto da pandemia Covid-19”*. Ela orientou o processo e também a formulação dos produtos que aqui estão apresentados.

A memória breve de todo o processo realizado abre a publicação. A ela, seguem-se as sistematizações de práticas desenvolvidas por organizações e movimentos populares que aceitaram este desafio. Contam com a contribuição direta de seus representantes em todo o processo, e inclusive no texto final, que também tem o modo próprio de dizer de cada um/a dos/as sistematizadores/as. Seguem artigos com uma apresentação das práticas formativas desenvolvidas por Central Única dos Trabalhadores (CUT), Coletivo Intervezes, Pastoral da Juventude (PJ), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Universidade Livre Feminista (ULF), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) e Odara – Instituto da Mulher Negra. A ordem de apresentação segue a que foi feita durante os debates no processo de sistematização.

A sistematização de cada uma das práticas é seguida por uma reflexão que busca recolher elementos e subsídios diversos e colocá-los em diálogo crítico. Como se diz no marco referencial, “não se trata de ‘fundir’ posições

3 Disponível em: <https://estudocovid.ceap-rs.org.br/>.

ou mesmo perspectivas, trata-se de buscar possíveis ‘equivalentes’ que possam sugerir pontes entre os/as diversos em construção dialógica, por isso aberta”. Enfim, trata-se de “obter lições da prática sobre temas de preocupação comum, além de, a partir de cada uma das práticas, levantar elementos ‘inspiradores’ para as próprias práticas sistematizadas e para outras, inclusive para futuras práticas de outros movimentos e organizações”.

Desejamos que esta contribuição se realize como parte do grande processo de construção de novas possibilidades para as metodologias de atuação formativa em Educação Popular, sempre em construção, desafiadas pelas realidades, mas sem perder de vista o principal: formar sujeitos/as que transformem o mundo. Ela se coloca como mais uma palavra nesta roda de diálogo e, por isso, conta com as avaliações, críticas e sugestões de todos/as quantos/as se sentirem desafiados/as a este diálogo pedagógico.

Passo Fundo, outubro de 2021.

Elenice Pastore
Diretora do CEAP

Paulo César Carbonari
Coordenador da Sistematização pelo CEAP

Memória do processo de sistematização de práticas metodológicas de formação na Educação Popular em ambiente virtual no contexto da Covid-19

Paulo César Carbonari¹

Esta narrativa tem por finalidade recompor o processo de sistematização de práticas metodológicas de formação na Educação Popular em ambiente virtual no contexto da Covid-19 realizado pelo Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP). Trata-se de uma experiência incrível, forte, marcante e, acima de tudo, gratificante. Ela significou a construção de espaços de encontros para fazer se achegarem inquietantes buscas.

Mais do que uma descrição do ocorrido, o que se pretende é recuperar as principais citações que são trazidas em lampejos de memória. Não somos nem pretendemos ser Funes, o memorioso, de Jorge Luis Borges²; tampouco pretendemos ter mais lembranças do que todos os homens tiveram desde que o mundo é mundo. Queremos, diferente dele, ser capazes de pensar, ainda que fazê-lo seja “esquecer diferenças”, “generalizar, abstrair”. Fazer subsistir alguns “detalhes, quase imediatos”, é, talvez, nosso grande desafio, ainda que diferente do modo Funes. Sistematizar é, no fundo, uma grande luta entre preservar “detalhes”, reforçar distinções e diferenças, generalizar e abstrair... que luta difícil! A melhor saída é não querer escolher por uma das saídas, mas combinar as duas.

Sistematizar não é uma simples atividade da qual um/a alguém se pode desincumbir de modo funcional. Ela exige participação e engajamento que toma os/as sujeitos/as que dela fazem parte, tendo-os por dentro e colocando-os para dentro dos processos. Toma conta da vida num exercício de

1 Doutor em Filosofia (Unisinos), militante de direitos humanos (CDHPF/MNDH), educador social e associado do CEAP, coordenador do Grupo de Trabalho Sistematização (GTS) do CEAP.

2 Ver BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Trad. Davi Arriguci Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

elaboração compartilhada de processos de vida que, ao serem sistematizados, passam a ser muito mais do que qualquer reconstrução pode dar conta de fazer. Eles são, no fundo, rodas de diálogo, aquele diálogo que se faz exigência existencial. Por isso, tem até um momento de partida, mas sua realização é um desdobrar-se no qual o compromisso mútuo se converte, por converter a cada participante, em troca, mas também em doação, e no qual o sentido não é aquele ser buscado, mas o que se faz nas interações realizadas.

A experiência de sistematização que narramos aqui não é em nada melhor nem pior do que muitas outras que já foram realizadas. Ela é a que pudemos fazer, e realizamos. E vamos contá-la em três atos: no primeiro, retomaremos o que se pretendia; no segundo, o que se fez; no terceiro, será comentado o feito, de modo a refazer sentidos muitos.

Primeiro ato: as expectativas e a organização

O processo de sistematização nasceu do “Estudo sobre impacto da Covid-19 na ação político-organizativa e político-educativa dos movimentos sociais populares brasileiros: identificação de posições e perspectivas de análise”, realizado em 2020 pelo CEAP³. Inédito em sua forma e no que mostrou de conteúdo, entrevistou lideranças, dirigentes de movimentos e organizações populares de todo o Brasil para recolher suas impressões e o modo como lidaram com a pandemia Covid-19. Ali, levantaram-se várias questões que foram agrupadas na dimensão político-educativa. Entre elas, estavam as que diziam respeito a processos formativos, às metodologias e aos recursos utilizados para sua realização na pandemia.

A segunda fonte de inspiração vem da longa trajetória do CEAP com a Educação Popular – lá se vão mais de 30 anos. E também vem de uma atuação mais recente, no próprio contexto pandêmico, com o desenvolvimento de uma ampla atividade formativa com conselheiros/as de saúde em parceria com o Conselho Nacional de Saúde (CNS). A atuação do CEAP sempre problematizou a necessidade de “atualizar” o significado da Educação Popular às realidades nas quais se insere e, particularmente, avaliar as metodologias

3 Ver CENTRO DE EDUCAÇÃO E ACESSORAMENTO POPULAR (CEAP). *Estudo sobre impacto da COVID-19 na ação político-organizativa e político-educativa dos movimentos sociais populares brasileiros: identificação de posições e perspectivas de análise*. Passo Fundo: CEAP; EAB Editora, 2020. Disponível em: <https://estudocovid.ceap-rs.org.br>. Acesso em: 18 nov. 2021.

desenvolvidas, visto não serem meras técnicas operativas mas, sim, modos de ser/fazer Educação Popular.

A essas duas fontes, somou-se a oportunidade de desenvolver uma experiência única de sistematização de práticas formativas realizadas durante a pandemia, que se colocou com uma questão adicionalmente determinante: teria que ser realizada em ambiente totalmente virtual. Ou seja, a sistematização de práticas desenvolvidas em ambiente virtual, ela própria, precisaria, em razão da necessidade dos cuidados sanitários, ser realizada em ambiente virtual, uma oportunidade única e profundamente desafiante.

Tomadas as premissas históricas em questão e viabilizadas as condições para sua realização como parte da Carta Acordo SCON2019-00192, celebrada entre o CEAP e a Organização Pan-Americana da Saúde, Escritório Regional da Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), nominada Formação para o Controle Social no SUS 2, mediada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), partiu-se à organização de sua viabilização. A primeira tarefa foi a elaboração de um Termo de Referência que orientaria todo o processo e, junto com ele, a interlocução com organizações e movimentos populares para seu engajamento na proposta, além da formação da equipe de sistematizadores/as e o convite a colaboradores/as que, junto com a coordenação, formariam o que se chamou de Grupo de Trabalho Sistematização (GTS) do CEAP.

Feitos todos os procedimentos para que o GTS pudesse se reunir, marcou-se a primeira reunião. Pessoas de vários cantos, lugares, de distintas formações e experiências se juntaram para começar a conversar e tomar conhecimento da proposta constituída no Termo de Referência. Expectativas trocadas, olhares e “abraços” pelas telinhas, o primeiro encontro foi sendo completado com muitos outros; foram em torno de 15 reuniões de trabalho, sempre às sextas-feiras, de março a agosto de 2021. Muitas delas aconteceram para o cumprimento deste primeiro ato; outras, para o segundo; outras, ainda, para o terceiro.

A primeira tarefa foi construir um Marco Referencial de Orientação da Sistematização (MROS). Ele detalharia os aspectos contidos no Termo de Referência. Foram várias conversas, levantamento de desejos, expectativas e preocupações (organizadas e publicadas junto ao MROS), leituras de subsídios, alguns deles presentes nas atividades (especialmente Oscar Jara e Elza Falckembach), facilitando diálogos e esclarecimentos para dar as bases de referência do sentido de realizar sistematização. Enfim, ficou elaborado o MROS. O momento seguinte seria o de definir quem sistematizaria qual prática. A coordenação formulou uma proposta, apresentou-a

ao GTS: comentários, dúvidas, preocupações... mas tudo ficou combinado. Além das responsabilidades específicas, ficou acertado que haveria apoio mútuo entre sistematizadores/as – uns declararam ter menos experiência e requisitaram apoio dos/as mais experimentados/as.

Constituíram-se momentos ricos e profundos de elaboração coletiva. Os debates foram todos incrivelmente significativos e trouxeram para o documento as diversas perspectivas, mas também as convergências em comum. Um dos momentos mais significativos foi o que levou ao eixo da sistematização, visto que escolhas precisavam ser feitas e todas pediam para afastar-se de certas possibilidades e acolher outras. Enfim, chegou-se a uma proposta ousada e formulada da seguinte maneira: “Fatores que fragilizaram e/ou potencializaram a resistência e a ação transformadora das práticas formativas na Educação Popular realizada com tecnologias digitais no contexto da pandemia Covid-19”. Logo percebeu-se que seria muito exigente. Insistiu-se nele exatamente para promover o tensionamento necessário no processo de sistematização, que é muito mais do que recolher e recontar uma experiência vivida.

Outro momento marcante foi o que levou a registrar as questões entendidas como necessárias nos processos específicos de sistematização. Interessavam as questões de Educação Popular, de ação formativa, de metodologias formativas; não em geral mas, sim, consideradas nas condições de sua realização: em ambiente virtual, no contexto pandêmico. Isso levou a estudar essas questões, perceber as novas especificidades respectivas. Foi momento tenso e difícil, afinal todos/as estavam convivendo com tudo isso no próprio processo de sistematização. Bom poder contar com a presença de um estudioso do assunto entre os sistematizadores/as, Jonas ajudou muito. A lista de questionamentos chegou a dez itens – um mais complexo do que o outro.

Outro momento forte foi o da definição da metodologia a ser levada adiante no próprio processo de sistematização. Contava-se com um primeiro desenho constante no Termo de Referência, que foi aprimorado. Enfatizou-se a distinção entre “plano”, “processo” e “produto” da sistematização. Considerando esses aspectos, trabalhou-se a proposta metodológica constituindo-a de “momentos”, condensados em cinco: 1) atuação de grupo de trabalho sistematização; 2) definição de Marco Referencial de Orientação da Sistematização (MROS); 3) “imersão” na prática; 4) elaboração de documentos de sistematização; 5) validação e socialização. Assim, passou-se a ter um roteiro com a especificação do que seria feito em cada um dos momentos.

A complementação deste primeiro ato, já em transição com o segundo, foi o da elaboração de um Plano de Sistematização das Práticas Específicas (PSPE), para o qual se elaborou um roteiro que serviria de guia para que sistematizadores/as o construíssem, em diálogo com as práticas que seriam sistematizadas e seus agentes, visto que seria um dos primeiros exercícios a ser realizado por cada um/a dos/as sistematizadores/as no “momento 3”, no qual fariam a “imersão na prática” a sistematizar. Nele, completa-se o rico processo de elaboração que resultou na produção de um Documento de Sistematização de cada Prática Específica (DSPE) e a elaboração de um Documento de Sistematização do Comum (DSC), todos reunidos nesta publicação.

O momento preparatório também fechou uma agenda de trabalho – com a descrição de datas, prazos, atividades, responsáveis, participantes –, toda ela pactuada com os/as diversos/as participantes, de modo que dela se poderia dar conta no curto tempo que se teria – já era maio e junho chegava: havia todos os processos, diálogos, coleta de documentos, enfim, todas as elaborações previstas. Alegrementemente, concluímos que seria uma grande exigência, mas passível de ser realizada. Demos mais um passo.

Segundo ato: realização

O planejamento já é parte da realização do processo de sistematização, por isso sua separação aqui realizada é somente didática, nada mais do que isso. Assim, a elaboração de todo o processo de planejamento feita no GTS é, já ela, parte do exercício da prática de sistematização.

Ela se completou com o processo de “imersão”, movimento necessário para entrar a fundo na realidade que se quer conhecer para, neste caso, sistematizar. Brincou-se que essa “ida a campo” seria feita de um modo totalmente único: mediada por ambientes virtuais. Encontraríamos pessoas, documentos, memórias somente pelo ambiente virtual. Uma sensibilidade outra precisou ser mobilizada e aguçada para promover diálogos entre sistematizadores/as e os/as agentes formativos/as de referência das práticas escolhidas por cada organização ou movimento popular para participar do processo de sistematização.

Esse momento foi vivido intensamente por cada um/a dos/as sistematizadores/as que, em reuniões do GTS, trazia suas impressões, suas angústias e suas realizações. Foram momentos muito ricos de troca e de mútuo fortalecimento, realizados como ocasiões de encontro e de construção de

possibilidades em diálogos. Cada prática se revelava com suas próprias qualidades, suas características. Inevitável algum grau de comparação, mas sempre feito com o cuidado de não reduzir, e sim de aprender. Cada um desses momentos era profundamente enriquecedor e tinha o condão de também contribuir para que quem não estava diretamente envolvido no diálogo com as práticas tivesse acesso em algum grau ao que ali se vivia. Aliás, a presença dos/as colaboradores/as nesses momentos se revelou de uma riqueza incrível, já que permitia perguntas e breves comentários que se complementavam ou problematizavam aquelas impressões imediatas dos/as sistematizadores/as.

A construção do Plano de Sistematização da Prática Específica (PSPE) se constituiu num momento rico para a delimitação do objeto da sistematização, a definição dos processos e dos recursos a serem buscados, a própria dinâmica que fazia com que os/as sujeitos/as das práticas as relessem de modo criativo e crítico. O plano também significou a definição dos processos e procedimentos que seriam adotados em cada uma das dinâmicas, quem participaria, quais informações seriam buscadas; enfim, um conjunto de definições que orientariam todo o processo – é ele a expressão guia de orientação do que se faria em cada processo de sistematização. O incrível é que os/as sistematizadores/as puderam perceber e relatar que, ainda que cada um/a estivesse com duas práticas para sistematizar, as dinâmicas e o processo de sua construção foi própria a cada uma, reafirmando a tese da originalidade de cada processo de sistematização. O engajamento e a construção coletiva são marcas desse momento.

Na implementação do próprio processo, vivenciou-se o identificar, selecionar, classificar e organizar materiais, saberes e práticas que serviriam de subsídio para a sistematização; buscaram-se textos, audiovisuais, jogos, registros fotográficos, relatórios e outros documentos, que já são mediações, mas mais uma vez mediados pelo ambiente virtual. As entrevistas, grupos focais, rodas de conversa, enfim, o contato com os/as sujeitos/as das experiências de práticas formativas sistematizadas também foi feito em ambiente virtual. O avizinhamo às práticas exigiu lidar com essas mediações, de modo que não somente foram objeto de estudo, mas estiveram presentes no próprio processo de sistematização.

O momento 4, de elaboração dos documentos de sistematização, foi também uma experiência intensa, de produção colaborativa entre sistematizadores/as e as referências das práticas, seus/suas interlocutores/as na elaboração. Para cada prática sistematizada, foi elaborado um Documento de Sistematização de cada Prática Específica (DSPE). A elaboração significou

um certo “emergir” da realidade, de modo a construir posicionamentos analíticos e crítico-interpretativos.

O exercício do DSPE contou com um roteiro para reportar (descrever, reconstruir a memória) a experiência prática sistematizada, apresentar uma análise crítico-interpretativo-problematizadora com base nas referências sugeridas e nas intuições criativas dos/as sujeitos/as da elaboração e, de modo sucinto, sugerir conclusões, sugestões e/ou recomendações especificamente metodológicas para a formação em ambiente virtual que foram recolhidas da experiência prática sistematizada, cumprindo, desta forma, também o passo da “inserção”. Acordou-se que, ainda que cada sistematizador/a o fizesse com seu próprio estilo, o DSPE teria a seguintes estrutura: 1) contextualização: para apresentar a proposta de sistematização, resumando os principais elementos constantes do PSPE; 2) reconstrução da prática: memória histórica da prática sistematizada e do próprio processo de sistematização a fim de conhecer o mais concretamente possível a experiência realizada; 3) análise e interpretação da prática: retomada dos objetivos e do eixo definido, produção de uma análise e interpretação crítica da prática realizada, buscando perceber tensões e conflitos, aspectos criativos e inovadores, os estrangulamentos e os avanços, as dúvidas e incertezas, as convicções e posições afirmadas; 4) conclusões e recomendações: balanço da prática para identificar as aprendizagens dela colhidas, além dos desafios e aspectos relevantes a serem sugeridos para outros espaços e práticas.

Essa elaboração contou com a leitura solidária dos/as sistematizadores/as, dos/as coordenadores/as e colaboradores/as, de modo que cada um dos documentos passou por várias leituras e comentários, os quais chegaram a cada sistematizador/a e também foram objeto de diálogo no Seminário (no final de julho), que contou com a presença das referências das práticas e de convidados/as dos movimentos e organizações populares participantes. Nele, cada sistematizador/a teve breve tempo para apresentar um resumo do documento, receber comentário e retornos com sugestões e subsídios para a qualificação da produção apresentada. O Seminário foi realizado em dois encontros. Tratou-se de momento tenso em razão da exiguidade do tempo disponível para uma produção tão rica e complexa. Ainda que condicionado por *chronos*, o momento foi muito rico para o conhecimento mútuo da construção e do processo realizado, especialmente para que as colaborações mútuas pudessem se realizar, junto com a colaboração solidária, especialmente dos/as colaboradores/as e da coordenação. Cada sistematizador/a pôde tomar as contribuições recebidas nesse Seminário, retomar o diálogo com as referências das práticas sistematizadas e fazer

as revisões necessárias para tornar o documento ainda mais próximo dos propósitos aos quais cada um/a havia se proposto para esse “produto” da sistematização.

O momento seguinte foi o da elaboração do Documento de Sistematização do Comum (DSC). Um desafio imenso, pois se colocava na exigência de fazer a reunião das várias contribuições de cada prática específica, observando e recolhendo o que poderia ser tomado em comum, para o que se levaria em consideração conclusões, sugestões e/ou recomendações de cada uma das experiências específicas. O crivo da crítica-problematizadora seria realizado à luz da Educação Popular e dos referenciais produzidos em conjunto para esta análise, sobretudo os elementos de propostas metodológicas para a atuação formativa dos sujeitos sociais populares em ambiente virtual passíveis de serem considerados em comum, a partir das práticas específicas. Este exercício coube ao coordenador do processo de sistematização.

A leitura atenta e profunda de cada DSPE, complementada com as diversas leituras de subsídios, somadas à experiência e à reflexão, permitiu que se chegasse a uma proposta de DSC que apresentou uma série de elementos, ainda que brevemente tratados, além de considerações e sugestões. Uma primeira versão foi apresentada em seminário com a presença de sistematizadores/as, colaboradores/as e representantes das práticas sistematizadas. O documento também foi previamente disponibilizado para leituras. O conjunto dos/as envolvidos/as apresentou várias observações e sugestões; todas foram retomadas, refletidas e geraram uma versão final muito mais consistente e ampla do que a inicial.

Estava marcado um Seminário Final, que seria para todos/as o encerramento do processo – algumas semanas antes, recebeu-se a informação da direção do CEAP de que teríamos mais dois meses depois dele e, então, além de preparar este momento, também precisaríamos pensar o que faríamos nos dois meses adicionais.

Preparamos o Seminário Final: apresentaríamos o DSC e centraríamos o debate sobre as contribuições que ele poderia trazer. A sistematização das práticas específicas também seria discutida, em grupos. Assim se fez. O momento contou com a participação de todos os componentes do GTS (sistematizadores/as, colaboradores/as, coordenadores/as, referências das práticas sistematizadas), além de representantes de diversas organizações e movimentos populares, de educadores/as do CEAP e de convidados/as. Pela primeira vez, dar-se-ia a conhecer o que foi produzido para quem não esteve diretamente participando do processo de sistematização; um momento importante para comunicarmos o que estava acumulado no processo.

Preocupações metodológicas, organizativas e de diversas ordens perpassaram a preparação. Experiências ricas, “surpresas” e falas potentes e muito colaborativas marcaram os debates. Foi um momento único de construção.

Ademais, dois meses. Para o período, o GTS comprometeu-se a fazer duas coisas: transformar os Documentos em material a ser publicado em livro eletrônico – este – e produzir um relatório consistente do processo de sistematização; fazer oficina sobre temas para aprofundamento e realizar reuniões para uma “devolutiva” final com as organizações e os movimentos populares autores/as das práticas sistematizadas. Assim se fez: formulou-se uma orientação para a elaboração do livro – este que aqui se apresenta –, que incluiria uma memória geral do processo – esta que aqui está. Também foram promovidas duas oficinas: uma sobre desafios políticos, organizativos e educativos das plataformas digitais; outra sobre Educação Popular e ação formativa em ambiente virtual. Enquanto está sendo finalizado este trabalho, está em curso a elaboração do relatório geral.

Todo o processo foi mediado por momentos de intercâmbio, avaliações e reorientações. Foi rico e emocionante viver cada momento, as tensões, os desentendimentos, mas também as celebrações e as alegrias. As telas e seus quadrados foram extrapolados pois a experiência construída se somou à vida de cada um/a dos/as que participou desta experiência formativa. Esta é a garantia de que a prática realizada não se encerra em sua realização.

Terceiro ato: celebrando e comentando o feito

Chegamos ao terceiro ato, que não fecha o processo, mas celebra-o e comenta-o. Ele indica que o feito é muito mais do que mera realização: é marca indelével na vida de quem dele participou diretamente e, espera-se, contribuirá para transformar a vida de quem dele tomar conhecimento.

Trata-se de uma sistematização realizada sobre práticas feitas em ambiente virtual, toda ela vivida em ambiente virtual – este é o primeiro comentário. Uma aprendizagem. O que fizemos é refletir sobre uma realidade inseridos/as e mediados/as por ela. Se, por um lado, pode-se perder o distanciamento necessário para que a realidade seja analisada, por outro, não tomou os/as participantes por inteiro, de modo que suas vidas não se resumiram ao virtual na realização da sistematização e tiveram a oportunidade de exercitar diferentes formas de contato com as práticas sistematizadas, já que delas nem todos/as participaram no momento de sua realização. O encontro dos/as sujeitos/as é que se vê profundamente

marcado pela característica do virtual. Não se pode trocar olhares, tecer cumplicidades, cochichar pelos corredores, nem mesmo sentir sabores que viriam de diversos lugares. Também não se pode ir aos locais onde foram feitas as práticas – elas próprias foram feitas no “lugar virtual”. Não se podem realizar encontros com os/as sujeitos/as que as viveram e realizaram, sentir seus corpos. Uma experiência única: sistematizar práticas formativas em ambientes virtuais, feita totalmente em ambiente virtual.

Uma segunda aprendizagem vem do tempo. Sistematizações são demoradas pois exigem idas e vindas, amadurecimentos, conversas de pé de ouvido e “acertos”. Esta não tinha muito tempo; foi-nos exigido que a fizéssemos em seis meses. E foi feita. Muito intensamente. Não se deixou de amadurecer, de fazer conversas mais intensas e “acertos”, ainda que não tenham sido feitos ao pé do ouvido e no face a face – consequência de ser tudo pelo meio virtual. O *chronos* acelerou e colocou em intensidade. Nem todas as pessoas e organizações conseguiram estar em todos os momentos do processo em consequência disso. Mas também foram celebrados momentos de *kairós*. Percebeu-se que a graça de estar junto e de construir processos de aprendizagem comum alegrava e fazia crer que o que se fez foi mais do que cumprir um tempo: fez-se o tempo fazer os/as participantes, que fizeram dele insumo para que o principal do processo de sistematização acontecesse.

Viveu-se intensamente a sistematização como um exercício que se distinguiu do estudo/investigação/pesquisa e também de processos de avaliação de práticas. Construiu-se uma experiência na qual os elementos do que significa fazer sistematização como prática de Educação Popular se realizaram no melhor do que poderia ser realizado. Não descarrilamos em avaliação, um modo próprio de interação com práticas educativas e populares. Fazê-la implicaria lançar mão de dinâmicas próprias. Por isso, eventuais críticas ou considerações feitas a respeito das práticas de longe constituem avaliações. Usamos do estudo, da investigação e da pesquisa em ação como subsídios para o processo de sistematização. Mas o que fizemos não é nenhuma dessas práticas de Educação Popular, que também têm suas dinâmicas próprias e distintas da sistematização. Não é fácil fazer o que se fez, nas condições em que foi feito. Mas o foi. E o que se apresenta nos materiais que são aqui publicados dá uma boa noção da riqueza construída no processo.

Enfim, o que se disse aqui e nos artigos que se seguem nunca poderá se – nem se quer que seja – apresentado num “mapa em escala um”, até porque um mapa assim nunca teria graça, e nem mapa seria. Que bom

que a realidade e a experiência extrapolam qualquer sistematização que seja feita delas. Que bom que a vida não cabe numa publicação. É isso que anima a acreditar que ainda muito poderá ser aprendido das práticas que aqui são sistematizadas.

Relatório da sistematização

Ésio Francico Salvetti⁴

1. Introdução

Com a chegada da pandemia da Covid-19 no Brasil, em fevereiro de 2020, e com a adoção de medidas de distanciamento social em março do mesmo ano, as organizações e movimentos sociais de formação popular se viram perante novos desafios. Aqueles jargões comuns como “necessidade de se reinventar” foram vividos intensamente diante da necessidade de cuidados com medidas sanitárias, em especial medidas de distanciamento físico. Foi então que as organizações e movimentos sociais se defrontaram com algumas questões: como dar continuidade aos processos e ações transformadoras? Como ser resistência se aqueles elementos fundamentais de uma formação popular – presença física, a rua, o contato, o encontro – não são mais possíveis?

Foi em busca de entender e problematizar esses temas que o Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP) propôs a realização de sistematização de práticas metodológicas de formação na Educação Popular em ambiente virtual/digital no contexto da Covid-19.

O objetivo é trazer à memória o modo de vivência e constituição do processo de sistematização da prática formativa realizada pela CUT em 2020, intitulada “Curso de formação em plataforma digital Moodle: Moodle para administradores e professores” e da prática realizada pelo Coletivo Intervezes intitulada “Territórios Livres, Tecnologias livres”. Duas práticas às quais fui designado pela coordenação para ser o sistematizador responsável.

4 Graduado em Direito e Filosofia. Doutor e mestre em Filosofia (pela UFSM em cotutela com Università Degli Studi di Padova, Itália). Sistematizador do CEAP.

A seguir, apresentaremos brevemente as duas práticas formativas para, posteriormente, descrevermos o modo de desenvolvimento da sistematização.

2. De que prática formativa estamos falando: um breve resumo

Das dez práticas sistematizadas pelo CEAP, a mim foi designada a responsabilidade de conduzir o processo de sistematização de duas experiências formativas: o “Curso de formação em plataforma digital Moodle: Moodle para administradores e professores”, desenvolvido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT); e o Projeto “Territórios Livres, Tecnologias Livres”, desenvolvido por três instituições: Intervezes – Coletivo Brasil de Comunicação Social, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR-NE) e Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). O projeto contou com o apoio da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e com a Associação para o Progresso das Comunicações (APC) como financiadora.

a) Curso de formação em plataforma digital Moodle: Moodle para administradores e professores

O “Curso de formação em plataforma digital Moodle: Moodle para administradores e professores” fez parte de uma segunda edição do curso oferecido pela CUT. O primeiro foi realizado no ano de 2019. A realização da primeira edição possibilitou reformulações e remodelações da plataforma Moodle, importante para a implementação da segunda edição do curso, voltado para um público mais amplo (aproximadamente 200 inscritos).

O curso foi resultado de um processo de enfrentamento do fenômeno que vinha preocupando a CUT chamado “Indústria 4.0 ou Quarta Revolução Industrial”, transformação que vem impactando a vida dos/as trabalhadores/as devido aos grandes avanços tecnológicos proporcionados pela robótica, internet das coisas, inteligência artificial, etc. Essas tecnologias evoluíram significativamente sem impactar qualitativamente na vida dos trabalhadores/as, contribuindo para a formação de um tipo de trabalhador submetido a um extremo processo de exploração.

Nesse cenário, em 2019, a Rede Nacional de Formação da CUT realizou a 4ª Conferência Nacional de Formação, que apontou para a necessidade de a CUT adotar, na sua política nacional de formação, processos que se utilizem de plataforma digital como instrumento tecnológico a serviço da classe trabalhadora, além da necessidade de um debate mais aprofundado sobre a utilização das tecnologias digitais na formação sindical, como forma de enfrentar o capitalismo digital.

A partir disso, em 2019, através de uma parceria com a Madri Produções, foi desenvolvida a plataforma digital Moodle adequada às necessidades da CUT. Foi então que se organizaram para oferecer o curso à equipe de educadores da CUT. Com a chegada da pandemia do Covid-19, a CUT já estava relativamente organizada para o lançamento da segunda edição. Esta iniciou no dia 20 de abril de 2020 e encerrou no dia 31 de agosto de 2020, totalizando 240 horas-aula. Concluíram o curso 75 CUTistas, com a realização da formatura dia 30 de setembro de 2020.

Participaram do curso de formação educadores, assessores e dirigentes sindicais de todo Brasil, que, ao final do processo de formação, se capacitaram para atuar como criadores de conteúdos e metodologias, gerenciando e criando atividades na plataforma Moodle de acordo com a sua área de atuação, alinhados com a Política Nacional de Formação da CUT.

Os/as inscritos/as no curso foram divididos nas sete turmas/escolas da CUT e uma turma dos Ramos da CUT. Cada turma contou com a tutoria de um educador/a designado/a pela CUT. Todos os educadores/as haviam participado da primeira edição do curso em plataforma digital Moodle. Cada inscrito/a compôs a turma de sua respectiva região.

Como resultado concreto, a partir da realização do “Curso de formação em plataforma digital Moodle: Moodle para administradores e professores”, a CUT organizou, com os egressos, um coletivo de formadores digitais com o objetivo de contribuir para a formação permanente; além de dar condições de oferta, às bases sindicais, das propostas dos cursos que foram apresentadas como trabalho final (TCC).



Card de formação do Coletivo de Formadores Militantes Digitais.

b) “Territórios Livres, Tecnologias Livres”

Em 2020, com a chegada da pandemia da Covid-19 no Brasil, a Conaq e o Intervezes realizaram um levantamento das formas através das quais as comunidades quilombolas se informavam sobre o novo coronavírus. Foram realizadas consultas a moradoras/es de comunidades quilombolas de 11 estados das cinco regiões do Brasil. Como a pesquisa foi realizada via internet, com o envio de questionários, a fim de se respeitar as recomendações de distanciamento social, o retorno foi baixo. A partir dessa pesquisa, constatou-se que as comunidades ficaram ainda mais vulnerabilizadas e expostas no contexto da pandemia. Isso porque não tinham acesso à informação de como agir e se proteger. Também porque o acesso à rede de internet se mostrou essencial quando da exigência de cadastro para receber auxílio emergencial do governo no período da pandemia. O cadastro só podia ser realizado via aplicativo instalado no celular. Como as comunidades não têm acesso nem equipamentos adequados, precisaram, em plena pandemia, se

expor nas cidades, aglomerando-se nas filas que se formaram em frente à Caixa Econômica Federal.

Esse cenário levou o Intervozes, em parceria com MMTR/NE e Conaq, a apresentar o projeto Territórios Livres, Tecnologias Livres à Associação para o Progresso das Comunicações (APC). O projeto iniciou em novembro de 2020, e sua primeira etapa foi encerrada em julho de 2021. Além do ciclo de formação, o projeto realizou um mapeamento dos usos e concepções de internet, tecnologias da informação e comunicação (TICs), e justiça socioambiental junto às comunidades quilombolas e rurais, territórios impactados por conflitos socioambientais decorrentes de projetos de desenvolvimento predatórios. As protagonistas dessa prática formativa foram mulheres quilombolas, agricultoras, de demais povos e comunidades tradicionais que atuaram como organizadoras, facilitadoras do ciclo de formação, como educandas e pesquisadoras ativistas.

A formação contou com cerca de 50 participantes entre pesquisadoras-ativistas, moradoras dos territórios que fizeram parte do mapeamento, integrantes das coordenações das entidades envolvidas, pesquisadoras nas áreas das TICs, feminismo, antirracismo e justiça socioambiental, além de representantes de organizações em defesa dos direitos humanos e estudantes de universidades públicas.

O principal objetivo do projeto foi contribuir para a apropriação e uso crítico da internet e das TICs, mapeando seus usos e significados. Além de promover a autonomia e o protagonismo das trabalhadoras rurais e quilombolas nos usos e significados da internet e das TICs, as rodas de conversa contribuíram para reelaborar alternativas às concepções patriarcais, racistas e desenvolvimentistas de práticas que violam os direitos humanos, econômicos, sociais e culturais, promovendo conflitos e injustiças socioambientais.

As atividades do projeto foram desenvolvidas em 33 comunidades rurais e quilombolas. Dezesete comunidades rurais, indígenas e quilombolas foram apresentadas pela MMTR-NE e estão localizadas na Bahia, no Sergipe, em Alagoas e na Paraíba; dezesseis quilombos foram apresentados pela Conaq, e estão localizados no Maranhão, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Piauí.

O ciclo de formação foi todo realizado com a mediação da plataforma digital Zoom, quinzenalmente, às quintas-feiras, no período da tarde. No total, foram cinco encontros de duas horas cada. Cada encontro teve um tema central, que contou com facilitadoras convidadas pela coordenação, cujo papel foi motivar e aprofundar a reflexão sobre temas determinados.

Paralelamente ao ciclo de formação, foi realizado, de fevereiro a abril de 2021, o mapeamento/a pesquisa sobre o acesso à informação nas 33 comunidades rurais e quilombolas. O mapeamento teve como objetivo colaborar na produção e sistematização de dados para o conhecimento sobre o uso das tecnologias e da internet, a fim de se pensar estratégias de resistência ao atual modelo de desenvolvimento, promovendo a justiça socioambiental e salvaguardando os territórios na sua autonomia.

O mapeamento consistiu na circulação das pesquisadoras em seus territórios, conversando com seus pares sobre questões que também as atingiam. Importante destacar que um dos objetivos do projeto não foi incentivar o uso das novas tecnologias digitais, mas, sim, formar sujeitos críticos para o uso das tecnologias, além de conscientizar e resgatar as tecnologias ancestrais que, com o advento das novas tecnologias, especialmente as digitais, foram invisibilizadas e, em muitos casos, descartadas. Esse fenômeno tem viés ideológico universalista, que extermina a possibilidade de a humanidade se beneficiar com a troca e o compartilhamento de saberes e experiências acumulados por diferentes povos e culturas.

O projeto contribuiu para a construção de contranarrativas e disputa epistemológica sobre internet e TICS – a partir de uma visão feminista, antirracista e comprometida com a justiça socioambiental. Esses processos e articulações são necessários porque as tecnologias digitais estão avançando sobre os territórios rurais e quilombolas, impondo um modelo de desenvolvimento insustentável do ponto de vista social e ambiental, subjugando as tecnologias territoriais.

A prática formativa sistematizada reforça a certeza de que as novas transformações do capitalismo relacionadas com exigências impostas pela pandemia da Covid-19 requerem esforços para a construção de novas estratégias de formação popular. O que ficou evidente em muitas falas é que hoje esse esforço deve concentrar-se em novas metodologias de educação, ou seja, em “como fazer”. Conforme destacado pelas coordenadoras, à medida que o projeto foi sendo desenvolvido, o “como fazer” foi sendo ajustado para permitir maior participação, diálogos, construção coletiva de saberes. O cuidado para que não fosse uma mera transmissão bancária de conhecimento esteve sempre no radar das preocupações das coordenadoras do projeto.



Card de divulgação dos dados do mapeamento realizado no projeto “Territórios Livres Tecnologias Livres”.

2. O processo de sistematização

No mês de março de 2021, perplexo com o número de vítimas da Covid-19 no Brasil, assumi o desafio de um projeto desenvolvido pelo Centro de Assessoramento e Educação Popular (CEAP): para integrar um grupo de cinco sistematizadores, coordenados pelo professor Paulo Carbonari, a fim de, juntamente com dez organizações e movimentos populares, realizar a sistematização de práticas formativas desenvolvidas por essas organizações e movimentos populares no período da pandemia, executadas de modo virtual.

Realizada a seleção dos integrantes do grupo de sistematizadores do CEAP, em fevereiro de 2021, as atividades do Grupo de Trabalho dos sistematizadores iniciaram-se em março do mesmo ano, com a indicação da leitura do estudo realizado pelo CEAP intitulado “Estudo sobre impacto da

Covid-19 na ação político-organizativa e político-educativa dos movimentos sociais populares brasileiros: identificação de posições e perspectivas de análise” (2020). Para a realização desse estudo, o CEAP entrevistou, por meio eletrônico, entre os meses de maio e julho de 2020, 23 participantes de movimentos sociais populares brasileiros e, posteriormente, produziu uma análise dessas experiências. A problemática central do estudo buscou “identificar as mudanças ocorridas na ação político-organizativa e político-educativa dos movimentos sociais nesse período, em que o presencial e a ‘rua’, espaços de atuação dos movimentos, estavam limitados” (CEAP, 2020, p. 5). O processo de sistematização de práticas educativas é um desdobramento desse estudo.

Em seguida, em encontros virtuais na plataforma Zoom, nós – os cinco sistematizadores –, o coordenador da sistematização, a direção do CEAP e colaboradores passaríamos a nos encontrarmos todas as sextas feiras (à tarde) para momentos de troca de experiências, angústias, dúvidas, momentos de formação, inclusive com uma das principais referências no tema, Oscar Jara, que contribuiu com seu arcabouço teórico e experiência para a construção dos sentidos da sistematização.

Os primeiros encontros foram para compreensão da proposta de sistematização, apresentação e discussão sobre o Termo de Referência da sistematização, o qual estabelecia que deveríamos tomar os acumulados no estudo do CEAP e retornar às práticas concretas de ação formativa desenvolvidas por movimentos sociais populares de modo sistemático no ano imediatamente anterior, coincidente com a experiência da pandemia. Por isso, a proposta era tomar em conta as práticas diretamente impactadas por esse contexto e intencionalmente desenvolvidas pelas organizações.

Ali entendi o desafio que tinha assumido: precisava ampliar os estudos e leituras sobre tecnologias digitais, pois este era o foco da sistematização, além de rapidamente inteirar-me sobre a metodologia de uma sistematização. Para isso, além de contar com a presença, em nossos encontros, de duas importantes referências no tema – Oscar Jara e Elza Falkembach –, rapidamente procurei obter suas obras, que passaram a ser material de apoio constante nesses últimos meses.

Nesse meio tempo, foram-se definindo as organizações e movimentos que aceitaram o convite de sistematizar uma de suas práticas formativas realizadas durante a pandemia e de modo virtual. As dez foram Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Coletivo Intervezes, Odara – Instituto da Mulher Negra, Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), Pastoral

da Juventude (PJ), Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários (Unisol), Universidade Livre Feminista (ULF), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR).

Iniciamos o processo de construção e formulação do Marco Referencial de Orientação da Sistematização (MROS); nele, estabelecemos o objetivo geral e o eixo da sistematização. Depois de muito diálogo e reflexão, fomos definindo o objetivo e o eixo da sistematização. Como objetivo geral, definimos: “Sistematizar práticas metodológicas de formação na Educação Popular realizadas em ambiente virtual/digital desenvolvidas por sujeitos sociais populares em suas organizações no contexto da pandemia Covid-19 (abril 2020 e março 2021) a fim de acumular subsídios para sua recomendação a processos formativos e organizativos.” Como eixo da sistematização, amparados na referência de Oscar Jara, ao destacar que a definição do eixo é o momento crucial no qual definem-se os caminhos percorridos por cada sistematizador/a, acordamos este: “Fatores que fragilizaram e/ou potencializaram a resistência e a ação transformadora das práticas formativas na Educação Popular realizada com tecnologias digitais no contexto da pandemia Covid-19”.

Elaborados os objetivos e o eixo da sistematização, foram discutidas as principais questões/os problemas que deveriam ser aprofundados, investigados nas práticas formativas específicas. Feito isso, chegou o momento de cada sistematizador conhecer os movimentos e, conseqüentemente, as práticas formativas por que cada um ficaria responsável para sistematizar. Foi então que conheci Conceição Oliveira (Maria Frô), educadora e assessora da Secretaria Nacional de Formação da CUT, e Olívia Bandeira, jornalista, doutora em antropologia e coordenadora de formação, pesquisa e articulação internacional do Intervozes. Nesse dia, de modo rápido, Maria Frô apresentou o “Curso de formação em plataforma digital Moodle: Moodle para administradores e professores” e, da mesma forma, Olívia falou sobre a prática formativa “Territórios Livres, Tecnologias livres”. Nesse encontro, trocamos os contatos, deixamos agendado o encontro seguinte e definimos alguns nomes de cada organização que seriam as referências de cada prática específica.

No final do mês de abril, foi dado o pontapé inicial para o momento que, inspirados em Paulo Freire, denominamos “imersão” na prática. Para isso, primeiro foi constituído um pequeno grupo de coordenação da sistematização para cada prática. Esse grupo foi o responsável pela elaboração do Plano de Sistematização da Prática Específica, documento fundamental que

organizou os momentos seguintes para a imersão tranquila mas com profundidade na prática formativa específica. Nesse documento, em conjunto com as organizações, elaboramos os objetivos, o eixo da sistematização, a justificativa e os procedimentos e técnicas utilizados para a imersão. Além da análise documental, definimos que era necessário, para melhor responder ao eixo da sistematização, fazer entrevistas com os públicos que tiveram relação direta com a prática formativa. Diante disso, foram definidos alguns nomes, que, mediante agendamento prévio, disponibilizaram-se para um encontro (entrevistas).

Antes das entrevistas, procurei inteirar-me das práticas analisando os documentos, vídeos, notícias, etc. A análise documental contribuiu para o entendimento preliminar da experiência e para elaborar um roteiro do processo vivido, que foi complementado pelas entrevistas individuais e em grupo.

Posteriormente, juntamente com as organizações, olhando para o Marco de Referência de Organização e Sistematização (MROS), refletimos e formulamos um roteiro de questões para interpelar os entrevistados/as.

Com a coordenação da CUT, formulamos as seguintes questões:

1. Como chegou o convite para ser educador no curso “Curso de formação em plataforma digital Moodle” promovido pela CUT?
2. Vocês já conheciam a plataforma? Teve formação aos educadores?
3. Quais foram os principais desafios que cada um/a enfrentou no decorrer do curso?
4. Houve avaliação de monitoramento e trocas de impressões?
5. Qual a concepção de Educação Popular e como se expressam os elementos desta concepção no curso Moodle? Quais os desafios, contradições e tendências avaliadas pelo grupo em relação ao curso?
6. Quais as diferenças percebidas em experiências práticas anteriores sem o uso (ou com uso restrito) das tecnologias e a experiência em sistematização considerando aspectos como as aprendizagens construídas, a formação de coletivos, a convivencialidade, a participação e o compartilhamento, a segurança, a criatividade e a eficácia na transformação subjetiva e objetiva das ações empreendidas? O que marca a singularidade de cada uma das práticas?
7. Quais foram os procedimentos didáticos, o desenvolvimento das atividades formativas, os critérios e os recursos de avaliação do processo realizados no curso Moodle?

8. Qual a avaliação da plataforma em relação às práticas formativas? Que tipo de atividades ela permite e/ou facilita? Que tipo de atividades ela impede ou limita? Quais práticas tiveram de ser ajustadas em função dessas limitações da plataforma? Qual o impacto disso no processo formativo?
9. Qual o grau de elaboração coletiva, pesquisa, debate, deliberação a respeito dos recursos metodológicos considerando acessibilidade, disponibilidade, adequação, entre outros fatores, que levaram à escolha da ferramenta (plataforma e recursos) utilizada na ação formativa utilizada?
10. Como vocês concebem hoje aqueles velhos tensionamentos entre digital x presencial; informação x conhecimento; comunicação x divulgação; fragmentação x conjunto; teoria x prática; individual x coletivo?
11. Qual o conhecimento dos sujeitos da forma de funcionamento das plataformas? Já leram os termos de serviço, as diretrizes da comunidade e a política de privacidade? Já refletiram sobre os objetivos econômicos e políticos por trás dessas plataformas? A quem elas beneficiam?
12. Olhando hoje para os educandos, vocês concebem que o curso alcançou seus objetivos?

Com a coordenação do projeto “Territórios Livres, Tecnologias Livres”, refletimos e formulamos as seguintes questões:

1. Qual a concepção de tecnologia e informação que vocês convocaram para realizar o ciclo de formação Territórios Livres, Tecnologias Livres? (Entrevista da coordenação)
2. Qual o seu entendimento sobre tecnologia e informação? Ele foi ampliado com o ciclo? Por quê? (Ponto focal família) (Entrevistas) (Ponto focal entidades)
3. Qual o seu entendimento de aprendizagem/educação coletiva e popular? (Ponto focal família) (Entrevistas) (Ponto focal entidades)
4. A partir da sua experiência com o ciclo de formação, qual a diferença entre uma formação presencial e uma formação remota? (Ponto focal família) (Entrevistas) (Ponto focal entidades)
5. Você tem participado de muitas atividades *on-line*? Se sim, qual a diferença entre essas atividades e o ciclo de formação? (Ponto focal família) (Entrevistas) (Ponto focal entidades)
6. Você acredita que a sua aprendizagem, o processo de interação e colaboração entre as participantes do ciclo funcionou? Comente as suas impressões. (Ponto focal família) (Entrevistas) (Ponto focal entidades)

7. Como foi escolhida a plataforma para realização do ciclo e como você avaliaria o desempenho/eficácia dela (Zoom)? (Entrevista da coordenação)
8. Qual e como foram escolhidos os procedimentos didáticos e os recursos de avaliação? (Entrevista da coordenação)
9. O que precisou ser adaptado no decorrer do ciclo? Qual foi o impacto dessa adaptação? (Entrevista da coordenação)
10. A coordenação do ciclo fez um levantamento acerca das condições de acesso dos participantes? Quais ajustes foram necessários diante desse levantamento? (Entrevista da coordenação)
11. Como as condições de acesso à internet restringiram a sua participação? (Ponto focal família) (Entrevistas) (Ponto focal entidades)
12. Você já conhecia a plataforma? Em algum momento ficou preocupada com a segurança do ambiente? (Ponto focal família) (Entrevistas) (Ponto focal entidades)
13. Como foi equacionada a questão da produção e coleta de dados dos/as participantes do ciclo? Sabe quais dados dos sujeitos a plataforma coleta? Sabe como estes dados são tratados? Sabe com quem esses dados são compartilhados? A coordenação do ciclo conhece os requisitos fixados pela legislação brasileira de proteção de dados? Os dados coletados foram pensados a partir da legislação e de uma concepção de proteção de dados? (Entrevista da coordenação)
14. Os movimentos possuem alguma instância voltada à área de comunicação ou tecnologia? Como os debates sobre o uso de plataformas nas ações do movimento são problematizados nessas instâncias? (Entrevista da coordenação) (Ponto focal entidades)
15. Na sua comunidade, como vocês organizam a comunicação e o acesso à tecnologia? (Ponto focal famílias)
16. O que você acha desse novo modelo de debate/aprendizagem remota? Quais são os benefícios e os malefícios? (Ponto focal família) (Entrevistas) (Ponto focal entidades)

Importante destacar que, na formulação dessas questões, não se tinha o objetivo de utilizá-las de maneira rígida na interpelação dos entrevistados/as, produzindo respostas exaustivas. Ao contrário, o intuito foi formular questões pensando num roteiro para um diálogo, incentivando o/a entrevistado/a falar livremente sobre assuntos que iriam surgindo como desdobramentos do tema original. Para diferentes grupos, com envolvimento diferentes, as questões foram sendo adaptadas.

A definição dos procedimentos e técnicas foi fundamental para o desenvolvimento da sistematização. Através da análise documental, foi possível complementar informações obtidas pelas entrevistas, individualmente ou em grupo. À medida que fomos colhendo informações, elaboramos as percepções do fenômeno. A análise das entrevistas e do grupo focal foi realizada tendo como foco o eixo da sistematização. A análise desses momentos visou identificar, analisar e reportar padrões de um modo organizado. A análise das entrevistas auxiliou na reflexão da realidade e a desvendar aquilo que permaneceu “escondido” de uma análise documental. Alguns temas ou padrões foram identificados de modo indutivo, o que necessitou de sensibilidade para deixar os dados “falarem”. Portanto, a análise indutiva visou à codificação dos dados sem tentar ajustá-los em um quadro de codificação preexistente, ou nos preconceitos dos sistematizadores, mas nem por isso totalmente livre de vieses ou escolhas.

Na prática “Curso de formação em plataforma digital Moodle: Moodle para administradores e professores”, realizamos reuniões de planejamento, rodas de conversa com os educadores das sete escolas da CUT e com um grupo de concluintes; também conversas individuais com alunos que fizeram a inscrição mas desistiram no transcorrer do curso, e com dirigentes da CUT. Foram, no total, em torno de 15 encontros virtuais.

Relativamente à prática “Territórios Livres, Tecnologias Livres”, foram realizados em torno de 13 encontros: roda de conversa com participantes da formação das comunidades rurais e quilombolas e com representantes de movimentos que participaram da formação. Também foram realizados encontros individuais com as pesquisadoras ativistas e com as coordenadoras do projeto.

De posse dos documentos, vídeos, *links* de notícias e, fundamentalmente, de aproximadamente 30 arquivos de gravações dos encontros (entrevistas e rodas de conversas), defrontamo-nos com o maior dos desafios de uma sistematização: treinar a sensibilidade e o olhar para aquilo que de fato contribuiria para melhor responder ao estipulado no eixo da sistematização. Inevitavelmente escolhas precisaram ser feitas. Como alertava nosso coordenador, “[...] a imersão é o momento de nos deixarmos encharcar com o conhecimento da prática. A emersão, ato de emergir, é o momento em que inevitavelmente, ao sairmos da água, deixaremos que uma boa quantidade caia do corpo.” Por isso, a sensibilidade nesse momento é fundamental para o bom desenvolvimento da sistematização. Sensibilidade para não nos apegarmos em algo que, a esta sistematização, pouco contribuirá; mas

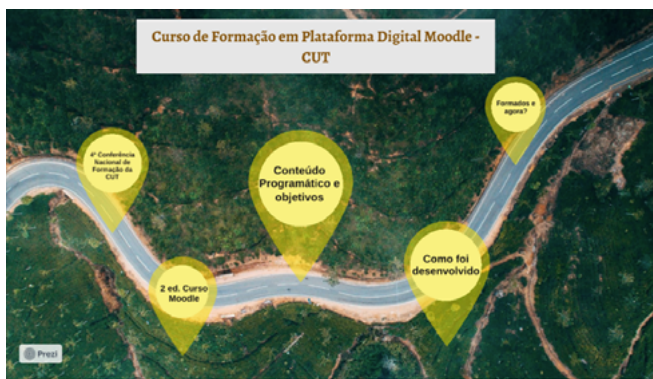
também sensibilidade em não deixar para traz aquilo que é fundamental ao aprofundamento no eixo da sistematização.

De posse de todo o material extraído da imersão, tínhamos a clareza, graças às formações e leitura das obras de Oscar Jara, de que precisávamos ir além do simples “ordenar, classificar e catalogar”. Era necessária a reconstrução do processo vivido e, para isso, Oscar Jara nos apresentava algumas ferramentas que auxiliariam na tarefa. A primeira foi a “Planilha de classificação e reconstrução cronológica”; através dela, tivemos uma síntese visual ordenada cronologicamente, com a identificação das atividades e dos momentos mais significativos, possibilitando ver as continuidades e descontinuidades. Essa planilha possibilitou fazer desenhos gráficos e linhas do tempo. Como diz Oscar Jara, “passar da fotografia ao filme”. A referida técnica visual nos ajudou muito para posteriormente fazermos a análise crítica da prática formativa.

Como estávamos realizando toda a sistematização mediados pelo ambiente virtual, entendemos que pouco contribuiria fazer essas técnicas em papel, ou cartaz. Foi então que, em uma formação realizada pelo CEAP, conheci o Prezi, um *software* que permite montar apresentações exatamente como se fosse uma lousa, para desenhar e escrever sobre uma superfície de livre criação. O *software* tinha uma boa interação com a plataforma de reunião Zoom, o que permitiria a apresentação em nossas reuniões.

Desafiei-me, pois, a criar a linha do tempo no Prezi.

Caminhos percorridos pelo Curso de formação em plataforma digital Moodle



CURSO ONLINE

As aulas podiam ser acessadas de qualquer lugar e em qualquer horário. Mas, a orientação era para que cada um tivesse uma rotina de acesso para assistir as aulas, lerem os textos, realizarem as atividades propostas, esclarecerem suas dúvidas nos fóruns e praticar na plataforma teste. A abertura de cada módulo estava condicionada à realização de tarefas específicas. Assim, só se avançava no curso quando cumpridas as tarefas estabelecidas.

Foi um curso extremamente técnico para militantes políticos

TURMA 1
TURMA 2
TURMA 3
TURMA 4
TURMA 5
TURMA 6
TURMA 7

Caminho percorrido pelo projeto Territórios Livres, Tecnologias Livres



Projeto Territórios Livres, Tecnologias Livres

O projeto foi executado pelo Intervenozes - Coletivo Brasil de Comunicação; CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; MMTR/NE - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste

PROMOÇÃO

APOIO

FINANCIADOR

Apresentação das Organizações

Sobre o Projeto

Comunidades contempladas

3. Atenção ao eixo da sistematização

Realizada a reconstrução cronológica dos caminhos percorridos pelas duas práticas formativas, chegou o momento de encarar mais um desafio da sistematização: a análise e interpretação das práticas, olhando atentamente para o eixo da sistematização. Mais uma vez, as obras de Jara ajudaram a compreender que era necessária essa passagem da ordenação, classificação e catalogação para a análise e interpretação. Foi então que senti a necessidade de dar um passo atrás e fazer a gravação de algumas entrevistas e rodas de conversa. Como o tempo para a realização da sistematização estava se esgotando, não consegui fazer a gravação de todas as entrevistas, o que exigiu escolhas. Aquelas que não foram possíveis de gravar eram revisitadas e assistidas sempre que sentia a necessidade.

Para responder a problemática levantada no eixo da sistematização, procuramos dividir aquele conjunto de questões que pautou as entrevistas e rodas de conversa em basicamente três eixos ou grupos de questões: abordando o tema da Educação Popular; abordando o tema das plataformas digitais na realização das práticas formativas; abordando a percepção sobre o futuro da formação popular pós-pandemia. Essa divisão possibilitou a realização da análise crítica dos elementos colhidos na imersão, que teve a finalidade de contribuir com as compreensões, fragilidades e potencialidades evidenciadas nas práticas formativas, para, com os erros e acertos, compartilharmos a experiência com outras organizações de formação popular, levando em conta os novos desafios impostos pela pandemia da Covid-19, a fim de enriquecer a resistência e a ação transformadora.

Esse foi o momento mais difícil e ao mesmo tempo delicado do processo de sistematização, pois aqui começaram a aparecer as tensões do processo, o que exigiu aprofundamento nas causas. Aqui a sistematização tem um papel fundamental, o que exige sensibilidade dos sistematizadores, pois, como destaca Oscar Jara, ao se identificar esses achados, é necessário debater por que aconteceram. Isso significa entrar, muitas vezes, em terrenos pedregosos ou espinhosos da vida particular das organizações e movimentos.

Realizado esse processo, chegou o momento de enfrentarmos um novo desafio da sistematização: propor alternativas, formular aprendizados, recomendações. Foi um desafio porque exigiu leitura e estudo de temas como plataforma digital, inteligência artificial, algoritmos e segurança. De algum modo, esse desafio foi amenizado pelo fato de podermos contar com

o conhecimento aprofundado de um dos sistematizadores, Jonas Valente, que é pesquisador no tema das plataformas digitais.

Realizado o processo e concluída a primeira versão do Documento de Sistematização de cada Prática Específica (DSPE), mesmo que todo o processo tenha sido realizado coletivamente, com muitos debates e análises, cada movimento tomou o documento, analisou-o internamente e propôs os ajustes que considerou pertinentes. O documento também foi compartilhado no grupo de trabalho dos sistematizadores, lido pelos sistematizadores e colaboradores, que também fizeram apontamentos para qualificar o texto. Esse documento foi apresentado em seminários organizados pelo CEAP e posteriormente enviado à organização da sistematização, que contribuiu para a formulação de um outro documento, chamado Documento de Sistematização Comum, resultado das dez sistematizações.

4. Considerações finais: algumas inquietações

A realização dessa sistematização, mais que dar respostas precisas sobre os “fatores que fragilizaram e/ou potencializaram a resistência e a ação transformadora das práticas formativas na Educação Popular realizada com tecnologias digitais no contexto da pandemia Covid-19”, traz importantes elementos que nos fizeram refletir sobre os desafios para a ação formativa em Educação Popular realizada em ambiente virtual.

Minha sensação é de que a sistematização conseguiu desmistificar algumas ideias: de um lado, aqueles que desconfiavam da possibilidade da formação popular por meio de plataformas virtuais; de outro, aqueles que aderiram a elas sem uma reflexão, acreditando que o importante é apenas o conteúdo da formação e não os meios.

De algum modo, a sistematização colocou no centro do debate político o tema do uso das plataformas digitais na Educação Popular, sensibilizando para a centralidade e necessidade desse debate, além de alertar para o tema da segurança, fragilizada a partir das capturas preditivas dos dados manipulados, correlacionados e perfilizados a partir de algoritmos dos conglomerados da internet.

A sistematização também sensibilizou para a necessidade de ação colaborativa e cooperativa entre os movimentos e organizações populares, para conjuntamente avançar no aperfeiçoamento de tecnologias livres, resistindo ao capitalismo informacional.

No entanto, cabe destacar que temas como o modo de agir das plataformas digitais e seus algoritmos são novos e pouco estudados ainda. São recentes as denúncias que vieram à público demonstrando como elas fragilizam as democracias, como o modo de agir de seus algoritmos são racistas, machistas, precarizam relações trabalhistas, etc. Trata-se de compressões que, sob meu ponto de vista, contribuíram melhor para o enfrentamento do eixo da sistematização. Por isso, cabe esforço para conjuntamente darmos continuidade às reflexões aqui iniciadas e não deixarmos esse trabalho cair na “vala do esquecimento”. Com certeza a continuidade desse debate será estratégico para o futuro da democracia e da Educação Popular.

Mergulhando nas experiências...

Iara Duarte Lins⁵

Este documento tem por finalidade contar como foi mergulhar no **Mar da sistematização de experiências** realizado pelo Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP), quando foram sistematizadas as experiências de dez instituições e movimentos (sindicais e sociais). Aqui, se vai discorrer sobre a sistematização da prática de formação política realizada em ambiente virtual/digital no contexto da pandemia da Covid-19 (abril 2020 a março 2021) pela Escola de Ativismo e Formação Política Beatriz Nascimento – Primeira Turma, realizada no período de 15 de outubro de 2020 a 16 de fevereiro de 2021 pelo Odara – Instituto da Mulher Negra; a Formação na Ação e a Formação através de Parcerias realizada em ambiente presencial e virtual/digital no contexto da pandemia da Covid-19 (abril 2020 a abril 2021), pelo Movimento Nacional de População de Rua (MNPR).

Para contar esse conto, o documento será dividido em quatro itens: a) Como eu chego? b) Primeiro mergulho? c) Como naveguei? d) Como emergi?

a) Como eu chego?

Chego muito feliz com a possibilidade de participar desse grande projeto realizado pelo CEAP, uma instituição com longa história na Educação Popular, que eu ainda não conhecia. Existia a vaga para participar com o grupo de educadoras dos processos de formação, entretanto fiz a opção de me inscrever para a vaga destinada à contratação de sistematizadores(as) de experiências, visto que a concepção de sistematização de experiências que seria desenvolvida no processo é a que nasce no nosso continente e se forja na Educação Popular, possibilitando um mergulho na prática a ser sistematizada em uma perspectiva transformadora.

⁵ Educadora popular, mestra em Educação Popular, integrante do Programa Latino-Americano de Apoio à Sistematização de Experiências (PLAS) do Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe (CEAAL).

Iniciei meu mergulho nessa concepção de sistematização em 2008, na Escola de Formação da Contag (Enfoc), e até hoje venho contribuindo com os processos de sistematização desenvolvido pela instituição, além de ser integrante e tutora do Programa Latino-Americano de Apoio à Sistematização de Experiências (PLAS/CEAAL) desde 2014. Então, imaginei que seria bem confortável mergulhar nesse novo **mar da sistematização de experiências**, mesmo sabendo que seria de maneira virtual, que cada vivência tem suas singularidades, muda de acordo com o contexto, a organização e os novos mergulhadores(as) que se aventuram a mergulhar em um mar que se apresenta em alguns momentos calmo, em outros, cheio de tormentas, para, ao final, emergirmos já não mais os mesmos mergulhadores(as), mas como novos(as) **MERGULHADORES(AS) MAIS!**

b) Primeiro mergulho?

Para mergulhar no mar, é preciso colocar roupas específicas; então, coloquei minha roupa de mergulho colorida para navegar em águas profundas. Nesse primeiro mergulho, conheci Elenice Pastori e Paulo Carbonari, integrantes do CEAP que, junto com meus colegas de mergulho Rejane Matos, Marcos Silva, Ésio Salvetti e Jonas Valente, “se lançariam à água”. Nossa primeira reunião aconteceu em fevereiro. Além desses cinco mergulhadores(as), teríamos a companhia de alguns colaboradores(as): Elza Falkembach, Oscar Jara, Eduardo Oliveira (Duda) e Eldon.

Meu coração pequenino sentiu-se seguro e se aquietou quando fiquei sabendo que Elza Falkembach e Oscar Jara, mergulhadores(as) experientes e amigos(as) de longa jornada, acostumados a mergulhar em mares calmos e bravos da sistematização, estariam comigo e com todo o grupo nessa grande aventura. Tinha a certeza de que emergiria em segurança dessas profundezas.

Depois dessa reunião, nosso Grupo de Trabalho (GT) de Sistematização foi-se fortalecendo; as diversas reuniões que aconteciam, sempre às sextas-feiras, com a presença dos integrantes GT de sistematização, das instituições e movimentos, foram fundamentais para nos conhecermos e estabelecermos laços de amizade, respeito e trazer segurança ao processo que se iniciava – mergulhar em águas profundas com uma boa equipe é fundamental para navegar e emergir com segurança. Destaco que, além das reuniões do GT, participamos de dois seminários sobre a Formação para o Controle do SUS – 2ª edição, que considero fundamentais para compreendermos esse grande projeto que estava se iniciando.



Os colaboradores(as) tiveram um papel importantíssimo (Duda, Eldon) nessa construção. Quero destacar, no meu caso específico, Elza Falkembach, que em alguns momentos importantes esteve presente em diálogos que fiz com o MNPR e concedeu-me a honra de ler o documento final sob minha responsabilidade, fazendo considerações importantes. Destaco também a participação efetiva de Oscar Jara, que, com sua experiência, em cada reunião, oficinas e seminários, aportava pontos centrais que nos levavam a refletir **O que é? Por quê? Para que? Como fazer?** a sistematização de experiências, além de analisar os documentos de todos(as) e todos que estavam vivenciando esse processo até a conclusão final de todos os documentos. Não posso deixar de agradecer a Jonas, que, além de fazer parte da equipe de sistematização como responsável pela sistematização de duas instituições, teve um papel importante ao falar sobre o uso das plataformas e o que isso significa no atual contexto. Fico feliz em ter participado de todos esses momentos; afirmo que, quando assumi esse compromisso com o CEAP, tinha claro o meu comprometimento com o processo.

Também quero deixar registrado que essa foi uma construção coletiva. Nosso GT de sistematização, a cada reunião, foi-se fortalecendo; tínhamos questões que apareciam e foram se resolvendo na navegação. Como em todo

processo de sistematização, as tensões fazem parte e nos levam a refletir sobre nossa postura mediante os desafios que emergem.

O mar é maravilhoso, a vida pulsa sob suas águas, o movimento das marés se dá em um ir e vir constante, remetendo a pensar em construção/ desconstrução e que nada mais sou do que uma mergulhadora aprendiz. Com isso, quero dizer que, ao perceber que sistematizaria duas experiências em quatro meses, com uma narrativa de no máximo 25 páginas, confesso que pensei em desistir dessa grande aventura, visto que sempre tive em média oito meses para sistematizar uma única experiência. Meu coração aventureiro e curioso foi acalmando no processo; no coletivo, fomos nos fortalecendo, e seguimos navegando.

c) Como naveguei?

Depois de algumas reuniões preparatórias para adentrar nas profundezas desse mar, fiquei sabendo, em abril de 2021, que o primeiro movimento social a mergulhar junto comigo seria o Movimento Nacional de População de Rua (MNPR); em maio, que a segunda instituição seria o Odara – Instituto da Mulher Negra (a primeira turma da sua Escola de Formação). Embora o mar da sistematização fosse o mesmo, essas duas experiências são bem distintas e me tiravam do “conforto”. O MNPR não tem em sua estrutura organizativa uma escola de formação, ao contrário do Odara, portanto esse mergulho me possibilitaria encontrar tesouros diferentes em ambas as instituições.

Como já mencionado, foram muitas reuniões do GT de sistematização; considero importante cada uma delas. Foram momentos de aprendizagens coletivas, em que cada participante tinha o direito a dizer sua palavra, falar das inquietudes que emergiam nesse navegar, tendo clareza de qual era seu papel nos movimentos, compreendendo sua responsabilidade na construção do processo de sistematização até chegar ao produto final, além de procurar resolver os problemas que emergiam nesse navegar, buscando sempre construir um espaço de segurança, amabilidade e respeito pelos mergulhadores(as) e pela experiência em si.

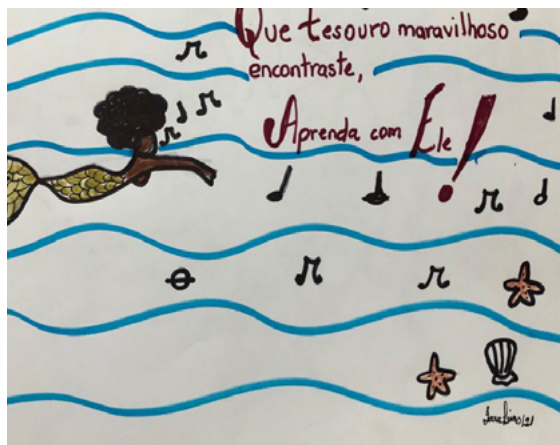
d) Mergulhando nas águas do Atlântico e de Iemanjá...

Sob as bênçãos de Iemanjá, no dia 3 de maio de 2021, mergulhei nas águas do Atlântico e fui direto para a Escola de Ativismo e Formação Política Beatriz Nascimento, do Odara – Instituto da Mulher Negra. Lá tive meu primeiro encontro, com a presença de Valdecir Nascimento, coordenadora

do Odara, e de Elenice Pastore, coordenadora do CEAP, cuja finalidade era conhecer e ser apresentada à instituição. Meu tubo de oxigênio estava completo, mas tinha dúvidas sobre se o oxigênio daria para fazer todo o mergulho, afinal o tempo era curto; mas respirei e pedi proteção à Rainha do Mar. No fundo do meu coração, tinha certeza de que encontraria tesouros valiosos repletos de desafios e aprendizagens.



Segui navegando nessas águas e encontrei um baú cheio de conchinhas brancas e correntes de ouro deixadas por Oxum. Meus olhos brilharam de alegria e logo comecei a abri-lo, quando uma linda sereia negra, que passava nadando nessas águas, olhou nos meus olhos e disse em um canto suave: “Que tesouro maravilhoso encontraste, aprenda com ele!”



Fiquei paralisada com a frase da bela sereia e fui abrindo lentamente o baú. O primeiro tesouro que encontro é uma *“organização negra feminista que luta pela autonomia, emancipação e inclusão sociopolítica das mulheres negras na sociedade e que tem uma Escola de Formação Política com o objetivo de propiciar debates, reflexões voltados para colaborar com a memória e divulgação dos pensamentos, produções, pesquisas das/dos intelectuais negras e negros, além de reposicionar o debate sobre o que é transformador para pensar o mundo e o projeto de bem viver a partir das mulheres negras, cis, hetero e LBTs⁶”*. Esse momento foi tão impactante que comecei a pensar em como seriam os outros tesouros, como navegar nessa prática, tão cheia de aprendizagens. Sabia que era preciso estudar, conhecer o pensamento das mulheres negras; esse mar era novo para mim, mas meu coração curioso de mergulhadora sabia que era possível e que não estava sozinha, afinal, no mar da sistematização, nunca estamos sós, estamos com mergulhadoras da vivência.

O baú era enorme, tinha tesouros acumulados desde abril de 2020 até fevereiro de 2021. Era preciso pensar em uma metodologia dialógica que possibilitasse conhecer esses tesouros navegando de mãos dadas com as mergulhadoras que construíram esse baú, coordenadoras, educadoras, educandas e instituições parceiras. No dia 17 de maio de 2021, tive a segunda reunião com a coordenadora da escola, Silene Arcanja, e Valdecir Nascimento. Valdecir apresentou Silene e definiu que ela seria a mergulhadora a segurar na minha mão para seguirmos navegando na experiência. Que felicidade encontrar um ser humano tão humanizado como Silene, uma mulher intelectual, amorosa e com todas as informações necessárias para seguirmos no mergulho. Só mais uma curiosidade somos todas sereias disfarçadas de mergulhadoras.



6 Lésbicas, bis e trans.

Nesse primeiro encontro, conversamos inicialmente sobre qual era o objetivo da sistematização a partir do MROS, esclarecendo dúvidas, etc. Em seguida, apresentamos a concepção de sistematização que iríamos trabalhar e a metodologia para elaborarmos o Plano de Sistematização. A elaboração do Plano de Sistematização foi feita através do Google Doc, uma ferramenta que possibilita a construção coletiva da experiência, na qual cada sujeito e sujeita escolhe uma cor e vai escrevendo e colorindo o conto com sua voz, dando sentido ao que foi vivido. Senti-me segura em utilizá-la por ter vivenciado essa ferramenta em dois processos de sistematização realizados pela Enfoc⁷, visto que as pessoas que vivenciaram essas experiências residiam nas cinco regiões do Brasil, dificultando o encontro presencial, embora tenha sido possível realizar dois encontros presenciais e um curso virtual sobre Educação Popular e sistematização. Ressaltamos que essas sistematizações aconteceram antes do contexto pandêmico (em 2020).

Depois desse primeiro diálogo, começamos a mergulhar na experiência; Silene e Valdecir falaram sobre a *instituição*, primeiro item do nosso Plano de Sistematização. Valdecir escolheu a cor **azul**; Silene, a cor **rosa**; eu fiquei com o preto – essas cores foram dando forma ao Plano de Sistematização, suas vozes ecoavam colorindo a narrativa de maneira participativa, respeitosa e amorosa. Silene escreveu o primeiro parágrafo, que no decorrer das reuniões seguintes, foi sofrendo mudanças necessárias para expressar o que pretendíamos definir sobre quem era a instituição e qual o objeto da sistematização:

Odara – Instituto da Mulher Negra: somos uma organização negra feminista que visa superar, em esferas pessoal e coletiva, a discriminação e o preconceito, bem como buscar alternativas que proporcionem autonomia, emancipação e inclusão sociopolítica das mulheres negras na sociedade. O Instituto surgiu a partir das especificidades de ser mulher e negra numa sociedade estruturada pelo racismo, sexismo e outras formas de opressão. Criamos a escola porque acreditamos que só é possível ampliar os horizontes político e crítico das meninas, jovens, trans e mulheres negras num espaço capaz de possibilitar uma educação/formação para autonomia, emancipação e consciência de que juntas, só juntas, poderemos mudar o mundo de forma radical.

7 4° Encontro Nacional de Formação da Contag (Enafor), um conto que encanta (2014) (<http://enfoc.org.br/system/arquivos/publicacao/publicacao19.pdf>) e 5° Encontro Nacional de Formação da Contag (Enafor), Educação Popular é resistir, é transformar (2018).

O objeto da sistematização é a Primeira Turma do curso de formação realizado pela *Escola de Ativismo e Formação Política Beatriz Nascimento*, no período de 15/10/2020 a 16/02/2021, com o objetivo de ser um espaço de debate e reflexões que colaborem à perpetuação e divulgação dos pensamentos, produções, pesquisas das/dos intelectuais negras e negros. O objetivo dessa escola é reposicionar o debate sobre o que é transformador para pensar o mundo e o projeto de bem viver a partir das mulheres negras; portanto, cocriar, inquietar, indignar e desafiar todas as participantes é nosso destino. *A ideia é oferecer um modelo de formação que sirva para os grupos dos movimentos sociais negros e de mulheres instrumentalizarem-se para desenvolver em suas comunidades uma proposta de formação política baseada em suas experiências cotidianas, como também para registrar nossa experiência no âmbito da formação política para mulheres em suas diversidades. A formação apresenta um conjunto de reflexões, trocas e debates fruto das experiências trazidas pelas participantes, dos conhecimentos produzidos a partir de uma perspectiva afrocentrada, resultado de estudos, observações, trocas e vivências das intelectuais negras brasileiras e de outras partes do mundo.*

Foi possível, nessa primeira reunião de imersão na prática, elaborar um calendário de encontros semanais para construção e elaboração do Plano de Sistematização. Nossas reuniões aconteciam sempre pela manhã, das 9h até as 11h. Tivemos três reuniões (17 e 26 de maio, 9 de junho) até a conclusão do Plano de Sistematização. Além desses encontros virtuais, também criamos um grupo de WhatsApp com a participação de Valdecir e Silene, que facilitou o contato para dúvidas, remarcações de reuniões, etc. Para mergulhar profundamente nessa prática, era preciso conhecer o pensamento dessas mulheres negras, tema que não conhecia; para tanto, Silene indicou duas biografias: a primeira foi o livro *Eu sou Atlântico* (RATTS, 2006, p. 74), leitura necessária para conhecer Beatriz Nascimento, mulher intelectual negra, “ativista, historiadora, professora, roteirista e poeta” que dá nome e orienta a proposta pedagógica da escola – confesso que li o livro em dois dias, essa leitura foi ampliando minha cabeça, meus sentidos; meu coração parava em cada poesia de Beatriz Nascimento, trazia reflexões profundas e me fazia compreender melhor a experiência de que ora iniciávamos a sistematização, além de trazer reflexões sobre a minha prática como educadora popular e minha postura no mundo perante os temas que fazem parte desse processo formativo. A segunda indicação foi o livro *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e*

diálogos (RIOS, 2020), uma coletânea inédita da obra de Lélia Gonzalez, que também foi fundamental para navegar nesse novo mar em que mergulhei.

Vale ressaltar que, devido a uma agenda intensa de Valdecir, esse mergulho se deu com mais intensidade com Silene. Valdecir esteve mais presente no primeiro seminário, para apresentação deste documento, e na finalização do artigo para a publicação. Também quero registrar que fui convidada a participar da primeira aula inaugural da segunda turma de formação para conhecer e compreender como se iniciava esse processo. Foi uma experiência incrível, pensei que não iria falar nada e, de repente, Valdecir me passou a palavra; também escutei mulheres negras jovens empoderadas, confiantes nas suas apresentações, o que me tocou profundamente, levando-me a refletir sobre vários aspectos da minha vida pessoal. Foi, sem dúvida, uma noite que marcou a minha existência. O convite se estendeu para fazer o curso que estava iniciando; infelizmente, não tive tempo para participar dessa segunda turma – mergulhar em duas experiências exige uma dedicação total.

Dando continuidade à elaboração do Plano de Sistematização, nossa reunião seguinte aconteceu no dia 26 de maio de 2021, e estávamos presentes Silene e eu. Na reunião, tínhamos definido que o objeto da sistematização seria a realização da primeira turma do Curso de formação da Escola de Ativismo e Formação Política Beatriz Nascimento, realizada no período de 15 de outubro de 2020 a 16 de fevereiro de 2021, portanto nosso mergulho naquela manhã seria para refletir sobre quais seriam os objetivos da sistematização e o porquê de sistematizar essa experiência – justificativa. Foi um diálogo bastante empolgante; conseguimos refletir e escrever os objetivos e uma parte inicial da justificativa. Como o texto ficava no Google Drive, qualquer uma das mergulhadoras/sereias poderia entrar e acrescentar o que considerava importante a qualquer momento, antes da reunião seguinte, desde que escrevesse nas suas cores.

Nossa última reunião aconteceu no dia 9 de junho de 2021. Tínhamos agendado uma reunião para o dia 7 daquele mês, mas, por questões pessoais, tive que cancelar o encontro, o que foi compreendido por Silene de maneira muito amorosa. Quero destacar que nesses processos de sistematização encontramos muita solidariedade e confiança; é preciso estabelecer laços que fortaleçam o processo e para que os tesouros possam emergir desse baú tão precioso. Demos continuidade à reflexão e escrita da justificativa e definimos o eixo de sistematização: os conceitos que subsidiariam a análise e interpretação da prática; a metodologia e os procedimentos que utilizaría-

mos para nadar nesse mar; e o calendário para as rodas de conversa. Essa reunião foi mais longa que as anteriores.

A elaboração do eixo dessa sistematização tinha uma particularidade: a experiência não estava orientada pelos princípios da Educação Popular, como mencionado anteriormente, portanto esse eixo não seria igual aos das demais experiências que estavam sendo sistematizadas nesse grande processo iniciado pelo CEAP, que pretendia analisar quais fatores fragilizaram e/ou potencializaram a resistência e a **ação transformadora das práticas formativas na Educação Popular** com a realização em ambiente virtual/digital no contexto da pandemia da Covid-19 (abril 2020 a abril 2021). Neste sentido, o eixo da sistematização foi orientado por algumas perguntas, dentre elas uma que possibilitava analisar *de que maneira as práticas metodológicas desse processo formativo dialogavam com a Educação Popular*. Nesta análise, trouxemos o conceito de “conscientização”, do pensamento freireano, em diálogo com o pensamento das intelectuais negras que orientam essa prática política e pedagógica, mas poderia ter trazido outros conceitos como “dialogicidade”, “problematização” e “práxis”, princípios basilares da Educação Popular que emergiam nesta prática formativa e dialogavam com os princípios das mulheres negras que orientam essa formação. Uma das coisas que me lavaram a não aprofundar esses conceitos era não falar muito sobre Educação Popular, mas dar maior ênfase ao pensamento e princípios das mulheres negras que orientavam essa prática político-pedagógica. Desde o início, Valdecir e Sirlene afirmavam que a orientação político-pedagógica que conduzia essa experiência não nascia da Educação Popular. Outra coisa que destaquei foi que o número de páginas estabelecidos para cada experiência não permitia desenvolver sobre esses conceitos, portanto optei em falar sobre a experiência em si e trazer apenas um conceito para aprofundamento.

Para navegar nessas águas, era preciso definir a metodologia e quais seriam os mergulhos que daríamos. Definimos que a metodologia tinha que ser dialógica, tínhamos **sereias negras lindas** que queriam falar sobre a “**boniteza**” de vivenciar essa experiência; com suas vozes, contariam esse conto, trariam as aprendizagens, as tensões, as potências e os desafios que emergiam dessa prática. Elaboramos uma rota que consistia em um trabalho de campo marinho: rodas de conversa com as educadoras, educandas; comunicação, coordenação e aplicação de questionário para as instituições parceiras; análise de documentos, no caso específico o “Relatório de acompanhamento”; além das fotografias, *link* de *cards* (Instagram), vídeos – para, ao final, analisar e interpretar essa bela construção. Analiso que essa rota

metodológica foi cumprida em parte; apenas não alcançamos receber as respostas das instituições parceiras – nosso tempo não era tão longo. Recebi apenas um questionário por WhatsApp, depois que entregamos o documento final.

Com a conclusão da elaboração do Plano de Sistematização, os tesouros começaram a emergir do baú. Procurei o projeto político da escola, documento que considerava importante para o processo, mas não recebi; percebi que ele não estava no baú, mas não desaminei – sabia que a riqueza maior desse baú estaria nas vozes das mergulhadoras/sereias negras que vivenciaram a experiência.

Neste sentido, iniciamos as rodas de conversa: em 16 de junho de 2021, com as educadoras e equipe de comunicação do Odara; em 21 de junho de 2021, com as educandas; em 30 de junho de 2021, com as coordenadoras do Odara e da escola. As rodas de conversa foram orientadas por perguntas que foram se adequando ao perfil das participantes e, embora tivessem uma sequência lógica, algumas respostas se antecipavam às perguntas seguintes, o que enriqueceu o diálogo e coloriu a narrativa.

Sobre essas rodas de conversa, quero destacar que escutar essas vozes foi fundamental para realizar a presente sistematização; elas confirmaram o que encontrei no Relatório. Ademais, são as **mergulhadoras/sereias negras da experiência** que podem falar sobre ela, analisar e interpretar o vivido. Uma das coisas que precisamos levar em conta é que o tempo para realizar esses diálogos foi decidido pela instituição, e fomos nos ajustando a ele. Trago essa reflexão para reforçar que, ao pensarmos em um novo processo de sistematização, precisamos estabelecer um período maior para concluí-lo, na perspectiva de envolver mais **mergulhadoras/sereias** que vivenciaram a experiência e trazer mais elementos para refletir sobre o eixo central, além de aportar outras aprendizagens que emergiam dessa **boniteza de baú**.



Concluí as rodas de conversa no final de junho e teria até julho para elaborar o documento da sistematização. Comecei degravando, contudo percebi que não seria possível fazê-lo na íntegra – foram muitas horas de diálogo. Na sequência, fui construindo a narrativa; a primeira já tinha escritos que constavam no Plano de Sistematização e do documento analisado (Relatório), a segunda narrativa foi ficando mais bonita e colorida com as vozes que emergiam das rodas de conversa – os depoimentos dessas **mergulhadoras/sereias** foram dando vida ao conto e a palavra **aquilombar** emergia de maneira potente. Contudo, ficou claro, pela coordenação e pelas rodas de conversa, que o pensamento predominante nessa experiência era das mulheres negras, suas culturas, seus saberes, suas cores – e elas fizeram questão de dizer que não estavam fundamentadas pela Educação Popular. Diante dessa afirmação, estabelecemos um diálogo com o pensamento de Freire a partir da **conscientização** mas sem aprofundar o tema da Educação Popular; procurei integrar **conscientização** com **aquilombar**. Neste sentido, as categorias que emergiam nesse mergulho vinham do Atlântico: **aquilombar é libertar, resistir, transformar e revolucionar**.

Concluí a sistematização e encaminhei o documento para Valdecir e Silene, que aprovaram-no; assim fiz a síntese para a apresentação no seminário junto com outras experiências. Tive dificuldades no seminário com o tempo de apresentação, o que foi resolvido no segundo evento, com a ajuda de Oscar, que, ao fazer suas considerações no documento, ajudou-me a escolher o que deveria ficar no Power Point. Desde a conclusão do documento, sentia-me inquieta em não mencionar quais foram os conteúdos dos módulos; imagino que se encontravam no PPP, documento ao qual não tive acesso. Quando fui transformar o documento em artigo para publicação, ao

enviar para Valdecir e Silene, Valdecir percebeu que faltava essa informação e questionou-me por que não constava; lembrei que não tive acesso a essa informação e ao PPP. Ela disse que só percebeu a ausência dessa informação no dia da apresentação no seminário. Marcamos uma reunião para fechar o artigo e acrescentamos essa informação que Valdecir me passou. Solicitei fotografias para colocar no texto, disse que elas deveriam selecionar três: duas para inserir no texto e uma para a capa; recebi algumas fotografias de uma integrante da equipe de comunicação, pedi para que ela escolhesse quais fotos deveriam constar no artigo, entretanto disse-me que eu deveria escolher, o que não foi muito confortável, porque penso que essa é uma decisão da instituição – por isso, quando o artigo estiver pronto para publicação, quero enviá-lo antes à coordenação para que aprove.

Quero registrar também que senti falta das coordenadoras do Odara e da Escola Beatriz Nascimento no segundo seminário e na primeira oficina; elas já tinham agenda de trabalho em outros espaços nesse dia. Adoraria escutá-las falando sobre esse processo.

Nas águas do Atlântico e com a proteção de Iemanjá, concluímos esta sistematização. Saio com aquele sentimento de que poderia ter feito melhor, trazido mais tesouros que emergiam dessa prática, mas, ao mesmo tempo, penso que registrei o meu melhor nas condições que se apresentavam. Sou infinitamente grata ao CEAP pela oportunidade e a Valdecir e Silene, que seguraram nas minhas mãos nesse mergulho amoroso e ancestral cheio de conhecimentos; de sereias negras intelectuais que, com seus cantos e encantos libertadores, formam jovens com conscientização política para se perceberem como mulheres negras, cis e LBTs capazes de fazer o enfrentamento político mediante o racismo e outras frentes que possam aparecer na sua atuação militante em uma perspectiva transformadora, além de possibilitar dar visibilidade aos pensamentos e ideias de intelectuais negras e negros, levando para outros movimentos sociais a importância desse processo formativo na perspectiva de fortalecê-los.

f) Não falem de nós sem nós: um mergulho coletivo e profundo na experiência do Movimento Nacional de População de Rua (MNPR)

Não poderia mergulhar neste mar sem falar dessa frase que escutei de Maralice: “**Não fale de nós sem nós.**” Ela traz consigo o cuidado que devemos ter com a principal característica dessa concepção de sistematização: “**sistematiza que vivencia a experiência**”; nenhum iluminado ou

iluminada pode falar de uma experiência que não viveu. Partindo dessa premissa, posso dizer que, de todos os processos dos quais participei até agora, esse sem dúvida foi um dos mais desafiadores; nele, desaprendi e aprendi com Darcy, Vanilson, Daniel e Maralice em todo o processo. Cada diálogo me tocava profundamente em todos os aspectos da minha vida, não só na questão profissional, mas principalmente na minha postura como educadora popular e como um ser inacabado que se constrói com o outro, como “num reflexo do espelho”, que tão sabiamente referiu Daniel.

Nas águas de lemanjá, há espelhos, oferendas que ela sempre recebe, e foi através desse grande espelho dourado e cheio de conchinhas que encontrei no baú dos tesouros o MNPR; ele refletia sua imagem forte e acolhedora no espelho. Ao olhar para o espelho, vi-me nele; conectamo-nos pelo olhar e logo por todo o meu corpo, que me autorizava a unir-me a outros corpos para contar o conto mais encantador e surpreendente que já contei. Sabia que estava ali por uma decisão da coordenação desse processo, por compreender, como me contou Elenice, que eu poderia mergulhar nessas águas por ser uma mergulhadora do mar da sistematização com experiência; portanto, não teria medo de me molhar – mas esse mar tem muitos mistérios desafiadores e esta mergulhadora passou algumas noites no encantamento desses mistérios, navegando em águas calmas e fortes para conseguir se encontrar e navegar segura.



Depois de algumas noites nesses mistérios, comecei o diálogo com os mergulhadores(as) do Movimento. A primeira reunião com Darcy foi bem rápida; de cara, gostei muito dele, um ser de luz e muito humano, sua tranquilidade e generosidade me acalmavam sempre que o chamava pelo celular para agendarmos nossas reuniões ou falar sobre outras coisas que emergiam do baú. Depois desse encontro, tive a primeira reunião com a participação de Daniel e Vanilson, no dia 14 de abril de 2021; nesse primeiro mergulho, já começamos a construir o Plano de Sistematização, a metodologia utilizada foi a mesma que utilizamos para elaborar o Plano de Sistematização da Escola de Formação Política Beatriz Nascimento, do Odara – Instituto da Mulher Negra, através do Google Doc. Cada um tinha sua cor: eu fiquei com a cor preta; Elza, com **laranja**; Daniel, com **verde**; Darcy, com **vermelho**; Vanilson, com **azul**. A diferença nessa construção da narrativa é que eles falavam e eu ia escrevendo nas respectivas cores:

Identificação: Movimento Nacional de População de Rua, organizado com pessoas com trajetórias de rua (não está na rua, mas pode voltar) e em situação de rua. **Massacre da Praça da Sé, em 19 de agosto de 2004 – uma semana de massacre**. Pessoas envolvidas na elaboração da Sistematização: **Darcy (SP), Daniel (SC), Vanilson (RN), Rafael (AL)**. Sistematizar práticas metodológicas de formação na Educação Popular realizadas em ambiente virtual/digital desenvolvidas por sujeitos sociais populares em suas organizações no contexto da pandemia Covid-19 (abril 2020 e março 2021) a fim de acumular subsídios para sua recomendação a processos formativos e organizativos. **Processo de Sistematização – ANTES da PANDEMIA – Nacional – Encontros – três dias de formação – determinados estados – feito no DF – Brasília – manifestações – Direitos Humanos – Política Nacional de Formação - Decreto Presidencial da Política de População de Ruas 7053/2009 – Comitês e Centro Nacional de Rua – debates, fóruns – estados e municípios fazem adesão a essa política – Encontros Nacionais – dentro do processo de formação – Elege um estado para sediar o encontro de formação – último encontro foi em Maceió - Já houve encontros em BA, RS, ES, RJ. Daniel – abril/2021 – Encontros da coordenação nacional – Dia Nacional da Vacinação de População de Rua – 11 estados – 1 dia para a MNPR – com a coordenação nacional – Como estava a situação na pandemia? Comida, água potável, máscara, comida? Acolhimento – Quantos foram infectados, quantos morreram? Para realizar o congresso do movimento; participação de processo de formação realizado pela defensoria pública SC; Realização**

de lives para falar sobre o Movimento – Formação na Ação. Levar para outros companheiros o que está sendo feito nesse processo.

Vanilson - Quando começou a pandemia - não houve processo de formação - Houve duas reuniões – dezembro de 2020: Brasília, abril de 2021: Maceió; Houve participação em lives – envolvendo o Movimento; Seminários – atividades gerais – Não foi uma formação do Movimento em si - não foi uma proposta de formação do movimento – participação como convidados.

ELZA – Formação na Prática/Ação – Paulo Freire - “SER MAIS” – O que é a cultura de rua? Como essa cultura possibilita que esses sujeitos saiam da cultura de violência para uma cultura de solidariedade e na busca dessa cultura libertária.

Cultura de reciprocidade – Alguém no grupo deve fazer esse papel de recolher quem cai – Entender como esse respaldo – entre eles. Objeto da sistematização – a relação com parcerias - que leva a fazer lives e a participar de encontros – não feitos por eles. FORMAÇÃO NA PRÁTICA – acontece desde as instituições próprias (casa de amigos) e a distribuição de marmittas – formação ação – movimentos na rua – vacinação – distribuição de marmittas; pensar a proposta metodológica para realizar a sistematização.

Esse primeiro diálogo foi para falar da concepção de sistematização e para conhecer o Movimento e os mergulhadores que mergulhariam comigo nesta prática. Nessa reunião, tivemos a participação de Elza, que me ajudou a refletir sobre o objeto da sistematização. Esse primeiro diálogo me deixou em choque, estava diante de um Movimento totalmente diferente de todos que conhecia e com os quais já tinha trabalhado. O Movimento não tinha uma escola de formação, tampouco um processo de formação continuada; a pergunta que se ampliava na minha cabeça era como seguir um marco referencial que apontava para algo que não conseguia enxergar nas práticas formativas do Movimento naquele momento. Depois dessa reunião, agendei uma nova reunião (em 19 de abril de 2021), mas só teve a participação de Darcy, que respondeu algumas perguntas, deixando-me mais envolvida nesse mistério.

Nas reuniões seguintes, que aconteceram nos dias 23 e 29 de abril de 2021, seguimos a construção do Plano de Sistematização. Percebi que, embora o Movimento não tivesse uma formação continuada, existia outro tipo de formação: aquela que acontecia na vivência diária de cada integrante do MNPR, nas ruas, nas marquises, malocas e embaixo dos viadutos, onde a vida acontecia dentro das diversas realidades que emergiam. Suas dores, cores e sombras se forjam nos sujeitos e sujeitas que se encontram em situação

de rua, marginalizados(as) por uma sociedade egoísta e opressora que se desenvolve no sistema capitalista. Nominamos essa formação de **formação na ação e formação através de parcerias**.

Ao compreender como acontecia a formação no Movimento, senti em meu coração que tinha descoberto um enorme tesouro; agarrei-me a ele e comecei a navegar nesse mar, agora mais calmo, embora logo a seguir fosse me deparar com uma tormenta: Vanilson não compreendia o processo e insistia que deveria ser realizado com todo o Movimento, o que não seria possível, visto que não teríamos tempo para uma sistematização tão grande. Para me ajudar a atravessar a tempestade, enviei um S.O.S. para Elenice; ela e Valdevir conversaram com Vanilson, que compreendeu o processo – só assim consegui atravessar a tormenta com segurança. **Quero** registrar que tive várias dificuldades para reunir esses integrantes do Movimento, eles têm uma agenda imensa de **lives** e encontros virtuais, além do contato direto com a população em situação de rua todos os dias.

Com mais tranquilidade, continuei a mergulhar na experiência para elaboração do Plano de Sistematização. A reunião seguinte aconteceu no dia 5 de maio de 2021; depois da tormenta, íamos avançando na elaboração final do Plano, escutando atentamente Darcy, Daniel e Vanilson. Marcamos uma nova reunião para o dia 22 daquele mês, mas ela foi cancelada porque a direção do Movimento tinha um seminário com um dos seus parceiros – o **Projeto Juntos**, organizado pelo Cisarte/SP, do qual fui convidada por eles a participar. Considero que essa reunião foi muito importante para compreender o MNPR. O Plano foi concluído no dia 2 de junho de 2021, quase um mês depois da última reunião, visto que tinha dificuldades de agendar com pelo menos dois integrantes do Movimento para seguir nessa elaboração. Desde o início, sentia falta de uma voz feminina nesse processo, por isso insistia em escutar essa voz; foi na nossa última reunião que Darcy me passou o contato de Maralice, ela não participou da construção do Plano mas foi uma das entrevistadas, e sua voz enriqueceu a experiência – jamais esquecerei essa mulher guerreira e vitoriosa que luta pela PoP Rua no Rio de Janeiro e nacionalmente. No total, foram realizadas sete reuniões e um seminário.

Concluído o Plano de Sistematização, dentro da proposta metodológica, estava previsto realizar rodas de conversa de maneira coletiva; entretanto não conseguia um encontro com a participação de todos e todas, por isso tive que fazer entrevistas individuais, que aconteceram de acordo com a disponibilidade dos entrevistados. A primeira aconteceu no dia 21 de junho de 2021, com Darcy; a segunda, com Daniel, no dia 13 de julho; a terceira, com Maralice, no dia 16 de julho; a última, com Vanilson, no dia 18 de julho.

Meu tempo de escuta, escrita e conclusão do documento final para o seminário estava muito curto, foram dias de muita dedicação para cumprir com os prazos estabelecidos. Diferente do mergulho no Odara, a construção da narrativa do MNPR foi solitária e desafiadora; em um determinado momento, quase no final, travei, não conseguia avançar, foi aí que a **mergulhadora/sereia Elza Falkembach** surgiu, segurou em minhas mãos e navegou comigo – desde o início sabia que ela estaria pronta caso necessitasse.

Quero deixar registrada neste documento uma frase de Maralice que não consta no documento final da sistematização. Em um dado momento da entrevista, perguntou “Você sabe qual a diferença entre você que está na sua casa e uma pessoa que está em situação de rua?” Antes da minha resposta, ela disse que a única diferença são **“as paredes”**. Explicou que, quando temos uma casa e estamos entre paredes, todos os nossos problemas, seja qual for a natureza deles, não são criminalizados pela sociedade: por exemplo, se temos problemas com álcool e drogas, vamos procurar ajudar médica, psicológica, etc.; para as pessoas que estão em situação de rua, não existe essa proteção. Essa sociedade que cuida e protege seus filhos, filhas, pais, etc. dentro das suas casas, sob a proteção das paredes e telhados, criminaliza os sujeitos e sujeitas que estão vivendo em situação de rua, chamando-os de “bêbados”, “drogados” e “marginais”.

Ao escutar esse depoimento, passei a refletir sobre a **“feiura”** que está enraizada em nossa sociedade, pautada na opressão e no sistema capitalista que domina a humanidade; ao mesmo tempo, refletia qual o meu papel como educadora popular para ajudar a transformar essa **“feiura”** em **“boniteza”**. Pensar em boniteza a partir de Freire nos remete a compreender, como aponta Donaldo Macedo, citado em *A palavra boniteza na leitura de mundo*, de Paulo Freire (2021), que “a boniteza é, acima de tudo uma postura ética, um ato político que pode ser disparado até pela ‘feiura’, a ponto de que mesmo aquilo que pareça feio pelos padrões convencionais possa, de fato, ser o gatilho para que a reivindicação humana por justiça, seja executada”. Neste sentido, trago que, para enfrentar essa feiura e transformá-la em **“boniteza”**, faz-se necessária **conscientização política** para que as vozes de pessoas com Maralice se juntem a outras vozes sensíveis às mudanças sociais no nosso país, na luta por políticas estruturantes e emancipatórias – como moradia, trabalho e renda – para as pessoas que estão em situação de rua.

Enxergo esse momento como uma aprendizagem enorme, primeiro porque sistematizar duas experiências ao mesmo tempo é sem dúvida muito desafiador. Sinto que teria muitas coisas para explorar no baú do MNPR,

a exemplo do que propôs o professor Eldon, sobre os motivos que levaram essas pessoas a ficarem em situação de rua; era possível aprofundar esse tema sem sair do eixo da sistematização. Outra coisa foi a consideração de Rejane quando propôs a reflexão de que poderia ter trazido mais mulheres para esse processo e aprofundar temas que encontramos nesse universo feminino – a entrevista de Maralice deixa isso muito claro.

Nas reuniões do GT de sistematização, com a participação dos outros movimentos, nem sempre contamos com a representação do MNPR, primeiro por questões de agenda, depois por questões de conectividade – Darcy participava dos nossos encontros através de computador e celular, Daniel sempre usou o celular, Vanilson quando podia usava computador. Tive uma reunião com Darcy em que ele participou até o celular descarregar, o que mostra o seu comprometimento com o processo. Como já relatado, senti-me muito só no seminário de apresentação do documento de sistematização; teria sido muito mais potente se tivesse os quatro mergulhadores(as) nesse dia. Espero que eles possam participar da segunda oficina (em 25 de outubro de 2021) e da nossa reunião de avaliação (em 5 de novembro de 2021).

O grande espelho que encontrei na chegada dentro do baú mostra que existe uma **formação na ação e formação através de parcerias**, em que esses sujeitos e sujeitas políticos se percebem como construtores de suas próprias histórias, capazes de **propor mudanças sociais para intervir nas políticas públicas estruturantes e emancipatórias, e para se tornarem atores sociais com vistas à transformação, mesmo com todas as formas de opressão e desumanização que a sociedade lhes impõe**. Reflete também que é importante a formação através de parcerias, desde que as parcerias tenham a mesma visão de mundo. Sobre os temas trabalhados, constatei que eles emergem das realidades diversas que se apresentam para a PoP Rua, como pandemia, fome, moradia, saúde, educação, etc. Aprendi que a vida em situação de rua não é permanente, mas o companheirismo entre os que um dia viveram nessa condição parece sê-lo; que a solidariedade é um princípio consolidado entre as pessoas que estão em situação de rua; que a formação na ação não é neutra, é reflexiva e propositiva – o educador(a) tem que aprender a criar e recriar; que o uso de novas tecnologias possibilitou aproximá-los da sociedade; que devemos banir o termo **“morador de rua”**: ninguém de verdade quer morar nas ruas, as pessoas **estão em situação de rua** por vários motivos, portanto lutar por políticas estruturantes e emancipatórias é o que o MNPR faz, sendo as principais reivindicações moradia, trabalho e renda.

Se olharmos a narrativa dessa sistematização, é possível observar o conteúdo poético que perpassa todo esse navegar. Cada poesia me tocava profundamente, cada depoimento me fazia passar noites acordada; precisava trazer essas vozes para a narrativa. Essa sistematização aconteceu a partir da oralidade, portanto tinha a responsabilidade de ser fiel a essas vozes – esse foi, sem dúvida, o meu maior desafio. Mergulhei profundamente nas poesias e cordéis que emergiam e, através deles, fui colorindo a narrativa com as vozes dessas pessoas incríveis; os princípios da Educação Popular saltavam como peixinhos a brincar nas águas desse mar e vi-me navegando em *Pedagogia do Oprimido* – o pensamento freireano se fez presente em sua totalidade. Toda a força poética que emergia do baú dialogava com a maneira como enxergo a vida: vejo poesia em tudo que habita o Planeta azul; através dela, posicione-me no mundo, encontro-me, perco-me e, quando me acho, já não sou mais a mesma!

g) Como emergi?

Sou uma mulher das águas dos rios e dos mares, por isso mergulhar em mares novos faz parte da minha existência. Aceitar este desafio, como mencionado anteriormente, me deixou feliz na chegada e, no decorrer do mergulho, ao navegar nas duas experiências, foram emergindo algumas inquietudes com relação ao tempo que teria para sistematizá-las; mas não desisti, as forças de lemanjá e Oxum me fizeram seguir navegando nesse mar. Quantas aprendizagens emergiam, quantas mergulhadores e mergulhadoras lindas conheci, quanta poesia e força ancestral emergiam do Atlântico! Meu coração sentiu gritar dentro dele a palavra **aquilombar** e meu ser aprendiz aquilombou-se para coisas tão íntimas que não cabem neste documento.

O espelho que Daniel utilizou para enxergar-se é o mesmo que tenho utilizado na minha simples existência; assim como ele, tenho momentos profundos de reflexão sobre a minha prática como educadora popular, que não se limita aos espaços profissionais, mas se estende a toda minha vida, como mulher, companheira, mãe, amiga, militante, etc. A expressão trazida por Maralice ecoa em meu cérebro e coração, por me chamar a colocar-me no lugar do outro e, principalmente, por compreender e reforçar aquilo que essa concepção de sistematização de experiências aponta: só quem pode falar da vivência é quem a viveu.

Concluo este documento com a mesma alegria que cheguei para mergulhar no mar dessas duas sistematizações. Saio encharcada de novas aprendizagens, desafios e com a sensação de incompletude que domina

minha alma aprendiz. Ao mesmo tempo, meu coração se enche de utopia e esperança, em uma perspectiva libertadora que traz em suas entranhas a “boniteza” ética, estética e política.

Referências

FREIRE, Ana Maria Araújo (org.). *A palavra boniteza na leitura de mundo de Paulo Freire*. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

RATTS, Alex. *Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza; Imprensa Oficial, 2006.

RIOS, Flavia; LIMA, Márcia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2020.

Relato do processo de sistematização de práticas de formação “Curso de formação de agentes populares de saúde” e “Curso de extensão Hilário Dick: acompanhamento e assessoria pastoral para jovens”

Jonas C. L. Valente⁸

O presente relatório traz um relato analítico da minha trajetória na sistematização de duas práticas formativas no âmbito do projeto “Sistematização de práticas metodológicas de formação na Educação Popular em ambiente virtual/digital”, realizado pelo Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP), entidade com sede na cidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

No documento, buscarei apresentar como se deu o desenrolar do projeto no âmbito da equipe de sistematização, do processo de seleção à finalização. Também abordarei especificamente as duas práticas formativas a mim designadas: “Curso de formação de agentes populares de saúde”, conduzido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em parceria com diversas organizações da sociedade civil e instituições públicas de pesquisa; e “Curso de extensão Hilário Dick: acompanhamento e assessoria pastoral para jovens”, promovido pela Pastoral da Juventude em parceria com a Pastoral Estudantil e com a Universidade La Salle.

Ao longo do texto, pretendo fazer uma descrição do processo, importante para o registro de como a atividade foi pensada e executada no contexto do projeto. Aí, a narrativa combina o desenvolvimento da iniciativa como um

⁸ Jornalista e pesquisador. É formado em Comunicação Social pelo UniCEUB Brasília, mestre em Políticas de Comunicação pela Universidade de Brasília e doutor em Sociologia pela mesma instituição.

todo e a atuação específica empreendida por mim nas duas sistematizações dos cursos elencados para a minha tarefa dentro da equipe. Neste sentido, a redação compõe um quadro da evolução do projeto juntamente com os demais sistematizadores, consultores e a coordenação do projeto. Mas, ao mesmo tempo, o relato acrescenta uma análise própria, construída em diálogo com a equipe do projeto, acerca do trabalho desenvolvido e do diálogo estabelecido com os movimentos sociais sujeitos das práticas selecionadas.

Ainda nessa seção preliminar, faço um rápido resgate sobre minha entrada no projeto. Foi com interesse que recebi a informação sobre a iniciativa, realizada por uma entidade de referência na sociedade civil e no movimento de direitos humanos no Brasil. Considerei a ideia do projeto extremamente importante, por uma série de fatores. Em primeiro lugar, por ser um estudo sobre o tema das plataformas e poder entrar em contato com o uso dessas ferramentas e agentes em um contexto específico, o que permitiria um conhecimento maior sobre o emprego de tais sistemas tecnológicos por segmentos sociais.

Em meus estudos sobre o tema, desenvolvi a formulação de que as tecnologias são reguladas e regulam a sociedade, em um processo dialético. Isso ocorre também com as plataformas, entendidas aí como sistemas tecnológicos. Durante a pandemia, elas passaram a ser muito mais utilizadas. Se isso foi resultado dos determinantes e vetores sociais, ao mesmo tempo as plataformas passaram a também definir e modular como nos comportamos em diversas atividades, inclusive na educação, nos encontros virtuais e nos contatos entre movimentos, coletivos e associações, bem como na esfera de trabalho.

Partindo dessas reflexões, pareceu-me muito importante entender melhor como essas plataformas estavam sendo utilizadas por movimentos sociais durante a pandemia, mas não só, uma vez que tais recursos já eram empregados e possivelmente passarão a fazer parte da vida dessas organizações. Especialmente no caso das atividades formativas, as plataformas vêm avançando sobremaneira na esfera educacional, com contratos, acordos e parcerias com instituições públicas e privadas. Assim, conseguem ter acesso aos dados da comunidade acadêmica, além de disciplinar os limites de como as atividades pedagógicas são planejadas e realizadas.

Ora, sistematizar essas práticas seria uma forma de conhecimento de situações dentro desse contexto e de problematização sobre como os movimentos sociais estão adotando as tecnologias digitais, em especial as plataformas digitais. Em que pesem essas plataformas serem observadas

muitas vezes como facilidades por quem as utiliza, inclusive setores mais críticos, muitas vezes as consequências desse uso não são percebidas.

1. Organizando o trabalho

Após a seleção da equipe de sistematização, esta foi reunida juntamente com a coordenação para começar a organização do trabalho. Eu, particularmente, estava ansioso e apreensivo, uma vez que não vinha de experiências de sistematização e não era familiarizado com as metodologias. Contudo, a experiência de militância e de Educação Popular poderia ser um fator atenuante a contribuir para que a inserção no processo não fosse difícil. Também esperava poder contribuir com as reflexões sobre a temática das plataformas para o conjunto da equipe.

A equipe de sistematizadores foi montada com parâmetros muito ricos, juntando pessoas de diferentes locais, com distintas experiências e históricos. Tínhamos pessoas com experiência na militância, na Educação Popular, na sistematização e com diferentes segmentos, de várias partes do País. Homens e mulheres brancos e negros, com perfis que certamente poderiam complementar o trabalho e promover uma rica troca de experiências. Ao conhecer os colegas de sistematização, foi ficando mais claro para mim como esse seria um esforço coletivo, com intercâmbios de impressões, reflexões e sugestões da parte de cada um e cada uma.

Uma surpresa positiva foi encontrar não apenas a coordenação e a equipe de sistematização, mas consultores especialistas que são referências no assunto, Oscar Jara e Elza Falkembach, além de outros consultores que participariam das reflexões, como Duda e Eldon. A impressão foi a de que essas opções por um time multidisciplinar e com diferentes referenciais acrescentaria muito não somente à abordagem metodológica mas à condução do trabalho de sistematização como um todo.

As primeiras reuniões com a coordenação – Paulo Carbonari e Elenice Pastore – foram de apresentação do projeto, das diretrizes metodológicas, do cronograma e dos procedimentos operacionais para contratação e funcionamento da equipe, como calendário de reuniões, dinâmica de funcionamento e organização dos debates. Foi decidido que seria montado um grupo na plataforma WhatsApp para comunicação entre a equipe.

Um dos primeiros trabalhos foi a seleção dos movimentos sociais que seriam convidados para os processos de sistematização. Essa escolha coube à coordenação, que fez o contato com representantes desses movimentos.

Nas reuniões da equipe, o conjunto de agentes sociais foi debatido, com sugestões. Ao fim, o recorte final terminou com um rol bastante representativo de movimentos, incluindo os maiores do País, como a Central Única dos Trabalhadores, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o movimento feminista. Também foram incluídos outros segmentos, como população de rua, organizações quilombolas, a Pastoral da Juventude, o movimento de pessoas afligidas pela hanseníase, entre outros.

A seleção conseguiu articular um conjunto de parâmetros importantes para um trabalho com esses objetivos. Reuniu grandes organizações mas assegurou a diversidade dos segmentos representados e das próprias entidades, com diferentes experiências, modos de organização, recursos financeiros e estruturas de pessoal interno. Essa diversidade seria fundamental para que um trabalho de sistematização de diversos agentes pudesse apreender distintas situações, fatores, obstáculos e desafios.

Outro trabalho importante no planejamento do projeto foi o debate sobre o Marco Referencial de Orientação da Sistematização (MROS). Tivemos encontros com os especialistas consultores para qualificar mais nosso entendimento sobre o trabalho da sistematização. Foi muito profícuo poder ouvir e debater com pessoas que são referência, como Oscar e Elza. Especialmente diante do meu receio pela falta de acúmulo no tema, esses encontros foram sobremaneira importantes para compreender um pouco melhor do que se tratava a sistematização.

Vi de forma bastante positiva esse arcabouço calcado em Paulo Freire e nas abordagens da Educação Popular latino-americanas que afirmam a necessidade de construir espaços dialógicos. Veio à mente para mim um dos livros referência da minha formação: *Extensão ou Comunicação*, de Paulo Freire (1969/2014). Até hoje essa obra é utilizada por estudiosos e realizadores da comunicação crítica como uma referência para se evitar um processo verticalizado, buscando a comunicação dialógica e a interação intersubjetiva dos sujeitos.

A articulação entre a Educação Popular e a comunicação, tão sofisticadamente pontuada por Paulo Freire, era mais do que necessária para o objeto da sistematização, uma vez que estávamos falando de práticas de Educação Popular em plataformas de comunicação. Se educação e comunicação se aproximam, nos dizeres de Paulo Freire, para além da comunicação entre os sujeitos, falávamos também de uma comunicação mediada; e mediada por esses novos agentes, com tamanho poder sobre o condicionamento das dinâmicas de circulação de informação e de interação entre os indivíduos na contemporaneidade.

O marco referencial trazia, de forma detalhada, a proposta de abordagem metodológica que seria utilizada. O esboço inicial era bastante amplo, abrangendo tanto aspectos do planejamento e realização das atividades formativas quanto questões sobre o uso das plataformas. Um conjunto de categorias a serem incorporadas no processo de sistematização foi trabalhado na forma de tensionamentos, tendo como um dos itens centrais o tensionamento entre o virtual e o real no âmbito dessas experiências.

Avaliei que seria importante apresentar sugestões ao marco de referência no tocante ao uso das plataformas. Elaborei um documento com algumas reflexões sobre o tema, com perguntas e questões que poderiam ser incluídas entre as categorias e aspectos a serem considerados durante o processo de sistematização. Entre as propostas que submeti ao grupo estavam as que seguem.

1.2. Preocupações centrais

1) As condições de acesso dos participantes das práticas formativas e como impactam o acompanhamento das práticas.

2) A concepção de tecnologia, meios tecnológicos e plataformas digitais.

3) O conhecimento acerca do funcionamento das plataformas digitais, suas regras internas, interesses econômicos e políticos.

4) O processo de escolha da plataforma, incluindo as instâncias em que este se deu.

5) A avaliação da plataforma e de como ela facilita, limita ou condiciona as práticas formativas.

6) Os dados coletados e o tratamento dado a eles.

7) A preocupação e busca por plataformas alternativas.

E foram formuladas as seguintes sugestões de perguntas:

1) O movimento fez um levantamento acerca das condições de acesso dos participantes? Como as condições de acesso restringem de alguma forma a participação dos sujeitos? Quais ajustes o movimento fez diante dessas restrições?

2) Quais são as concepções de tecnologia, meios tecnológicos e plataformas digitais dos participantes da sistematização? O que mudou nessas concepções a partir do uso mais intenso dessas tecnologias durante a pandemia?

3) Qual o conhecimento dos sujeitos sobre a forma de funcionamento das plataformas? Já leram os termos de serviço, as diretrizes da comunidade

e a política de privacidade? Já refletiram sobre os objetivos econômicos e políticos por trás dessas plataformas? A quem elas beneficiam?

4) Como se deu o processo de escolha da plataforma para as atividades formativas? Quem foram os responsáveis pela decisão? Houve análise de outras alternativas? Caso sim, quais as razões para a escolha da plataforma selecionada?

5) Qual a avaliação da plataforma em relação às práticas formativas? Que tipo de atividades ela permite e/ou facilita? Que tipo de atividades ela impede ou limita? Quais práticas tiveram de ser ajustadas em função dessas limitações da plataforma? Qual o impacto disso no processo formativo?

6) Sabem quais dados dos sujeitos a plataforma coleta? Sabem como esses dados são tratados? Sabem com quem esses dados são compartilhados? Os organizadores da prática formativa conhecem os requisitos fixados pela legislação brasileira de proteção de dados? Os dados coletados foram pensados a partir da legislação e de uma concepção de proteção de dados?

7) Houve discussão no movimento acerca da busca de soluções alternativas? Houve debate sobre o uso de soluções livres? Caso sim, como este se deu? O movimento possui alguma instância voltada à área de comunicação ou tecnologia? Como os debates sobre o uso de plataformas nas ações do movimento são problematizadas nessas instâncias?

As sugestões foram, em geral, acatadas na versão final do marco referencial, bem como outras diversas reflexões apresentadas por integrantes da equipe do projeto, em um processo bastante rico de discussão sobre a abordagem metodológica, que já adiantou desafios, possíveis obstáculos e dimensões que deveriam ser observados e cuidados ao longo do processo de sistematização.

Ainda no âmbito do debate sobre a conjuntura, fui convidado pelos coordenadores para fazer uma fala à equipe sobre plataformas digitais como subsídios às nossas reflexões. Busquei socializar um pouco das pesquisas que venho realizando. Abordei, entre outros aspectos: 1) os vários termos e conceitos empregados para caracterizar o fenômeno; 2) o papel das plataformas no novo paradigma da informação e da economia digital; 3) a forma de funcionamento das plataformas; 4) a maneira como as plataformas preveem e modulam comportamentos; 5) a expansão das plataformas para cada vez mais campos de atividade.

Definido o conjunto de movimentos que participariam da sistematização e consolidado o marco de referência, o planejamento do trabalho envolveu a divisão dos movimentos entre os sistematizadores. A mim, foram designados o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Pastoral

da Juventude, em cada uma de suas atividades formativas desenvolvidas durante o período da pandemia que fizeram uso de plataformas digitais.

Fiquei bastante contente com a escolha. Posso uma atuação próxima ao MST há bastante tempo, desde a época de militante estudantil, e tenho mantido essa relação de diversas formas: já participei da rede de jornalistas em defesa da reforma agrária; militei em espaços onde o MST esteve presente e contribuí em atividades de formação do movimento em algumas ocasiões. Quanto à PJ, também considerei interessante por se tratar de um movimento sobre o qual sabia muito pouco, até por minha relação mais distante com a igreja. Seria uma oportunidade de me aproximar e conhecer um pouco mais sobre as iniciativas e o modo de organização dessas entidades.

Por fim, houve um debate na equipe sobre como seria feita a sistematização, se individualmente ou por mais de uma pessoa. Foi ventilada a proposta de que sistematizadores participassem de alguma forma dos processos de movimentos de outras pessoas, como forma de contribuir à reflexão. Em debate, a equipe terminou por entender ser mais produtivo manter os movimentos com cada sistematizador e ter o grupo de WhatsApp como espaço de troca de informações, ideias e recomendações que ajudassem ao longo dos processos.

2. A imersão na sistematização do MST

O MST foi selecionado pela coordenação do projeto. Os interlocutores do movimento definiram como prática formativa a ser colocada no projeto um curso de agentes populares de saúde. Foi socializado o contato de uma representante do setorial de saúde do movimento e da coordenação da entidade em Pernambuco, Alexandra Rodrigues, ou Leka. Desde o início, o contato foi muito positivo com Leka; ela, como muitos ativistas, possuía uma agenda cheia e estava sempre corrida, mas foi bastante solícita no diálogo, feito por meio do WhatsApp.

O primeiro estágio da metodologia era desenvolver o Plano de Sistematização de Práticas Específicas. O plano consistia em um detalhamento e concretização para aquele movimento e prática formativa dos caminhos metodológicos definidos no marco referencial, em um documento semelhante ao que seria uma metodologia e procedimentos metodológicos de uma pesquisa.

No plano, os sistematizadores foram instados a fazer uma primeira contextualização do movimento em questão e indicar como a sistematização

seria conduzida. Busquei informações sobre o MST no *site* da entidade, para evitar que Leka fosse sobrecarregada. No portal do movimento, as informações confirmavam as características da organização que eu já conhecia, com alguns acréscimos interessantes, apresentados de forma sintética no documento. Parte do documento recuperava orientações e bases já postas no marco referencial, como os conceitos, a justificativa e os eixos de sistematização, bem como os conceitos em diálogo – o próprio de sistematização, por exemplo.

Um primeiro desafio metodológico foi como lidar com o recorte do curso. Isso porque ele teve início em Pernambuco mas depois foi reproduzido e adaptado em diferentes estados. Demandeí de Leka que avaliasse quais estados poderiam participar da sistematização, para que não ficassemos somente com Pernambuco. Ela não definiu isso inicialmente, mas disse que procuraria contatos de pessoas que estavam na coordenação de outros estados. Essa construção terminou por ocorrer ao longo do processo de sistematização. Leka informou que convidou pessoas para as reuniões com os integrantes das coordenações do curso. Contudo, apenas uma militante do Ceará, Vera Mandarino, participou de uma das reuniões.

No esforço de incluir na sistematização mais estados, segui solicitando contatos para Leka. No fim, ela enviou contatos de militantes de dois estados: Mato Grosso do Sul e Espírito Santo. Enviei mensagens pelo WhatsApp para essas pessoas e iniciei um diálogo com elas de solicitação de informações, documentos e dados sobre a realização das práticas, como será detalhado adiante. A inclusão de quatro estados constituiu, a meu ver, um recorte razoável para a sistematização, permitindo abarcar uma diversidade, mas sem algo muito amplo.

Discuti com Leka como faríamos as conversas com os integrantes das práticas para encaminhar a sistematização. Combinamos que faríamos pelo menos quatro reuniões, com ela buscando trazer outros militantes envolvidos no curso. No total, foram realizadas quatro conversas virtuais: três ocorreram somente com Leka; a quarta contou com a presença da militante e integrante da coordenação do curso no Ceará Vera Mandarino.

As reuniões foram fundamentais e se constituíram na principal fonte de informações da sistematização. Preparei um roteiro de perguntas a partir dos eixos da sistematização definidos no marco referencial e no plano desenvolvido por mim em diálogo com Leka. Não foi possível esgotá-lo na primeira reunião, quando Leka falou mais genericamente sobre a iniciativa. Ali entendi que se tratou de um projeto que surgiu de uma campanha com mais entidades, chamada “Mãos Solidárias”, surgida em Pernambuco e com

movimentos sociais diversos, instituições religiosas, instituições públicas e de pesquisa.

Foram então realizadas novas reuniões com Leka. Em cada uma delas, busquei cumprir as perguntas do roteiro que abordassem todos os aspectos previstos no marco referencial e no plano de sistematização. Leka repassou muitas informações. Na única reunião com outros integrantes, uma do Ceará, foi importante ter uma impressão complementar sobre a realização do curso. Vera Mandarinó fez um relato sobre como organizaram as atividades no estado, as dificuldades que enfrentaram; foi quando apareceu de modo mais efetivo o efeito dos obstáculos de conectividade para que os assentados pudessem participar do curso.

Com os relatos, foi possível perceber um caráter dinâmico do curso: ele nasceu de uma iniciativa de uma rede em Pernambuco; foi adaptado pelo MST para os assentamentos e “exportado” para outros estados, que o adaptaram de acordo com suas realidades. Para observar essas aplicações concretas, como dito anteriormente, fui atrás de pessoas de outros estados. No Espírito Santo, o curso foi promovido a partir de uma rede de entidades, distinta daquela que originou a prática formativa em Pernambuco. O caso do curso de agentes populares de saúde no Espírito Santo exemplifica o caráter dinâmico da prática. Os organizadores incorporaram o modelo realizado em Pernambuco mas planejaram a atividade no estado de acordo com os movimentos envolvidos na rede promotora e com as demandas desses. No fim, conseguiram abarcar uma diversidade importante, com turmas de jovens, quilombolas e trabalhadores rurais em diferentes áreas do estado.

Em Mato Grosso do Sul, o caráter dinâmico do curso foi visto inclusive em seu conteúdo e metodologia. A organização analisou o conteúdo programático e resolveu incluir um módulo adicional, a partir das necessidades dos movimentos organizadores e da realidade do estado. Essas situações evidenciam como o caráter nacional fez com que o curso pudesse se transformar em um movimento com ramificações próprias e com capacidade de adaptação aos locais.

Um elemento interessante foi o fato de o curso ter sido realizado de forma híbrida, com atividades virtuais e presenciais. Esse caráter poderia trazer subsídios comparativos para a análise. Desta forma, uma demanda que levei para Leka foi conseguir falar e ter informações desses dois momentos, para identificar os tensionamentos e as diferenças de planejamento, execução e participação dos educandos nos momentos presenciais mas também, fundamentalmente por ser o objeto do projeto, nas situações que contaram com a mediação por plataformas digitais.

As plataformas foram usadas para disponibilizar vídeos com orientações e informações produzidos pela equipe de organização do curso em Pernambuco, articuladas em torno da campanha “Mãos Solidárias”. Os conteúdos foram elaborados em parceria com especialistas da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em sua sede, em Pernambuco. Foram produzidos três vídeos, com diferentes explicações sobre o coronavírus: como combater a pandemia e como organizar a comunidade para prevenir o contágio e defender direitos.

A linha do curso de agentes populares de saúde trazia uma ideia bastante interessante: mobilizava comunidades periféricas na cidade e em assentamentos no campo para se informar mais sobre a pandemia, como preveni-la e combatê-la. Para isso, buscava estratégias pedagógicas bastante eficazes, como trabalhar com póde diferentes cores para ilustrar as possibilidades de contágio pelo coronavírus. Os conteúdos traziam também orientações para que as comunidades formassem grupos, brigadas para monitorar e acompanhar as famílias e pessoas, indo além de uma replicação pontual das orientações de prevenção.

Curso de formação de Agentes Populares de saúde.



Fonte: MST.

O curso levava, assim, uma ideia de organização das comunidades, indo ao encontro da dinâmica do MST. A atividade acrescentou um outro aspecto, problematizando a recomendação para ficar em casa quando as pessoas não possuem direitos. A atividade ressaltava a necessidade de, no contexto da pandemia, não apenas adotar as medidas não farmacológicas mas organizar as pessoas ao seu redor para exigir respeito e promoção de

direitos diversos, dos mais básicos, como à alimentação, até outros, como à moradia.

Neste sentido, o momento presencial ocorreu tanto em aulas em assentamentos e comunidades periféricas quanto no contato com as famílias das comunidades pelas brigadas. Não tive a possibilidade de acompanhar esses momentos, tendo os seus relatos ficado a cargo dos integrantes do movimento entrevistados. Segundo essas pessoas, enquanto nos assentamentos era mais fácil conseguir garantir o distanciamento social, nas comunidades periféricas das cidades foi um desafio conseguir realizar as visitas às famílias respeitando as medidas não farmacológicas. Outro problema relatado e que acabou não entrando na pesquisa foi o negacionismo, até mesmo dentro do movimento, especialmente a partir de pessoas evangélicas.

Uma das dificuldades iniciais foi juntar educandos que participaram de alguns cursos. Infelizmente não houve a participação de nenhum deles nas reuniões. Com isso, as visões e perspectivas que serviram como base para a coleta de dados e informações eram apenas da coordenação do curso, do setorial (na figura de Leka) e de outros militantes envolvidos na coordenação dos cursos nos estados mencionados. Levei a questão ao grupo da equipe.

As avaliações foram no sentido de que era muito importante ter a percepção sob a ótica dos educandos. Essa era uma concepção que eu mesmo possuía já, mas encontrava dificuldades operacionais. Diante das sugestões dos colegas e da coordenação, insisti com Leka para obter contatos de alguns educandos e fui atrás das coordenadoras no ES e MS. Consegui falar com pelo menos duas educandas, que trouxeram uma análise positiva do curso.

Curso de formação de Agentes Populares de Saúde



Fonte: MST.

No formato híbrido do curso, as plataformas digitais também foram empregadas em alguns estados para disponibilizar e transmitir as aulas. Os vídeos realizados pela Fiocruz de Pernambuco foram bem produzidos e trouxeram de forma didática o conteúdo programático, facilitando também a minha percepção sobre a proposta do curso, a concepção do que seriam os agentes populares de saúde e as formas de articulação (já mencionadas) das comunidades para promover a prevenção contra o coronavírus e organizar a reivindicação de direitos.

Plataformas de mensagem (especialmente o WhatsApp) foram adotadas para a comunicação entre os coordenadores, facilitadores e os educandos, bem como entre esses no âmbito da formação das brigadas e da organização do trabalho de acompanhamento das comunidades, tanto na prevenção contra a Covid-19 quanto nas iniciativas de reinvidicação de direitos a autoridades políticas.

A questão do acesso, tal qual indicado, surgiu como algo central. O MST, com sua especificidade de movimento rural, envolve um conjunto de integrantes em áreas rurais, onde o acesso é pior tanto em quantidade quanto em qualidade. Nas conversas e entrevistas, ficaram claros os obstáculos por parte de residentes em assentamentos. Em algumas comunidades, não havia acesso nenhum; em outras, as pessoas ficavam dependentes de pacotes de celular – o problema destes é que, quando esgotada a franquia, a pessoa para de acessar a internet; se estão inclusos “serviços grátis”, ela fica limitada apenas a essas aplicações.

Esse obstáculo é confrontado pelo fato de as aulas e atividades da Educação Popular serem muito baseadas em vídeo, o que demanda muito consumo de banda e do pacote. Assim, mesmo que uma pessoa possuísse conexão, acessar um vídeo implicaria um consumo expressivo de seu pacote. Neste sentido, a condensação do curso em três vídeos e a opção por não desenvolver algo muito extenso me pareceram medidas importantes para assegurar um acesso maior. Mas a superação das restrições em muitos assentamentos foi dada pela realização das atividades presenciais, sinalizando como o modelo híbrido pode ser importante nesses contextos.

Com a coleta de informações, foi então momento de colocar no papel a sistematização. A estrutura foi discutida com a equipe, montada em quatro partes: uma contextualização, uma reconstrução da prática, uma análise da prática e recomendações. Na contextualização, foram colocadas informações sobre o movimento, sobre o curso e sobre a metodologia da sistematização. A reconstrução da prática teve uma dimensão mais descritiva, buscando apresentar como o curso se deu nos estados abarcados pela sistematização.

A análise foi momento-chave: de problematizar essas práticas. Ela foi dividida em duas partes: na primeira, os próprios participantes foram convidados a fazer uma avaliação do curso, de seus pontos positivos, obstáculos e desafios; na segunda, coloquei avaliações e problematizações a partir da minha perspectiva como sistematizador diante dos relatos que colhi.

Foi um momento complexo. Por um lado, formulei uma série de inquietações acerca da atividade; menos em relação ao conteúdo e metodologia, mais sobre os aspectos relacionados ao uso das plataformas. Fiquei receoso de que minhas problematizações fossem consistentes na parte de Educação Popular. E no caso do tema em estudo, tentei da melhor forma possível fazer uma leitura do processo que tivesse uma dimensão crítica mas de forma construtiva, para buscar provocar os integrantes do MST sobre o uso das plataformas daqui para frente. Neste sentido, busquei aplicar a perspectiva da reinterpretação crítica da sistematização discutida na equipe, sobretudo a partir das falas de Oscar Jara e Elza Falkembach.

O texto foi então enviado a Leka, para análise do movimento. Trata-se sempre um momento de expectativa, isso porque ficamos receosos para saber se a sistematização apreendeu o processo, as impressões e avaliações colocadas pelos sujeitos desse trabalho. O momento de exame é também fundamental para concretizar o caráter dialógico da sistematização, para que esta não seja apenas uma escuta ou algo que se aproxime de uma pesquisa acadêmica. Para minha felicidade, foram poucas sugestões de ajuste feitas, o que levou à finalização da primeira versão da sistematização.

O documento foi então submetido ao grupo, para que fosse feita uma análise pela coordenação e pelos consultores especialistas. Recebi exames valiosos de Paulo Carbonari e Oscar Jara, indicando pontos que poderiam ser mais explorados, mais bem esclarecidos e melhorados. Trabalhei então na segunda versão do documento de sistematização da prática específica, que foi submetido tanto aos movimentos quanto à coordenação para a elaboração do documento de sistematização do conjunto das práticas em uma perspectiva analítica e comparativa, a cargo de Paulo Carbonari.

3. A imersão na sistematização da PJ

O processo de sistematização da PJ foi ainda mais desafiador, por envolver uma realidade que conheço pouco, diante de minha relação com a espiritualidade. Mas não pensei que isso pudesse de forma alguma ser um obstáculo ou enviesar meu olhar sobre a prática formativa do curso de

assessoria de jovens e grupos de jovens. Apenas me trouxe o cuidado para captar a dinâmica de uma pastoral percebendo o papel da religiosidade e como essa dimensão deveria ser retratada adequadamente no decorrer da sistematização.

O interlocutor do movimento, Felipe Toniolo, foi sempre muito solícito. Fizemos uma primeira conversa para que eu pudesse compreender melhor o curso e como ele ocorreu, ainda de modo introdutório. Nesse momento, fiz perguntas mais gerais, ainda sem entrar no roteiro que havia sido construído a partir do marco referencial. Eu também aproveitei esse primeiro momento para explicar de forma mais detalhada a intenção da sistematização e como pensávamos em fazer o conjunto do trabalho.

Foi então marcada uma segunda conversa virtual para discutir o Plano de Sistematização da Prática Específica. Fiz um rascunho e o submeti à coordenação. O encontro contou com a participação de outros integrantes da coordenação, não somente Felipe. A proposta era ter acesso à documentação que estivesse disponível para saber mais sobre o curso e realizar reuniões para entrevistar diferentes participantes da experiência, da coordenação aos educandos, passando por facilitadores e assessores. Após diálogo, ficou definido que teríamos quatro reuniões:

1. com o conjunto da coordenação, para ter um relato do curso e uma avaliação sobre os diversos aspectos propostos pela metodologia da sistematização;
2. com os assessores que ministraram as aulas, para ouvi-los sobre os conteúdos ministrados e suas avaliações acerca de como foram a atividade virtual e a interação com os educandos;
3. com uma seleção de educandos, para discutir suas impressões sobre o curso, pontos positivos e obstáculos enfrentados ao longo da atividade;
4. uma reunião de validação a partir da primeira versão da sistematização, que seria encaminhada ao movimento.

Com essa dinâmica pactuada, passamos à execução do caminho pensado. A coordenação disponibilizou-me uma senha para acesso ao ambiente virtual onde o curso ocorreu, o Google Classroom. Nele, pude ter acesso a todas as aulas, às avaliações e aos comentários dos alunos durante os *chats* das aulas, bem como a outros materiais designados, como textos e vídeos de apoio para cada aula.

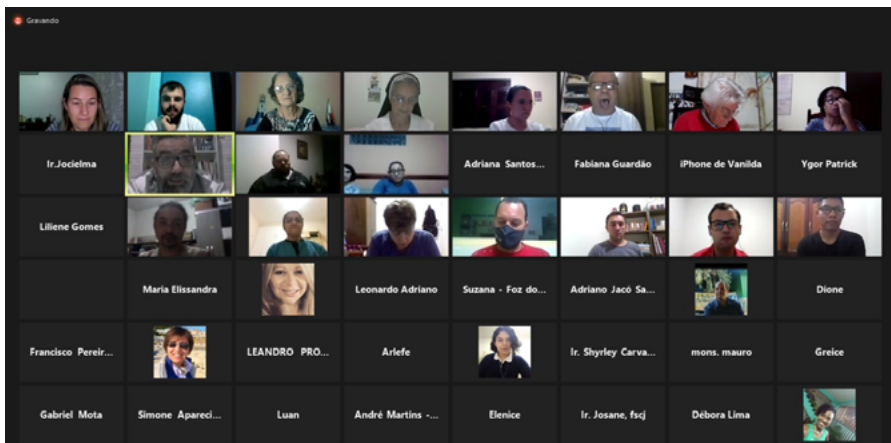
O curso foi estruturado em cinco módulos, totalizando 20 horas. A temática da assessoria de jovens e grupos de jovens foi organizada nesses

módulos com diferentes temáticas. O conteúdo programático e a sequência das aulas foram pensados para ir do geral – da discussão sobre juventude no Brasil hoje – para o específico, passando pelas características da assessoria, metodológicas e de implantação dessa atividade juntamente a jovens e grupos de jovens.

Um primeiro tema objeto de discussão com a coordenação foi sobre o porquê da opção pelas 20 horas e dos cinco módulos. A explicação foi a de que o propósito era planejar um curso que pudesse ocorrer ainda em 2020, em uma proposta mais “realizável”. Dessa forma, os cinco módulos foram desenhados pelos organizadores para cobrir os temas que consideraram fundamentais a serem abarcados nessa edição do curso. Foram pensados assessores com diferentes históricos, desde pesquisadores com acúmulo no tema da juventude a assessores com experiência na assessoria de jovens.

O curso foi todo realizado virtualmente. Como dito, o ambiente de referência foi o Google Classroom. Foram utilizadas duas plataformas para as aulas, o Google Meet e, posteriormente, o Zoom. A coordenação fez um planejamento com uso bastante complementar dos recursos, criando um grupo de WhatsApp e também enviando informes por *e-mail*.

Aula do Curso de Extensão Padre Hilário Dick: acompanhamento e assessoria pastoral para jovens da Pastoral da Juventude.



Fonte: Pastoral da Juventude.

Na primeira reunião, com o conjunto da organização, o objetivo central foi entender as escolhas da abordagem metodológica do curso e as opções sobre o emprego das plataformas. Ficou claro que, assim como no caso do

MST, não houve uma avaliação criteriosa nem uma análise crítica das opções, mas a adoção daquelas disponíveis e mais “acessíveis”. A acessibilidade é colocada entre aspas pois a ideia de parte dos organizadores envolvia as questões de gratuidade e de plataformas mais populares e conhecidas pelos educandos, como o Google e o WhatsApp.

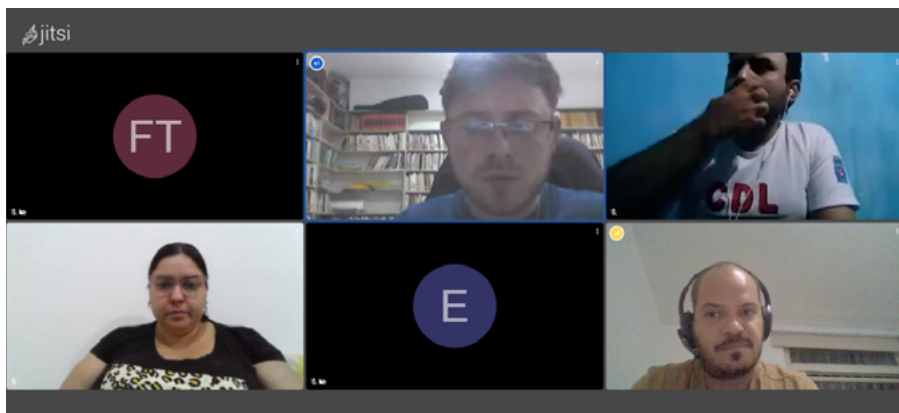
Um ponto de ajuste fino foi como conduzir essas perguntas e questionamentos sem que os integrantes da coordenação se sentissem incomodados; muitas vezes, as respostas eram evasivas, o que demandava ter de voltar a elas – isso pode ter soado como insistência para alguns dos entrevistados. Tentei quebrar essa possibilidade ao ressaltar que nosso papel ali não era fazer pesquisa ou algo para prejudicá-los, mas entender a fundo como se deu a prática formativa para despertar neles próprios reflexões que poderiam ser aproveitadas em outras atividades.

O grupo da coordenação foi unânime em apontar os aspectos positivos do curso, utilizando indicadores como o grande número de inscrições e as avaliações dos educandos, realizadas a cada módulo. Segundo eles, para uma primeira experiência, a prática foi bem-sucedida, balanço que foi compartilhado por todos e todas envolvidos na experiência. Houve registros reconhecendo que havia limitações em relação a cursos presenciais, no “olho a olho” e “no momento do cafezinho”, mas também foram elencados aspectos positivos, como a participação de pessoas de outras cidades.

Nas reuniões com os assessores, a avaliação positiva foi reproduzida. Em geral, os entrevistados consideraram o curso como bastante proveitoso, assim como a interação com os educandos. Alguns assessores pontuaram dificuldades na realização das atividades, transparecendo as restrições com a falta da participação física no ambiente. Na conversa com os educandos, isso também apareceu. Nesse caso, houve algumas ponderações sobre o conteúdo, apontando para a importância de conteúdos mais práticos sobre a execução de atividades de assessoria.

Essas reuniões foram muito importantes para a coleta de dados no âmbito da reconstrução descritiva da prática. Contudo, permanecia o desafio de como lidar com a forma segundo a qual as plataformas foram empregadas e como tentar obter da equipe motivações e reflexões mais profundas para além das escolhas do que estava “mais acessível”. Em que pese as respostas das motivações terem sido dadas, não foi possível aprofundar na reflexão como eu desejava.

Reunião com educandos participantes do curso.



No momento da escrita, entendi que a sistematização, como processo dialógico, é o resultado também daquilo que os sujeitos aceitam, consciente ou inconscientemente, apresentar ou refletir ao longo do processo. Talvez isso não fosse uma resistência, mas o fato mesmo da naturalização do uso de plataformas mais populares, o que não destoa das práticas comuns da sociedade com a qual convivo como pessoa e como pesquisador, as quais favorecem a expansão da dominância de grandes conglomerados, que chamo de “monopólios digitais”.

Assim como no caso do MST, minha intenção era tentar problematizar essa naturalização das plataformas digitais e dos riscos associados a isso sem parecer algo muito externo e descolado do processo de sistematização. Optei por uma redação que não fosse acadêmica e não trouxesse muitas citações e referenciais, o que poderia soar estranho para os integrantes do movimento. Pontuei no texto aspectos básicos sobre o funcionamento das plataformas e inseri as problematizações sobre as escolhas e os impactos que isso poderia ter.

Na parte das recomendações, tanto no caso da prática do MST quanto no da PJ, a preocupação apareceu novamente. Em vez de desenvolver muito as recomendações, busquei apresentá-las de forma tópica e sintética, de modo que fosse compreensível para o movimento. Havia aí uma expectativa sobre como isso seria recebido e como tais recomendações poderiam ser trabalhadas em um momento posterior ao fechamento do documento de sistematização.

Finalizada a primeira versão, enviei-a a Felipe Toniolo, da PJ. Sugeri uma reunião, mas pela dificuldade de agendas o grupo da coordenação ficou

de analisar o documento e ver possíveis correções ou ajustes. O retorno foi bastante positivo, com explicações sobretudo na caracterização da PJ e na explicação sobre a participação das diferentes entidades ao longo da prática formativa. Fiz algumas perguntas ao conjunto da coordenação, que optou por respondê-las por escrito, trazendo novas avaliações e informações complementares para ampliar a recuperação da prática.

Concluída a segunda versão, repassei o documento ao grupo da coordenação. Também neste caso foram feitas observações por Oscar Jara e Paulo Carbonari; muito pertinentes, contribuíram bastante para qualificar as reflexões que ali estavam e chegar a uma versão quase final, que seria submetida à PJ e ao seminário com os movimentos, bem como serviria para o Documento de Sistematização do Comum com a análise global e comparativa das práticas formativas selecionadas.

4. Reflexões a partir da sistematização das práticas

As práticas formativas sistematizadas permitiram uma abordagem diversa ao longo do processo. Por um lado, a PJ realizou um curso totalmente virtual, nos moldes mais tradicionais da educação a distância. Por outro, o MST promoveu um projeto híbrido e dinâmico, iniciado em um estado e continuado em outro, com adaptações e mudanças, inclusive com opções metodológicas e escolhas no caso das plataformas bastante diferentes.

No âmbito da Educação Popular, a sistematização das práticas a partir do marco referencial me fez reaprender bastante sobre aspectos clássicos dessa práxis, como a organização dos conteúdos, os modos de diálogo e participação, os efeitos transformadores ou não da prática formativa, seja sobre os educandos individualmente, seja sobre o conjunto do movimento que a organiza. Esse aspecto acabou por ficar menos desenvolvido na sistematização, até mesmo pela escassez de informações. Demandaria um trabalho de campo e de pesquisa adicional sobre os educandos e como estão aplicando os conhecimentos adquiridos no curso. Nos dois casos, foram criados grupos de WhatsApp que continuaram funcionando como canais de troca de experiências. Mas, conforme foi apontado por educandos do curso da PJ, fica uma demanda de continuidade dessas partilhas para refletir sobre a aplicação dos conhecimentos. No caso do MST, isso é mais orgânico, por meio da formação das brigadas. Mas, ainda assim, é um desafio importante que transpareceu nas entrevistas.

No tocante às plataformas, as avaliações caminharam em sentido semelhante em cinco linhas gerais: 1) a valorização do seu uso na viabilização das atividades; 2) a avaliação positiva em função de as plataformas permitirem a participação de mais pessoas em locais distantes; 3) o reconhecimento das insuficiências da plataforma em comparação com as atividades presenciais; 4) a escolha das plataformas mais populares e “acessíveis”; 5) a naturalização do uso das plataformas, sem uma reflexão crítica.

Diante disso, um desafio importante para mim foi a respeito de como despertar nos interlocutores a sensibilização para a importância de levar a questão das plataformas mais criticamente. O texto foi um aspecto disso. Os seminários de balanço foram outros. Um deles tratou especificamente da questão das plataformas; neste, pude fazer uma fala sobre o tema e sobre as reflexões dos participantes representantes de movimentos sociais para deixar provocações sobre as análises deles e os resultados do projeto.

Um ponto que me intrigou bastante foi sobre como os movimentos utilizariam essas recomendações daqui para frente. Na coordenação, foi definido que haveria um momento posterior de conversa. Mas fica o desafio de como esse diálogo vai ser mantido para além do projeto. Considero que o projeto mostrou a importância de uma formação mais profunda e continuada com esses e outros movimentos sociais, não somente sobre plataformas digitais mas também sobre tecnologias digitais no geral.

Se o tema já era urgente há décadas, pois tais tecnologias vêm entrando cada vez mais em nossas décadas, tornou-se ainda mais importante em anos recentes, com o crescimento da internet e a disseminação dos dispositivos móveis, bem como no contexto da pandemia, que acelerou a transição de muitas atividades para modos mediados por esses agentes e seus serviços. Em um cenário pós-pandemia do “novo normal”, parte dessas práticas deve ser assimilada e continuar, em arranjos combinados com as atividades de presencialidade física em um mesmo espaço.

O Documento de Sistematização do Comum pontua todos esses desafios de forma bastante profunda e profícua. O texto final, elaborado por Paulo Carbonari, consegue ir fundo em aspectos inclusive filosóficos sobre as mudanças relacionadas às tecnologias da presencialidade, do tempo, da interação; mas também indicar aspectos concretos para os movimentos, como a necessidade de brigar pelo acesso à internet e de pensar mais criticamente o uso dessas plataformas, especialmente em atividades de Educação Popular, para que seu caráter crítico não seja comprometido pela dinâmica vigilantista das plataformas.

A participação no processo de sistematização foi uma experiência bastante rica para mim. Retomei contato com a Educação Popular, tema de meu trabalho de conclusão de curso e prática que tive ao longo da minha militância, mas pouco teorizada. Aprendi muito sobre o tema, o que considero bastante necessário, até por lidar constantemente na intersecção educação-militância e realizar na prática a Educação Popular. Certamente levarei esses ensinamentos para minha militância e novas práticas formativas em que estiver envolvido, inclusive no âmbito acadêmico.

O projeto também me permitiu fazer um diálogo entre as reflexões críticas sobre as plataformas digitais e interlocutores qualificados da equipe e de diversos movimentos. Espero que tenha contribuído para jogar algumas provocações. E espero que tais questionamentos possam servir para que os movimentos ampliem a reflexão sobre esses temas e passem a considerá-los de forma mais crítica.

Referências

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 2014.

Relato do processo de sistematização de práticas de formação das organizações Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (Unisol Brasil) e ATER Mulher e no Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan)

Marcos Rodrigues da Silva

Introdução

Este processo de sistematizar experiências (e vivências) realizadas pela Unisol e pelo Morhan foi um momento muito especial na minha trajetória de vida. Primeiro, pelo encontro com pessoas aguerridas no acreditar “que um novo mundo é possível”. Segundo, por ser recebido numa relação *on-line* e, neste processo, construirmos atitudes de confiança, aprendizado e partilhas recíprocas. Terceiro, foram momentos de trocas de vivências profundas com duas organizações que não estão nas mensagens “principais das mídias”, porém são ações afirmativas que dignificam os direitos fundamentais das pessoas e de suas práticas na busca do conhecimento na sua integralidade.

O Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP) e a Organização Pan-Americana da Saúde OPAS/OMS facilitaram a esse sistematizador o direito de apreender e ser ator de sistematizar, tarefa nada simples, mas chegamos próximo do objetivo proposto. Assim, segue como realizamos a ação proposta:

1. ATER Mulher – formação em plataforma digital: a experiência da Unisol com Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) no baixo sul da Bahia – 2020

Quanto à prática formativa de Educação Popular desenvolvida pela Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (Unisol), relatamos como realizamos o processo de sistematização, diante da realização do “Curso de formação em plataforma digital Moodle”, junto ao Projeto ATER Mulher.

O processo de sistematização realizado teve uma ação objetiva de “ida a campo”, no diálogo entre sistematizadores/as e os/as agentes formativos/as de referência escolhidos por cada organização ou movimento social popular que participou do processo. Com a equipe, foi firmado um caminho a ser perseguido: incluir, identificar, selecionar, classificar e organizar materiais, saberes e práticas que servirão de subsídio para a sistematização (textos, audiovisuais, jogos, registros fotográficos, relatórios e outros documentos) – que serão todos digitalizados.

Os subsídios foram complementados com momentos que contaram com recursos apropriados. Foram relatadas as entrevistas, grupos focais, rodas de conversa, entre outras possibilidades que permitiram a imersão mais profunda possível (considerando que já ocorreram desde a memória do realizado) nas experiências de práticas formativas que foram sistematizadas. Seguem elencados os registros.

a) Criar um registro histórico da prática formativa, organizando a memória do processo do curso que permita formular compreensões e recomendações teórico-práticas para enriquecer a resistência e a ação transformadora de nossas futuras práticas formativas em tecnologias digitais.

b) Compreender mais profundamente as fragilidades e potencialidades de nossa experiência e assim poder melhorá-la em novas edições:

c) Compartilhar e intercambiar nossas aprendizagens com outras organizações de formação popular;

d) Recriar novas práticas formativas levando em conta os novos desafios impostos pela pandemia do Covid19, pelas transformações no mundo de trabalho e pelo ataque sistemático à organização sindical, especialmente em relação aos recursos financeiros.

Seguimos um roteiro de agendamento com as lideranças responsáveis pelo processo de sistematização proposto pelo CEAP.

A prática realizada foi sistematizada seguindo este roteiro:

- 19/04 a 30/04: elaboração do Plano de Sistematização: (Marcos, Anne Sena, Aline);
- 19/04 a 30/04: compartilhamento dos documentos:(Marcos, Anne Sena, Aline);
- 05/05 a 10/05, 17h;30: planejamento das entrevistas e grupos locais: (Marcos, Anne Sena, Aline);
- 13/05 17h;30:entrevistas de planejamento: (Marcos, Aline);
- 21/05, 16h: Entrevista com lideranças; (Marcos, Aline);
- 04/06, 15h:00:grupo local de conclusão das atividades do PSPE (Aline, Marcos).

1.1. Justificativa da sistematização e análise (um pouco da história “con-vivida”)

A Unisol Brasil, contratada pelo Governo do Estado da Bahia, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) para a execução dos serviços de assistência técnica e extensão rural, através da Chamada Pública ATER para Mulheres Rurais SDR/Bahiater nº 002/2018, lote 02, externa preocupações com o contexto de pandemia sanitária que estamos vivenciando no Brasil com a propagação da Covid-19, que exige de toda a população um novo comportamento individual e coletivo, chamado de “isolamento social”, cuja finalidade consiste na redução da contaminação em massa e do risco de colapso dos serviços públicos de saúde que a referida pandemia pode gerar.

No entanto, a Unisol Brasil, comprometida com os cuidados necessários de segurança sanitária aos/as trabalhadores/as da equipe técnica, mas, ao mesmo tempo, atenta e empenhada com os cuidados na relação contratual e procedimentos decorrentes, implementa a estratégia de realização das duas primeiras atividades pré-fixadas do cronograma de execução físico, constante no Plano de Trabalho contratado no formato a distância.

Em todos os momentos da nossa convivência com a equipe da Unisol Brasil, confirmou-se a crença na metodologia que orienta a assistência técnica e extensão rural do Projeto ATER Mulher, fundamentada nas concepções da economia solidária, de base agroecológica e embasada em metodologias participativas e popular, com vistas ao desenvolvimento sustentável da agricultura familiar e ao empoderamento do/a agricultor/a familiar, com

foco de execução em três campos de trabalho: a unidade de produção (a família), a comunidade (local), o espaço territorial onde o/a agricultor/a familiar se insere.

Neste sentido, no desenvolvimento de alternativas viáveis para a produção sustentável com enfoque agroecológico e de base social, as questões de gênero e geração são priorizadas, com as pessoas assumindo a centralidade na promoção do desenvolvimento. Assim, o eixo norteador da ação da equipe técnica da Unisol Brasil é assessoria técnica qualificada e comprometida com as questões políticas, sociais, ambientais e de reprodução social das mulheres rurais; de maneira a estabelecer constante exercício de aproximação a realidade, criando as condições para intervir diretamente no modo de produção e de organização social no campo em seus diversos âmbitos, por meio da realização de ações e atividades contratadas, sem perder de vista que a construção social se dá por meio de processos dialógicos à luz de enfoque pedagógico construtivista e crítico-reflexivo.

No discorrer de nossas conversas, ficou muito presente o reconhecimento das atividades virtuais e, que não são estanques. Foram momentos de agrupamentos uma vez por mês, mas à medida que se avançou na realização de uma dada atividade, outras previstas para o mês seguinte foram sendo antecipadas.

1.2. A metodologia solidária e popular

A abordagem metodológica solidária e popular quanto à adoção de atividades a distância (EaD); possibilitou recorrer à realização de atividades realizadas virtualmente no ATER Mulher. Há que mencionar a origem dessa modalidade de aprendizagem, bastante utilizada pela educação formal e que dispõe de uma vasta literatura apresentando referenciais que destacam vantagens e desvantagens do uso de tecnologias virtuais. Neste sentido, cita-se aqui a definição de “educação a distância (EaD)”, segundo decreto que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira:

[...] modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.⁹

9 Decreto n. 5.622. 19/12/2005, art. 1º.

Como agente na formação de lideranças oriundas das diversidades sociais e de suas organizações, essa modalidade educacional é defendida por vários especialistas da educação que veem a EaD como uma maneira de se adaptar ao tempo e alcançar resultados positivos de formação/capacitação. Também associa que “a EaD é geralmente vista como forma de superar as dificuldades trazidas pela distância ou por barreiras geográficas”) (Cfr. SIMÃO NETO, 2008, p. 35).

Uma outra característica salientada: neste momento de trocas, reconhece-se a flexibilidade vista como uma vantagem, porque, permite que o aluno ajuste o tempo de trabalho, com horário de estudo sem deslocamento, além de possibilitar aprendizado com fontes virtuais que permitem compartilhamentos e a ampliação de conhecimentos. Recorrer a esses fundamentos conceituais possibilita a compreensão de que é possível acessar os recursos virtuais disponíveis e adaptá-los para as necessidades presentes, principalmente como meio de enfrentamento do atual distanciamento humano e geográfico que se está vivenciando no Brasil.

Para efeito de realização das atividades iniciais do ATER Mulher pela equipe técnica da Unisol, foram adotados meios virtuais, com as devidas adequações metodológicas que a realidade a ser trabalhada exigiu e a consciência de que esses tipos de ferramentas são utilizadas momentaneamente, em decorrência das restrições comentadas anteriormente.

1.3. Orientações apreendidas para melhor atuação desta ferramenta digital

A consecução de atividades a distância (EaD) requer que se assegurem alguns quesitos de gestão processual condicionantes de qualidade para o êxito do processo interativo entre os participantes:

- identificação de se todos/as os/as participantes acessam meios virtuais;
- disponibilidade de internet que suporte realização reuniões por videoconferência;
- conteúdos comuns a todos/as;
- tempo de atividade virtual;
- garantia de fala a todos/as participantes, ou seja, a sequência de interações;
- mediação com critérios, métodos de intervenção e controle;
- estabelecimento dos recursos necessários;
- asseguramento do monitoramento após atividade virtual.

1.4. Decisões didáticos pedagógicas e inserção na plataforma digital/virtual

Diante da breve argumentação apresentada, cabe agora focalizar em uma das ferramentas virtuais utilizadas em processos de formação a distância, a **videoconferência**. Para justificar a escolha, também se apresenta conciso embasamento conceitual que complementa o exposto até aqui.

A **videoconferência (VC)** é uma forma de comunicação remota, bidirecional, que permite transmissão sincronizada de áudio, vídeo e dados em tempo real. A equipe da Unisol afirma que no ensino a distância a videoconferência é a que mais se aproxima da situação convencional da sala de aula. A VC pode ser utilizada para diversos fins: entre eles, estão a realização de cursos, palestras, oficinas de aprendizagem, o desenvolvimento de projetos e as reuniões com diversos atores que estejam distantes geograficamente. Tem-se mostrado a melhor alternativa para aquelas empresas e indústrias que estão localizadas em mais de uma cidade.

Esses fatores estão em constantes análises no processo de formação EaD e na equipe de organização do material didático da Unisol a distância, entre os participantes que fragilizaram e/ou potencializaram a resistência e a ação transformadora com a realização do Curso de formação em plataforma digital Moodle, no contexto da pandemia da Covid-19.

1.5. Frações das vivências relatadas da implementação do projeto e da sistematização desta ação

Para compreender esse momento de busca de resultados próximo ao que aconteceu na formação com o Projeto ATER Mulher, sintetizamos algumas questões que foram motivadoras para a equipe da Unisol-BA.

a) Como se chegou à concepção do curso?

As atividades de coordenação técnica foram realizadas no período de julho a dezembro de 2020 do Projeto ATER Mulher, conforme contratação pela Unisol Brasil, mais especificamente as atividades pré-fixadas correspondentes ao período de setembro a novembro de 2020, constantes do contrato de execução de serviços de assistência

técnica e extensão rural para o território do baixo sul da Bahia, sob **nº 007/2019/Bahiater/SDR**, celebrado entre **o estado da Bahia**, por intermédio da **Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDRO/Bahiater e a Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários do Brasil (Unisol)**, de acordo com Segundo Termo Aditivo, de 8 de setembro de 2020, que autorizou o início das atividades no 18º mês, em formato virtual, adequado aos protocolos de segurança em relação à Covid-19.

b) Qual o objetivo do projeto do curso EaD?

O objeto definido contratualmente, consiste na prestação, pela Unisol Brasil, de serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) para mulheres rurais, preferencialmente organizadas em grupos produtivos, com vistas ao fortalecimento da produção agroecológica e à consolidação de processos de promoção da agroecologia e de seus processos organizativos, considerando as diretrizes da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Território baixo sul, da Bahia, de acordo com a metodologia, objetos, descrição dos serviços, quantitativo, equipe técnica e cronograma constantes no Edital da Chamada Pública Mulheres Rurais ATER SDR/Bahiater nº 002/2018.

No desenrolar do processo de análise e sistematização, conclui-se que foi fundamental esse momento reflexivo (o que queremos, como fazer, a quem convidar). Assim, realizou-se uma formação com base naquilo que a Unisol-BA acredita: Educação Popular e inserida nas demandas das lideranças e comunidades da agricultura familiar, com ênfase às mulheres agricultoras.

c) Houve monitoramento e avaliação dos dirigentes e educadores?

Para a equipe técnica do Projeto ATER Mulher foi bastante desafiador por vários motivos:

- projeto em fase inicial que precisava mapear e definir claramente seu universo de atuação (onde, quem e quantas) sem ter condições de ir a campo;
- experiência nunca vivenciada de se realizar atividades de ATER no formato virtual;

- construção de metodologia que desse conta de alcançar os parceiros/as e comunidades;
- sensibilização e mobilização de parceiros/as a participar de atividades a distância;
- preparação de toda a equipe para dominar as ferramentas virtuais e, inclusive, superar as dificuldades quando o sinal de internet falhasse.

Além dos desafios enfrentados pela equipe antes da realização das atividades virtuais do trimestre, outros foram vivenciados durante a execução. Cita-se aqui as reuniões de articulação com parceiros, pois, quando do início dos contatos não presenciais, percebeu-se certa resistência dos/as parceiros/as nessa modalidade de reunião virtual; mas, ao saberem que a atividade de quatro horas seria dividida em duas sessões, houve uma melhor aceitação. No entanto, convém destacar alguns pontos que precisam ser considerados para atividades com essa modelagem:

- os acordos de compromissos não saíram fechados das reuniões, ou seja, com as pactuações concluídas, uma vez que os/as parceiros/as alegaram ser muito precipitado, principalmente pelo modelo virtual, embora alguns tenham apontado indicativos;
- mesmo com a exclusão das assinaturas dos/as parceiros/as, no relatório, alguns representantes públicos municipais questionaram o momento de transição de gestores/as, o que dificulta assumir compromissos neste momento;
- nos quadros enviados posteriormente, pelos/as parceiros/as, ainda foram poucos/as os/as que conseguiram quantificar, pois consideraram que só no curso do processo de implementação, seria viável identificar melhor as demandas e efetivamente fechar ações e quantidades, tudo ainda estava no campo do indicativo;
- o excesso de reuniões virtuais que ocorreu neste período de pandemia, algumas vezes simultâneas, dificultou a presença de alguns parceiros chave e outros tiveram que conciliar, parte do tempo numa reunião e outra parte noutra reunião também virtual;
- resistência das lideranças das comunidades por essa modalidade de reunião virtual;
- alguns parceiros/as, das reuniões de articulação, também expressaram preocupação com a realização de reunião virtual nas comunidades, pois quase todas não têm as condições reais de acesso à internet.

No tocante às reuniões de mobilização e seleção de famílias, houve alguns desafios semelhantes, mas foram apontados outros que impactaram na participação das mulheres como beneficiárias do projeto e que precisaram ser resolvidos para assegurar sua inclusão como beneficiárias, além daqueles por resolver no curso do projeto.

1.6. Desafios pertinentes e preocupantes

Foram dois desafios que se repetiram durante a realização das 24 reuniões: poucos aparelhos celulares disponíveis para acessar a plataforma da reunião, tendo as agricultoras que formarem pequenos grupos para participar da reunião virtual, o que dificultou a participação das agricultoras durante as quatro horas; em vários momentos, o sinal foi interrompido;

- Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAP) com validade expirada, sendo esse documento um dos principais requisitos para a participação no Projeto ATER Mulher.1.7. Outros problemas foram mencionados pelas participantes

A equipe considerou as questões que seguem, mesmo não sendo dificuldades inerentes à execução da reunião em si. Cabe fazer referência a elas devido à relevância que tem para as próximas etapas do projeto:

- Dificuldade de acessar o Cefirs. Dentre as dificuldades para adquirir tal documento. Foi citado como principal o fato de as propriedades não estarem nos nomes das/os agricultoras/es, não se tem nem contrato de comodato. E isso impede de fazer os Cefirs, dificuldade que se agrava já que a secretaria de agricultura não dispõe de técnicos suficientes para o trabalho e particular, não se tem dinheiro para pagar terceiros pois o custo é alto;
- Dificuldade de permanência dos/as associados/as por descreditarem da associação.
- Algumas pessoas da comunidade saem em busca de melhores condições de vida na cidade.
- Dificuldade de acesso à saúde pública.
- Deficiências de treinamento para melhoria da produção.
- Limitações de acesso ao crédito devido a alguns documentos exigidos pelas linhas de créditos e que alguns não conseguem por não serem gratuito um exemplo citado foi o contrato de comodato.

- s agricultoras relataram as dificuldades em relação às estradas para chegar até a comunidade e que mais mulheres gostaria de participar porém, devido à pandemia, isso não foi possível.

2. Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan): Curso de formação EaD

A instituição sistematizadora é ao Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan), que decidiu sistematizar especificamente a prática educativa.

As aulas foram transmitidas através das redes sociais Facebook e YouTube, nas páginas oficiais do Morhan Nacional.

O processo de sistematização aconteceu uma combinação de “ida a campo”, no diálogo entre sistematizador e os/as agentes formativos/as de referência escolhidos pela organização ou movimento social popular para participar do processo. Nisto, estava a tarefa de incluir, identificar, selecionar, classificar e organizar materiais, saberes e práticas que servirão de subsídio para a o **processo de sistematização** (textos, audiovisuais, jogos, registros fotográficos, relatórios e outros documentos). Os subsídios serão complementados com momento que contarão com recursos apropriados, podendo ser usadas entrevistas, grupos locais, rodas de conversa, entre outras possibilidades que permitam a imersão mais profunda possível nas experiências de práticas formativas que serão sistematizadas.

2.1. Concepções em diálogo

A sistematização da prática formativa “Curso de formação em plataforma digital Moodle” teve como foco específico o impacto das tecnologias digitais na formação de coletivos de militantes sindicais. É consenso que a internet mudou o mundo, realizou transformações comportamentais individual socialmente, mas pouco se sabe sobre os modos de agir das novas tecnologias e suas verdadeiras consequências.

Fez parte das nossas reflexões a constatação estudos recentes denunciando que as nossas democracias estão sendo afetadas significativamente com o advento das tecnologias digitais e sua consequente manipulação algorítmica das informações. A preocupação com esse tema se apresenta

como a nova fronteira onde a Educação Popular e as novas tecnologias se cruzam com desafios éticos, políticos e ideológicos que passaram a nos interpelar com maior intensidade nesse fatídico período de pandemia da Covid-19, à medida que todos passamos a viver em escala global uma espécie de aceleração digital não programada, fazendo com que todos se lançassem de modo abrupto no mar das novas plataformas digitais, como o único meio de sobrevivência. Mundo esse, no qual tudo virou código, porque tudo virou informação, cenário que “cai como uma luva” para o neoliberalismo que criou uma estrutura de vigilância total e lucra com isso. O fato é que hoje ninguém mais duvida de que essa será a realidade do futuro pós-pandêmico.

Essas são as concepções teóricas e conceitos que são postos em diálogo para subsidiar a análise crítica da prática que sistematizamos. No entanto, permanece em aberto, pois entende-se que, à medida que procederemos com a imersão, novos conceitos surgirão e balizarão a interpretação.

Patrícia Soares (Morhan) ao comentar sobre o processo de Sistematização do Projeto nos ajuda a perceber o valor da formação via plataforma digital. “O Morhan é um movimento diverso e plural, que busca assegurar os direitos e a dignidade das pessoas afetadas pela hanseníase e seus familiares, através de atividades ou ações que amparem tais necessidades. Para alcançar tais feitos, o movimento social se utiliza de todos os recursos disponíveis e na inovação, que vai desde campanhas de conscientização globais, educação em saúde, reivindicações de direitos humanos, até orientação emocional ou jurídica (dependendo da especificidade e necessidade em questão). O Morhan é um movimento de pessoas e para pessoas, que visa sempre o bem-estar das pessoas, não corroborando ações, falas ou práticas discriminatórias, tão comum em relação à hanseníase.”¹⁰

Para compreender a hanseníase e seus impactos na vida das pessoas, é preciso levar em consideração o histórico da doença, sua abrangência e a sua invisibilidade. Por isso, o movimento tem como discurso, que as pessoas é que são negligenciadas, não a doença, como se ouve, comumente.

A hanseníase é doença milenar infectocontagiosa, dermatoneurológica (acomete a pele e principalmente os nervos), causada pelo bacilo de Hansen, de progressão lenta, considerada crônica e com alto poder incapacitante. A doença pode ser transmitida por gotículas de saliva, quando a pessoa fala, tosse ou espirra. Porém, 95% da população têm resistência ao bacilo, não desenvolvendo a doença. A transmissão não se dá através do toque,

10 Esse registro faz parte das entrevistas que realizamos para contextualizar o processo aplicado pela Equipe de Formação EaD e que está nos arquivos deste trabalho de sistematização.

do beijo ou de itens pessoais. Para que uma pessoa adoeça, ela tem que apresentar baixa resistência imunológica, de modo que o bacilo consiga se desenvolver, ficar em contato prolongado (mais de seis meses convivendo na mesma casa, mesmo trabalho, etc.), em ambientes pouco ventilados e aglomerados. Por estes motivos, a hanseníase é predominante na população mais vulnerável, que tem altos índices de subnutrição, moradias inadequadas e com grande quantidade de pessoas. Isso não significa que apenas pessoas economicamente desfavorecidas terão hanseníase. Toda e qualquer pessoa pode desenvolver a doença, independentemente do seu *status social*.

A hanseníase é cercada de mitos e estigmas que acabam por reforçar as desigualdades sociais, tornando ainda mais difícil a compreensão da doença e da sua cura. Dificultando, inclusive, a compreensão de que a partir de 15 dias da primeira dose de medicamentos a pessoa não transmite mais a doença. Que, quanto mais cedo o diagnóstico, menores serão as sequelas desenvolvidas, mesmo que a pessoa esteja com a doença, não tem a necessidade de se afastar ou isolar porque é justamente pela política de saúde de isolamento compulsório, que a hanseníase é tão estigmatizada. Mesmo quando o tratamento começou a ser feito e ter sucesso em outros países, desfazendo a necessidade de isolamento na década de 1960, no Brasil, o isolamento compulsório perdurou até a década de 1980. As deformidades causadas pela doença por infecções oportunistas, também deixam essa marca negativa na doença, mas, quando é feito um diagnóstico precoce, poucas são as chances de se desenvolver maiores complicações.

A hanseníase tem tratamento gratuito e cura, mas a discriminação, o preconceito e o estigma entorno da doença, seu maior entrave para que as pessoas afetadas possam ter uma vida normal, além das fragilidades do acesso ao sistema de saúde, que afetam majoritariamente as pessoas mais vulneráveis, com pouca ou nenhuma escolaridade e sem muito entendimento de seus direitos. Um outro problema é a rotulação das pessoas afetadas pela hanseníase, como se ao adoecer a pessoa perdesse a sua identidade; ela deixa de ter um nome, uma história e passa a ser apenas “pessoa afetada pela hanseníase”, como se a pessoa que havia antes da doença nunca tivesse existido. E, além da perda da identidade, a descrença de que essa pessoa possa fazer parte da sociedade como um todo. Um exemplo é o discurso de incluir as pessoas afetadas pela hanseníase nos projetos, estudos, pesquisas apenas como cobaias, não como parte do processo efetivo; ou simplesmente utilizar informações daquela pessoa sem realizar um retorno: onde, como e para que aqueles dados foram utilizados? Acredita-se que o

isolamento compulsório acabou, porém o Morhan tem percebido que isso não é verdade: o isolamento apenas ficou mais sutil.

Pelas razões supracitadas, o Morhan tem lutado arduamente para combater todo e qualquer tipo de discriminação, preconceito ou estigma para com as pessoas afetadas pela hanseníase, buscando trazer dignidade e reparação às pessoas que foram isoladas compulsoriamente e aos seus filhos que não puderam desfrutar do convívio familiar, trazendo visibilidade para a doença, para as pessoas, para seu sofrimento e superação. Com isso, percebeu-se que as pessoas precisam ter informações acessíveis e fáceis sobre a doença, sobre o tratamento, sobre como buscar seus direitos e como fazer isso na prática. Por isso, surgiu a ideia do EaD do Morhan, processo que está sendo sistematizado no documento em questão. O EaD foi a maneira que o movimento encontrou para estar mais próximo das pessoas, combatendo o preconceito, disseminando informações verdadeiras, de qualidade e que possam contribuir para a formação de agentes multiplicadores no exercício do controle social.

Com a sistematização, o Morhan pode olhar mais atentamente para a sua força e também para as suas fragilidades nesse contexto, permitindo uma análise aprofundada do seu processo de Educação Popular em saúde. Observou-se a amplitude que o EaD possui, a especificidade das aulas, as perspectivas e os *feedbacks* do processo, além da melhoria em diversos aspectos que foram desafios nas edições anteriores. Hoje o Morhan está realizando a quarta edição do Curso EaD e já pode aproveitar da melhoria nas percepções e nos desafios que o processo de sistematização proporcionou ao longo desse período de construção. Todo o processo foi de enriquecimento mútuo e de muita colaboração, tornando rico o aprendizado, sem mencionar as possibilidades e pactuações que surgiram ao longo do caminho. Essa construção mostrou que sempre há algo que pode ser aprendido e que todas as partes envolvidas podem contribuir, criando um caminho amistoso para o saber, e para todas as formas de saber.

A sistematização da prática de educação a distância EaD do Morhan, mostrou que as experiências, a troca e o saber são maneiras de se fazer Educação Popular. Esse caminho percorrido pela sistematização proporcionou mudanças para os agentes envolvidos e também para o movimento, que encontrou na prática a legitimidade do seu trabalho e do seu saber, integrando o saber popular e a academia, criando vínculos e tecendo redes para a promoção sócia, que tragam mudanças e reflexões acerca de sua história e de suas lutas.

O Morhan tem se reinventado, diante das situações atípicas, crescemos e inovamos no que diz respeito à tecnologia. Assim, construir novos caminhos, estará aberto a mudanças, perceber onde precisamos melhorar e como melhorar são desafios que encontramos ao longo da sistematização, mas que também nos proporcionaram avaliar melhor o nosso desempenho e nosso desenvolvimento. Espera-se que esse processo de construção *versus* aprendizado seja contínuo, trazendo renovação e a efetiva participação social dos membros e voluntários.

3. Conclusões e recomendações

As dúvidas estão presentes nestes tempos de pandemia da Covid-19. E estamos diante de uma crise sanitária que, tornou-se global e com profundas marcas de “extermínio” de grupos mais vulneráveis e excluídos das políticas públicas.

No campo de atuação das instituições e organizações diversas, diante do isolamento social, apresentaram-se limites profundos e diretos àquilo que assegurava uma prática educacional popular junto aos beneficiários e comunidades, aos sujeitos sociais, à execução dos diversos projetos ATER e na formação do Morhan.

Essa ação formativa requer, na sua essência, atividades desenvolvidas no corpo a corpo. Com a pandemia, ocorreram adequações metodológicas, ajustes de cronograma e outras providências que se fizeram necessárias. Eis algumas adequações constatadas:

- o projeto em fase inicial precisava mapear e definir claramente seu universo de atuação (onde, quem e quantas) sem ter condições de ir a campo;
- experiência nunca vivenciada de ser realizar atividades no formato virtual;
- construção de uma metodologia que desse conta de alcançar os parceiros/as e comunidades;
- sensibilização e mobilização de parceiros/as a participar de atividades a distância;
- preparação de toda a equipe para dominar as ferramentas virtuais e superar as dificuldades quando o sinal de internet falhasse;
- as reuniões de articulação com parceiros combinados pela modalidade de reunião virtual sofreram resistência (o tempo presencial era de

quatro horas – foi necessário dividir em duas atividades de duas horas cada – assim obtendo aprovação).

Mas houve outros encaminhamentos que tiveram limites ou não aprovação na ação de imediato:

- os acordos de compromisso não saíram fechados das reuniões, ou seja, com as pactuações concluídas, uma vez que os/as parceiros/as alegaram ser muito precipitado, principalmente pelo formato virtualmente, embora alguns tenham apontado indicativos;
- mesmo com a exclusão das assinaturas dos/as parceiros/as, no relatório, alguns representantes públicos municipais questionaram o momento de transição de gestores/as, o que dificulta assumir compromissos neste momento;
- nos quadros enviados posteriormente pelos/as parceiros/as, ainda foram poucos/as os/as que conseguiram qualificar, pois consideram que só no curso do processo de implementação, vão ser identificadas as demandas, efetivamente fechando-se ações e quantidades;
- o excesso de reuniões virtuais que ocorreu neste período de pandemia, algumas vezes simultâneas, dificultou a presença de alguns parceiros-chave e outras tiveram que conciliar, parte do tempo numa reunião e outra parte noutra reunião virtual;
- houve resistência das lideranças das comunidades em relação a essa modalidade de reunião;
- alguns mais parceiros/as das reuniões de articulação, também expressaram preocupação com a realização de reunião virtual nas comunidades, pois quase todas não têm as condições reais de acesso à internet;
- nas reuniões de mobilização e seleção de famílias houve alguns desafios semelhantes, mas foram apontados outros que impactaram na participação das mulheres como beneficiárias do projeto, e outros a resolver no curso do projeto;
- dificuldade de permanência dos/as associados/as por desacreditarem da associação;
- algumas pessoas da comunidade saem em busca de melhores condições de vida na cidade;
- dificuldade de acesso à saúde pública;
- deficiência de treinamento para melhoria da produção;

- as agricultoras relataram as dificuldades em relação às estradas, é para chegar até a comunidade e que mais mulheres gostariam de participar; porém, devido à pandemia, isso não foi possível.

Desafios semelhantes e que impactaram na participação das mulheres como beneficiárias do Projeto ATER: poucos aparelhos celulares disponíveis para acessar a plataforma da reunião, tendo as agricultoras que formarem pequenos grupos para participar da reunião virtual, o que dificultou a participação das agricultoras durante as quatro horas em vários momentos, o sinal foi interrompido; Declarações de Aptidão do Pronaf (DAP) com validade expirada, sendo este documento um dos principais requisitos para a participação do Projeto ATER Mulher.

O Curso de formação Ead do Morhan, constatou-se que o trabalho voluntário da equipe, na sua maioria, proporcionou um processo muito rico de conteúdos e impulsionou o fortalecimento à novas práticas em relação ao seu objetivo de conscientização e busca pelo fortalecimento de políticas de saúde pública e de Estado.

4. Principais resultados alcançados pela Unisol e Morhan

O processo que foi desenvolvido com a equipe da Unisol foi plenamente alcançado, respeitando as orientações metodológicas. Os compromissos pactuados com os/as parceiros/as institucionais, mesmo que alguns tenham estado mais no campo dos indicativos, foram cumpridos. Houve a realização de todas as atividades, sem cancelamento, com quantidades de participantes relevantes, como demonstrado neste documento. A divulgação do Projeto ATER Mulher se deu às mulheres rurais tanto nas reuniões como por outros meios de mídia acessados pela Unisol.

Podemos sinalizar que o Projeto ATER Mulher, no contexto agressivo da pandemia, aplicou aportes teóricos e metodológicos considerando e respeitando as lideranças comunitárias. Porém, esta ação sempre ocorreu por aproximação, considerando os protocolos sanitários, os limites e impasses da internet, a experiência do estudo remoto por lideranças sem o “domínio desta tecnologia”. O importante é facilitar o reconhecimento dos impasses deste “novo” caminho de aplicabilidade da Educação Popular. Também, ter presente que a realidade do espaço rural, da agricultura familiar e da mulher

agricultora é muito complexa e desafiadora pelas diversidades presentes. Assim, a continuidade do Projeto ATER Mulher é dar passos na perspectiva de alcance de boas práticas e políticas do ATER Mulher.

No trabalho de análise e sistematização da sua prática, podemos elencar algumas recomendações que estão na agenda objetivando melhorar a continuidade de uso e conteúdo na plataforma digital:

- manter e ampliar os cursos utilizando estas plataformas virtuais Ead, que foram muito bem avaliadas pelos diversos participantes ouvidos, mostrando um potencial de organização no contexto da pandemia;
- discutir formas de coordenação e acompanhamento dos cursos realizados em cada estado e das atividades derivadas; considerando a formação continuada do conhecimento das plataformas e seu uso;
- fortalecer a intersectorialidade para a coordenação e o acompanhamento dos cursos;
- avaliar como os conteúdos do curso podem ser atualizados e incorporar novos conhecimentos sobre a pandemia e no pós-pandemia;
- analisar adaptações dos conteúdos (respeitando as solicitações dos grupos e participantes individuais: por, exemplo, machismo, patriarcado, LGBTQIA+, mulheres);
- refletir e aprimorar as práticas metodológicas populares diante dos desafios de transição de um momento mais restrito da pandemia para a retomada de atividades sociais.

Concluindo, esta análise dos processos de execução da sistematização, verifica-se que foi um momento importante para gerar uma agenda de discussão e aprofundamento quanto ao uso das ferramentas digitais. Um discurso comum ficou entre esses movimentos: dar continuidade ao estudo, análise e novas práticas para o uso sempre mais sob controle destas organizações e suas práticas inseridas na Educação Popular e Comunitária.

Concluo este relato com a frase esperançosa do poeta Thiago de Melo¹¹: “Faz escuro, mas nós cantamos.” Assim, revelo meu sentimento e compromisso com a vivência nestes processos de Educação Popular na plataforma EaD.

11 Ver Thiago de Melo, *Faz escuro, mas eu canto*: porque a manhã vai chegar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

Referências

SIMÃO NETO, Antonio. *Cenários e modalidades de EaD*. Curitiba: Iesde Brasil, 2008.

Relatório do processo de sistematização

Rejane Matos

Contar a própria história é um desafio. Contar a história de acontecimentos implicados com compromissos pode ser um desafio ainda maior. Principalmente quando a encruzilhada é o ponto de partida para a produção do encontro, isto é, ao partir-se das experiências e, no horizonte das escolhas, investigar e produzir observações críticas sobre as memórias de acontecimentos em busca das inovações, do inédito.

As temáticas desta relatoria são as transformações em curso no mundo contemporâneo digital; com o objetivo de, no contexto brasileiro, apontar, a partir das análises dessas alterações sistematizadas nas práticas formativas, reflexos para a própria formação. Privilegiei para estas tessituras as minhas leituras, observações sobre a caminhada compartilhada entre esta sistematizadora e as pessoas com identidades, origens e ocupações diversas, participantes, representantes dos movimentos escolhidos, protagonistas das práticas.

Cada etapa nesta trajetória propiciou o envolvimento com dimensões das histórias pessoais e coletivas reveladas conforme contexto e conhecidas como parte do mosaico minuciosamente investigado, com a pretensão de responder a preocupação do ‘como’ ocorreram e repercutiram os fenômenos protagonizados por seus múltiplos sujeitos epistêmicos em ambientes digitais. Ainda, quais obstáculos a ferramenta da sistematização nos permitiu enfrentar na reescrita problematizada e conectada com as memórias e posteriores reflexões sobre as rotas e estratégias criativas de (re) existências desde o contexto pandêmico produzidos nas práticas formativas.

O projeto executado pelo Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP), fruto da Carta Acordo SCON2019-00192 celebrada entre o CEAP e a Organização Pan-Americana da Saúde, Escritório Regional da Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), nominada “*Formação para o Controle Social no SUS*”, mediada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS), visou sistematizar práticas metodológicas de formação na Educação Popular em ambiente virtual/digital desenvolvidas por sujeitos sociais populares em

suas organizações no contexto da pandemia Covid-19, a fim de acumular subsídios para as possibilidades de sua recomendação a outros processos formativos e organizativos. Para tanto, propôs-se a reunir experiências de práticas formativas dos principais sujeitos sociais populares do Brasil para promover sua sistematização participativa; constituir espaços de trocas de saberes e experiências metodológicas, encontros reflexivos e de aprofundamento sobre novas metodologias formativas; elaborar documento de sistematização de cada uma das práticas definidas como referenciais para o processo de sistematização; elaborar documento com os elementos comuns às práticas específicas para sua recomendação a outros processos formativos populares; e colaborar com a produção, adequação e teste de ferramentas para uso pedagógico em ambiente virtual nas ações formativas e organizativas do CEAP.

A apresentação deste documento de trabalho está dividido em três momentos. No primeiro, busco responder, a partir do realizado, se os objetivos elencados sobre a sistematização foram alcançados. No segundo, respondo, sob minha perspectiva: quais foram as aprendizagens do processo de sistematização? No terceiro momento, quais os principais desafios enfrentados e os vindouros desde a sistematização? Qual o meu olhar sobre o processo? Com esta estrutura, entendo cobrir a demanda que um relatório exige, sem pretender esgotar as vias de discussão, mas promover aberturas.

A sistematização de práticas formativas é um exercício coletivo intencional de aprendizagem das práticas efetivamente realizadas. É uma construção própria da Educação Popular produzida pelos sujeitos sociais populares na América Latina para fazer frente às suas necessidades de compreensão das condicionantes de sua atuação na realidade própria, inclusive questionando modelos de interpretação. Assim, integrar a equipe de sistematização significou manejar o conjunto dos processos e a metodologia eleita para a sistematização, bem como escolher entre os recursos e ferramentas para coleta e seleção de materiais a partir dos critérios definidos no processo para o trabalho com saberes e práticas a serem sistematizadas. Entre outros aspectos, a apropriação dos roteiros preestabelecidos com a coordenação para a elaboração do documento contendo a descrição da prática e sua análise crítico interpretativa-problematizadora.

A coordenação proporcionou suporte instrumental teórico-metodológico para a execução dos objetivos elencados, inclusive oferecendo o Marco Referencial de Orientação da Sistematização (MROS) que é parte do Termo de Referência para a Sistematização de Práticas Metodológicas de Formação na Educação Popular em Ambiente Virtual/Digital no contexto da

Covid-19 realizado pelo Grupo de Trabalho Sistematização (GTS) do Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP).

Dadas as reuniões como colaboradora, na equipe de sistematização, encaminhei as necessárias apropriações em torno do projeto e dos objetivos do trabalho que foram apresentadas e a aproximação acerca da atuação das práticas organizativas. Foram designados para minha responsabilidade dois movimentos de práticas sociais Universidade Livre Feminista (ULF) e Confederação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agrícolas (Contag). Para o primeiro, contei com as representantes Ana Cristina Lima (secretária executiva da ULF), Sophia Branco (colaboradora) e Bibiana Serpa (colaboradora); da segunda, contei com Antônio Lacerda (assessor) e Camila Guedes (assistente).

Uma das práticas formativas realizadas durante a pandemia que sistematizamos foi protagonizada pela Universidade Livre Feminista (ULF): projeto de ação coletiva, compartilhada e colaborativa de luta pela transformação a partir do compartilhamento de saberes. Constituída na ação feminista por outra sociedade mais equitativa, é construída a partir de um feminismo libertário, sem perder de vista toda a diversidade das mulheres. Reconhece a importância da formação para a politização sobre questões feministas e das experiências de mulheres no Brasil e ocupa os espaços virtuais com atividades semipresenciais. Contribuiu neste processo de sistematização com uma prática formativa inovadora, a campanha educativa *“Feminismo com quem está chegando”*, realizada durante a pandemia utilizando a plataforma virtual do Instagram, com objetivo de disponibilizar conteúdo informativo e atender a curiosidade de mulheres de diversos perfis, geralmente mais jovens, em busca de informações sobre o tema dos feminismos.

A segunda prática foi iniciativa da Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag). Parte de um sistema que luta pelos direitos de homens e mulheres do campo e da floresta, que são agricultores (as) familiares, acampados (as) e assentados (as) da reforma agrária, assalariados(as) rurais, meeiros, comodatários, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e ribeirinhos. A prática formativa escolhida foi o *“Curso Formação de Multiplicadores/as em Práticas Integrativas e Complementares e Saúde”*, que aconteceu na plataforma Zoom e utilizou outros suportes como a plataforma do Youtube para disponibilizar as aulas gravadas, além de grupo no WhatsApp. O objetivo do curso foi a formação de multiplicadores sobre as práticas integrativas e complementares de saúde. A composição do curso foi majoritariamente de mulheres negras e o objetivo foi formar pessoas multiplicadoras ligadas

à base sindical que, de alguma forma, após o curso, promovessem a multiplicação do saber adquirido na sua comunidade.

À medida que os primeiros contatos aconteciam, estabelecemos algumas escolhas metodológicas. Primeiro passo foi abrirmos um grupo apenas para nossa comunicação instantânea no WhatsApp; em seguida, uma agenda estabelecida nas sextas-feiras, às 16h, semanalmente, para encontros em conjunto; além disso, encontros separados entre a sistematizadora e cada organização com dias diferentes, de acordo com a conveniência e disponibilidade das pessoas participantes. Também, adotamos o compartilhamento de arquivos e registros produzidos nas respectivas práticas formativas e a prática de construção de documentos com arquivo compartilhado com a sistematizadora e os respectivos movimentos de práticas para a edição do PSPE e do DSPE posteriormente. As decisões em torno das metodologias atenderam as demandas, inclusive as específicas a cada prática formativa, porque foram todas coletivas.

As reuniões virtuais, da forma como foram organizadas, promoveram aproximações em torno das trocas de experiências à medida que nos estimulávamos ora a partir de oficinas, ora em bate-papo, e assim nos permitíamos questionar, tirar dúvidas sobre os objetivos e o conceito de sistematização. O ganho de confiança foi crescendo e o traço decisivo de compromisso com o trabalho presente na equipe que se formou fortaleceu o processo.

A prática questionadora foi das estratégias amplamente utilizadas durante todo o processo de sistematização; toda a equipe entre si esteve livre para lançar questionamentos, e vice-versa. Isto é, a prática de perguntar não esteve restrita à sistematizadora. Esse ambiente promoveu o aprofundamento no sentido de entender os meandros, os diversos ângulos e alcances de cada prática formativa que, inclusive, se diferenciaram na natureza e estrutura, conforme vivos nas exposições detalhadas documentadas em cada DSPE.

Enquanto a ULF promoveu uma campanha formativa de duração curta via Instagram, de caráter feminista e trabalhando o tema específico em torno da história do movimento feminista de curta duração, a Contag promoveu um curso, de médio prazo, preocupado em formar multiplicadoras de práticas em saúde integrativa e complementar. Por tanto, sistematizar práticas tão diferentes teve também escolhas metodológicas semelhantes e diferentes em momentos específicos registrados na construção do PSPE. O decorrer do processo e das construções ora coletivas, ora mais propositivas da sistematizadora foi alinhando nossas ações à medida que a imersão acontecia. Foi efetivamente um fazer a caminhada caminhando, na produção de estratégias conforme as demandas se apresentavam.

A construção do DSDE foi estruturado sobre três eixos geradores de questões como instrumentos guias na utilização das demais ferramentas metodológicas eleitas no desenvolvimento da imersão digital: entre produção de formulários diagnósticos distintos e específicos, rodas de conversa e entrevistas. Os formulários foram produzidos separadamente entre a sistematizadora e as instituições específicas, conforme fizemos com a elaboração do PSPE e o próprio DSPE; no entanto, o acesso aos documentos esteve compartilhado entre todos e com livre acesso.

Conforme salientado, as especificidades das práticas exigiram escolhas singulares para construção das ferramentas. O público-alvo da campanha apresentou perfil mais disperso e volátil, com uma pulverização bastante forte; muito diferente do público do curso da Contag, que exigiu matrícula e acompanhamento da frequência, permitindo diferentes abordagens em relação às feitas ao público da plataforma Instagram. Por exemplo, as rodas de conversa propostas para acontecer com as participantes da campanha educativa não ocorreram como o esperado. Realizamos com as colaboradoras e outras com perfil de seguidoras. Isto porque o número de pessoas com perfil de seguidora que respondeu ao formulário foi baixo. Responder o instrumento foi condição para convidá-las para entrevista ou participação na roda de conversa. No entanto, pouquíssimas se disponibilizaram a este momento síncrono. Isso limitou algumas análises e nos levou a refletir em torno do quanto o espaço da plataforma promove, estimula o consumo aligeirado dos conteúdos sem fortalecer aproximações para além do consumo imagético e radical diminuição de leituras gráficas. Há utilização de ícones ou ferramentas que permitem manifestações de simpatia, como o “like”. Em contrapartida, simplesmente ignorar o conteúdo é outra forma de medir o não engajamento. Ou seja, não há outro ícone disponível para manifestar desacordo, restando o comentário escrito disponível nas postagens. Comumente a possibilidade de escrita é substituída por figurinhas, na grande maioria expressando positivities como simpatia e acordo.

O primeiro eixo de perguntas envolveu a implicação das participantes com o movimento proposto e com o tema da formação. Necessariamente com as ferramentas digitais usadas no acesso do conteúdo; o segundo eixo buscou levantar informações acerca da aprendizagem mediada pelo virtual, os sentimentos, sentidos envolvidos e a implicação da Educação Popular no processo; o terceiro eixo pretendeu suscitar respostas sobre as principais contribuições da prática, bem como desafios, desdobramentos e limites, além de se preocupar em captar informações sobre as possibilidades de

mudança que a formação mediada pelo digital, pautada em princípios da Educação Popular promoveram de inovação.

O bom entrosamento, dinamismo nos encontros estimulou as trocas de informações, de conteúdo, referências e experiências mais específicas sobre o acúmulo dos participantes. Além disso, construiu-se a lista de contatos para contatar os participantes da formação e colaboradores(as) que poderiam contribuir com o processo de sistematização, trazendo outras perspectivas, como pessoas formadoras, palestrantes, alunas, a equipe organizadora, a equipe técnica, formuladores e todas as pessoas que de alguma forma tornaram a prática possível.

No que se refere aos compartilhamentos na construção de textos, como estratégia, exemplo do PSPE, a colaboração síncrona sempre deu a tônica. Com a ULF, as contribuições efetivas aconteciam nos encontros síncronos e menos nos assíncronos de construção dos textos. O dinamismo, muitas vezes por questões de agenda, diminuía para acesso assíncrono aos documentos em construção e, no início do nosso processo, as colaboradoras Bibiana e Sophia conseguiram acompanhar as reuniões algumas semanas depois. Na sequência, tivemos o afastamento de Cristina por conta das férias, interrompendo sua contribuição. Bibiana Serpa veio compor a equipe e se manteve até depois do retorno de Cristina, já no fim do processo.

Realizamos aproximadamente 34 reuniões: reuniões específicas (conforme demanda com os movimentos das práticas); rodas de conversa e entrevistas, incluindo bate-papo com cursistas e pessoas voluntárias (seguidoras) que participaram das ações formativas. Em média, cada gravação de encontro teve uma hora e meia de duração. Além disso, os áudios via WhatsApp foram outra ferramenta utilizada no processo de imersão com alguns que não se disponibilizaram para gravar uma reunião via Zoom, e trocas de e-mails, recurso também utilizado para agendamentos e trocas de informações.

As entrevistas e rodas de conversa com as pessoas envolvidas com diversos perfis que se disponibilizaram confirmaram a importância da escuta. Considero o balanço do processo para a sistematização exitoso. Os resultados apresentados e discutidos, inclusive na etapa dos seminários, ampliaram essa escuta para e desde os demais da comunidade dos movimentos de discussão. Pudemos ouvir e discutir, entre nós e com pessoas novas, colhendo impressões, observações, dúvidas, interesses, detalhes ainda não observados, enriquecendo o trabalho de pesquisa com perspectivas diversas do processo. Elementos essenciais para uma composição exitosa e amplificada.

A sistematização foi possibilidade de ação educativa complementada na formulação, elaboração, observação e disputa de posições e opiniões expressas digitalmente. As análises de atividades formativas referenciadas em princípios da Educação Popular produziram ações de comunicação, produção e disseminação de informações, posicionamentos compostos e recompostos em dimensão que extrapolou tempo/espaço. A assincronicidade abriu outra janela no tempo. Limitações e imprevistos foram driblados como estratégia de superação. São criadas condições de registro de opiniões, posicionamentos, sentimentos, ensinamentos e aprendizagens acessadas em gravação.

As condições mediadas pelas tecnologias de buscar, de perceber o que é produzido de diferente a partir da utilização dos registros digitais, acionam capacidades outras para captar intensidades absolutamente dinâmicas. Todo o repertório de possibilidade dos movimentos formativos é em função de suas particularidades e especificidades contextuais que se desenvolvem mais ou menos, conforme respostas às demandas ou a partir de elementos do conjunto. Isto é, o contexto determina onde e como a ação ampliará ou reduzirá impacto, e o termômetro observado aponta para o necessário aprofundamento das pesquisas sobre impactos das possibilidades, com o intuito de melhores posicionamentos críticos nesse processo que se configura digitalmente.

Ressalto a importância da postura de abertura e incompletude como propulsores, mobilizadores naturais para trabalhos semelhantes, isto é, com esse caráter inovador. Saber-me incompleta, mas capaz de aberturas, adaptações, articulações criativas, foi crucial no lançar-se ao desconhecido. As possibilidades que nos permitimos são o contraponto das incompletudes. A ousadia em lançar-se cria e recria condições focadas. Os resultados que obtivemos, que produzimos, apontam o êxito em enfrentarmos as incompletudes com aberturas ao aprendizado. A expressão educativa via digital viabiliza o poder criativo de outros dispositivos para promover interação na relação de ensino-aprendizagem.

A experiência nos provoca a refletir em torno do que pode o corpo presente, para além do físico, descolado de uma dimensão apenas, tempo/espaço; também, sobre as possibilidades de, a partir das interações digitais nas quais mergulhamos, encontrarmos daqui para frente a condição de negociar entre a presença física, a presença digital, a presença mediada pela tecnologia, a presença síncrona e, inclusive, o significado de presença assíncrona, que vem assumindo diversas facetas e possibilidades.

Entre os distanciamentos e aproximações nas práticas da ULF e Contag já elencados, chamo a atenção para o fato de que a sistematização, nesse contexto, é uma técnica sofisticada que tivemos oportunidade de explorar, e a qual se revela ampla e ainda não esgotada no que se pode fazer com ela. Sistematizar no digital permitiu-me acompanhar comportamentos e entender possibilidades sobre como os movimentos sociais criam estratégias para estar nas plataformas digitais. Como sistematizadora, participar do processo foi especial, inclusive, pelo diálogo continuado com as personagens dos movimentos.

Os principais desafios, entre tantos, são entender como seguir no debate desde os movimentos sociais assumindo com mais criticidade a utilização das ferramentas digitais, repositórios e plataformas. Ou seja, considerando a dimensão geopolítica e de interesses que cercam as disputas de poder em todo o mundo. As agendas dos movimentos sociais não podem estar apartadas dessa discussão. O CEAP abre condições provocativas além de uma série de possibilidades de novas imersões investigativas e de trabalhos formativos com as organizações. Continuar nesse processo imersivo de estudo e formação junto, com e na dinâmica dos movimentos mediado pelo CEAP, é mesmo um privilégio que almejo.

A pergunta que me faço é se seria possível sistematizar tudo. E, mesmo entendendo que seria um movimento talvez impossível, considerando a limitação do próprio instrumento de relatório para registrar subjetividades, aponto que outro desafio que não pode ser esquecido é a condição indispensável de transversalidade dos temas como raça, gênero e diversidades dentro dos movimentos sociais. Esse ponto foi atentamente analisado, principalmente como algo muito importante na formação realizada pela Contag, composição majoritariamente feminina e negra, que apresentou nos diálogos das rodas de conversa com cursistas experiências de enfrentamento de racismo e intolerância religiosa, inclusive por comporem um curso sobre saúde que reúne o conhecimento de ervas. As práticas integrativas e complementares têm em seu fundamento conhecimentos oriundos dos povos originários desta terra e o povo negro forçados à diáspora. Marginalizados e inferiorizados ainda hoje em seus saberes desde a herança escravocrata, colonialista da sociedade brasileira. Por tanto, os enfrentamentos necessários precisam estruturar os currículos das formações pautadas para além das políticas públicas já existentes, como a lei 10.639/03, que obriga há quase vinte anos a inserção de conteúdos referentes à História Negra Africana no Brasil. A lei 11.645/2008 regulamenta o ensino de “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” na educação básica do Brasil. Instrumentos de

luta contra o racismo dentro do campo educacional resultante da luta do Movimento Negro brasileiro e do Movimento Indígena.

É necessário assumir esta tarefa fundamental, bem como a das lutas das mulheres, principalmente das negras, por ampliação dos horizontes de libertação ainda tão atacados.

Para sintetizar minha memória, trago, a partir de uma conferência da filósofa Marilena Chauí na UFMG, uma reflexão sobre a compreensão do tempo e espaço produzidas por novas tecnologias e que muito me permitiram compreender os processos durante a realização da sistematização. Ela compartilhou dois termos: “atopia” e “acronia”. Chamando a atenção para o espaço, com a redução a um ponto. Já o tempo se reduz a um instante. Para mim, isso gerou uma crise, pois somos seres sociais e espaciais. Tanto a acronia quanto a atopia são formas de existência no virtual. Espaço constituído, embora seja um ponto, um instante, permanece; pode estar sempre disponível para o acesso, atual e atualizado. Outro pesquisador, Di Felice, da USP, afirma que atopia não é o novo tipo de espaço, mas a própria hibridização fluida de corpos, espaços, tempos, tecnologias, territórios, fluxos informativos, dispositivos de conexão. Isto é, o advento de uma tipologia de um novo ecossistema. Esse espaço virtual nos proporciona um espaço conectivo.

Esta reflexão me aproximou de uma compreensão da experiência das práticas formativas que considero processos da formação virtual. A sistematização durante a pandemia me permitiu identificar a necessidade de pensar o hibridismo e os fenômenos de criação de ecossistemas com aprendizagens significativas ou atos educativos dialógicos. Por exemplo, durante a sistematização, foi necessário, por causa da pandemia, participarmos de eventos *on-line*, como seminários, rodas de conversa, em que discutimos, debatemos idéias, conceitos, temáticas. Na gravação, outras pessoas assistem o evento. Cada pessoa em seu próprio espaço físico, mas no virtual todos compartilham o mesmo espaço. Ao mesmo tempo, outras pessoas assistem, cada qual no seu próprio espaço e contexto; no entanto, dentro de uma plataforma que é virtual. A imersão foi exatamente isso. O hibridismo nos diz que podemos perceber interações em um momento como esse. Os participantes, muitas vezes, estão usando outros aplicativos de comunicação, em outros dispositivos simultaneamente e inclusive os próprios ouvintes também podem estar usando outras ferramentas e tecnologias.

De repente, um termo ou assunto que chama a atenção de uma dessas pessoas imediatamente a leva a abrir uma janela de busca e pesquisar o significado daquela informação. Está interagindo com outro sistema. Simul-

taneamente, responde mensagens que chegam, conversa com outra pessoa por outra rede social e temos, então, mais interações e ecossistemas que se colocam. Por exemplo, o próprio *chat* dos seminários que participei junto com o CEAP: várias pessoas discutiam sobre as temáticas propostas sobre as práticas; as perguntas aconteciam no *chat* ou até no grupo de WhatsApp, direcionadas aos participantes da conversa ou da apresentação e novamente temos uma diversidade de interações ecossistêmicas que acontecem.

Outro quadro que deriva desse momento é a disponibilização do evento e, ainda, sua distribuição para outras pessoas que assistirão, como foi o caso da campanha formativa no Instagram da ULF. Outras visualizações aconteceram e seguem acontecendo. Muitas vezes, temos um evento com a participação de dezenas de pessoas e o mesmo evento vai ganhando visualizações na plataforma do Youtube, como foi o curso da Contag, com *link* disponibilizado. Outras pessoas vão acessar, em outros momentos, tempos, espaços e perceberão o que se estudou, refletiu.

Ao mesmo tempo, podem utilizar a gravação em outras plataformas, como modelos em algumas aulas em caso de cursos para acesso com outro dispositivo, outros ambientes, outros espaços como plataformas de aprendizagem. Compartilhar com outras pessoas e mesmo distribuir o conteúdo. Podemos ter uma situação *off-line* contando com material produzido *on-line*. Com isso, muda de sentido discutir se a atividade é *on-line* ou *off-line*; se presencial ou virtual. A fronteira é difusa e a tecnologia não desempenha papel externo às pessoas. É intrínseco porque não usamos a tecnologia somente quando queremos uma relação sujeito-objeto. Essa relação de saber começa a sofrer um forte abalo porque há um imbricamento, ou seja, uma fronteira difusa entre estes dois espaços. Sem hierarquia, talvez.

Outro ponto importante de desdobramento das discussões é não podermos ter a ilusão de que controlamos a tecnologia. Ela está além dos processos de regulação e não conseguimos controlar, nem as empresas de alta tecnologia conseguem controlar toda a conectividade que se estabelece nesse espaço virtual no ciberespaço.

Hoje a internet congrega muito. Alguns nomeiam de “tecnologia de todas as coisas” porque congrega várias inteligências. Não somente a inteligência humana, mas a inteligência das coisas, a inteligência das plantas, dos automóveis, dos objetos, dos fluxos informativos que circulam no ambiente virtual, digital. Exemplo é a própria condição de monitorar celulares, carros, tráfegos dentro da mobilidade humana. Temos condições via tecnologia em tempo real para saber como está a questão da emissão de gases na atmosfera. São outras inteligências que se congregam e convergem.

Pude desenvolver, a partir da sistematização, leituras que me conduziram a reflexões em torno desse modelo de sociedade tecnológica em rede, com características curiosas como a descentralização, distribuição e distinção do modelo de comunicação, por exemplo, a TV na forma tradicional, em que temos transmissão de um para outros. A internet produz hoje coisas que circulam porque ela está distribuída, em rede; é uma ecologia em que os elementos se comunicam ao mesmo tempo. É interativa, simultânea de tudo o que existe e podemos chamar de hipercomplexidade termo utilizado por Edgar Morin sobre sua teoria da complexidade, em que ele denomina esse movimento de hipercomplexidade numa sociedade hiperconectada.

Nesse sentido, a hiperconexão da sociedade em rede foi e é ainda mais visível em tempos de pandemia do Covid-19 e perceptível em vários setores como econômicos, culturais e na educação/formação, como foi o caso de observarmos desde nosso estudo sistemático. Os movimentos sociais se depararam obrigados ou incentivados a fazer uso das tecnologias educacionais, ou tecnologias utilizadas como formativas, para em rede continuarem seus processos educativos, como foi o caso da ULF, que utilizou plataforma de rede social.

Foram grandes os desafios e imprevistos que aconteceram, inclusive para manter a agenda mediante os episódios da vida que também acontece fora do digital “*of-line*”. As práticas formativas deixaram pistas de problemas apontados: a questão de acesso aos dados, a falta de fluência digital dos professores e cursistas, problemas com conexão, recursos obsoletos, a necessidade de adaptar conteúdos para o digital, a necessidade de domínio das linguagens visuais e mais outras tantas questões foram sendo colocadas. Mas a formação remota emergencial nos trouxe algo interessante: a possibilidade de educação mediada pelas tecnologias, uma educação *on-line*. Muito aquém de ser ideal, mas mostrou-nos o poder que a tecnologia tem, e observamos mais a transposição do ensino presencial para práticas e metodologias no ensino digital. Por outro lado, não posso desconsiderar que representou avanços significativos para o entendimento de que vivemos uma conexão planetária e que esse habitar em rede reconfigura a nossa forma de agir nessa hiperconectividade, trazendo um potencial grande para a forma de fazer educação.

A pandemia e o pós-pandemia trouxeram e continuarão estabelecendo processos mais flexíveis, inovadores das práticas pedagógicas, do fazer educacional, do fazer formação. Uma das questões identificadas, principalmente aqui no Brasil, por pesquisadores da área foi a discussão em torno

do ensino híbrido e da educação híbrida. Sabemos que é um conceito em construção, e são muitos teóricos discutindo sobre a educação híbrida.

O ensino híbrido é aquele que acontece com um tempo para o presencial e um tempo para o virtual ou que articula estas duas dimensões num mesmo processo pedagógico. Desconfio haver certo hibridismo relacionado a uma abordagem da teoria da ação, com movimento muito grande das metodologias ativas para que isso aconteça. Mas não é necessariamente uma inovação, ou seja, que rompe e propõe o novo. Possivelmente são arranjos institucionais significativos para manter o distanciamento social e a segurança durante o tempo que vivemos essa crise sanitária. Em alguns casos, sem a preocupação com alguns processos levem em conta realmente o ensino e a aprendizagem. Ou, ainda, sem considerar esse ato conectivo-educativo uma pseudo-estratégia de ensino híbrido. Nas práticas formativas em que trabalhei, não aponto essa falta de preocupação, mas a experimentação que na incompletude busca criar possibilidades para inovar. Isso é inédito.

A questão é que a diferença para a educação híbrida está na amplitude por compreender processos de ensino e aprendizagem, ou seja, pedagogias plurais e diante de metodologias cada vez mais inventivas. É uma relação de engendramento com o digital, e as pessoas, que somente a experimentação pode trazer. E com os fluxos informativos, mais a inteligência artificial, a inteligência das coisas, sem ter a preocupação de ser presencial ou a distância, se é *on-line* ou *off-line*. Para mim, ficou a dúvida sobre se seria essa uma forma mais efetiva de fazermos formação e, junto a isso, a certeza de que, mesmo não sendo esse o formato investigado, analisei o experimento, o realizado perante os obstáculos enfrentados. Entendi que não teremos o ideal, e não podemos nos paralisar.

O que é preciso é buscar por garantir a construção das condições para enfrentar o grande desafio de não paralisar e avançar entre a dualidade digital X presencial, principalmente pós-pandemia. A presencialidade, tema bastante discutido nas nossas reuniões, para o ato pedagógico, é de natureza geográfica-física ou de natureza geográfica-virtual. A presencialidade também é social, virtual, cognitiva.

É preciso seguir na busca por ter uma educação que comporte todas essas dimensões, ou seja, uma educação híbrida que alimente os processos virtual, digital e presencial no mesmo processo, capaz de oferecer práticas ainda mais autênticas, inventivas. Entendi que estamos no caminho.

Tudo isso pressupõe outros encaminhamentos para a formação, considerando a formação das pessoas, professoras e professores, gestores e gestoras, dos cursistas e da sociedade no geral, para avançar no letramento

digital e midiático. Assim, há que proporcionar fluência digital a partir de uma formação que considere as potências tecnológicas e ao mesmo tempo midiáticas. Considerando esse movimento, percebo ser necessário experienciar mais processos que rompam com a disciplinarização, por exemplo. Isto em favor de uma educação, uma formação mais aberta, com currículos mais versáteis, flexíveis, transversalizados, contextualizados, como ensina Paulo Freire, considerando os processos de aprendizagem que ocorrem inclusive em espaços abertos, em outras formações, como vimos a partir do fazer formação do *Movimento de Rua*.

Aprendi, a partir do olhar de pesquisadora nesse processo, quanto enriquecimento os movimentos populares nos trazem, capacitando-nos, a partir da sistematização das suas experiências e experimentos, para a criação de outros modelos, para que setores dos diversos espaços formativos consigam programar, potencializar novas experiências formativas. Já há experiências virtuais acontecendo baseadas nas primeiras experiências sistematizadas, como o novo curso da Contag. E a ULF realiza outra experiência formativa partir do uso essencialmente do WhatsApp.

A imersão viabilizou a compreensão sobre como potencializar as mobilidades virtuais com plataforma de alcances internacionais, como foi o uso do Instagram para o experimento da campanha da ULF. Experiências muito férteis compuseram esse tecido sistematizado, analisado, que nos convida a pensar projetos de pesquisa tecnológica abertos, sem segmentação por área de conhecimento com caráter transversal, transdisciplinar, envolvendo outras instituições, organizações sociais, contribuindo para a circulação das experiências das práticas e considerando o uso da educação digital nos processos de formação.

Importante o estabelecimento de projetos de formação em rede, cursos organizados em redes com vários movimentos sociais trabalhando, possibilitando processos flexíveis, com mobilidade virtual, entre outras possibilidades. Há cursos organizados em rede com sucesso. Entendo as estratégias mencionadas relacionadas com o desenvolvimento da cidadania, com as questões sociais, no mundo culturalmente, socialmente em transformação para fora das bolhas e em expansão.

O digital está presente em todas as esferas da sociedade, e viver nela hibridizando biológico, físico e digital nos confronta com uma educação para uma era social, não mais uma educação industrial. Ainda que vivamos uma industrial 4.0, não esqueçamos que estamos transitando para outra sociedade 5.0; e o diálogo é necessário entre os seres humanos, as tecnologias, a diversidade, as subjetividades, a sustentabilidade. Ou seja, como

podemos compreender esse ecossistema em transformação considerando as pessoas humanas na potencialidade dessas transformações? Estaríamos diante também de uma nova geração de direitos humanos? A maneira como os dados são gerados, geridos, com impactos sobre a sociedade, tem na privacidade um problema sério, por provocar violências ao ampliar a capacidade de antever situações e escolhas transformando-as em mercadoria. Como defender o direito de não ser tratado como um fantoche?

Somos dados, os dados sou eu. O que o algoritmo vai fazer precisa estar conectado com a dignidade humana. Precisamos que a dignidade humana seja colocada como princípio básico. A captologia, a questão do reconhecimento facial. Como produzir cidadãos inteligentes contra sociedade de vigilância?

Nesse âmbito do saber como poder, é preciso dominar as ferramentas e linguagens digitais. Não há outro caminho possível. Talvez seja este o principal desafio que nos prepara a encarar os obstáculos já postos e os vindouros apontados por esta sistematização. Isso nos permite refletir sobre o que queremos eticamente, qual a finalidade pela qual trabalhamos? Como investir nas frestas desse império midiático que se conforma a reproduzir as mesmas opressões?

Enquanto muitos garantem que a era do humanismo acabou, almejo trabalhar na criação de uma educação que produza outro humano, muito mais humanista e menos técnico, e assim com mais competências diante das complexidades em que estamos imersos.

Muito agradeço ao CEAP/RS, nas pessoas da diretora Elenice Pastore e do coordenador Paulo César Carbonari, pela confiança no meu trabalho e por viabilizarem a integração neste projeto com tamanha importância como sistematizadora. Em particular, a Eduardo Oliveira, pelo estímulo. Ao grande intelectual Oscar Jara, pela atenção e comentários. À possibilidade de conhecer o trabalho da grande mestra Elza Maria Fonseca Falkembach e poder compartilhar dos conhecimentos do professor Eldon Muhl. Agradeço a todas as pessoas componentes da equipe, às pessoas sistematizadoras, pesquisadores(as), professores(as), demais grupos de trabalho que construíram toda a arquitetura. Todas as pessoas essenciais para o resultante da sistematização e seus produtos que se dão no coletivo. Agradeço fortemente às parcerias das práticas formativas da ULF e Contag, pelo compartilhamento e cada pessoa fundamental para estas rumações serem possíveis.

Escrever, para mim, é um privilégio; e que a escrita deste relato o seja na medida em que contribua para o fim que se destina.

Anexo

Marco Referencial de Orientação da Sistematização (MROS)

Este documento apresenta a proposta de Marco Referencial de Orientação da Sistematização (MROS), sendo parte do Termo de Referência para a Sistematização de Práticas Metodológicas de Formação na Educação Popular em Ambiente Virtual no contexto da Covid-19 realizado pelo Grupo de Trabalho Sistematização (GTS) do Centro de Educação e Assessoramento Popular (CEAP) como parte dos trabalhos aprovados pela Carta Acordo SCON2019-00192 celebrada entre o CEAP e a Organização Pan-Americana da Saúde, Escritório Regional da Organização Mundial da Saúde (OPAS/OMS), nominada de “*Formação para o Controle Social no SUS 2*”, mediada pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS).

Objeto

O Marco Referencial de Orientação da Sistematização (MROS) inclui o conjunto do processo e a metodologia de sistematização, assim como dos recursos e ferramentas para coleta de materiais, os critérios para trabalho com saberes e práticas a serem sistematizadas, entre outros aspectos. Também inclui os roteiros para a elaboração do documento que contenha a descrição da prática e sua análise crítico-interpretativa-problematizadora. A elaboração é feita a partir de proposta da Coordenação do GTS e em Sessões de Estudo e debate com participação dos/as componentes do GTS.

Justificativa

A sistematização se justifica nas seguintes razões: a) possibilidade de estudar as mudanças produzidas nas práticas educativas em razão do

impacto da pandemia Covid-19 em razão de sua força condicionante no sentido de exigências de cuidado sanitário decorrente; b) disponibilidade de dirigentes e lideranças de iniciativas e espaços formativos de organizações de sujeitos sociais populares para participar do estudo, combinada com as capacidades e legitimidades acumuladas pela organização proponente, por sua relação de atuação com diversos movimentos sociais populares de atuação nacional ao longo dos últimos anos; c) importância do estudo proposto para a atuação dos sujeitos sociais populares, dado o significado de sua presença na sociedade brasileira, particularmente como agentes sociais e políticos que fazem a implementação de ações educativas com compromisso transformador e que compreendem e/ou desenvolvem ações de sistematização de práticas educativas como parte da construção de aprendizagens para orientar sua atuação.

Problematização

A educação popular é um conjunto de práticas político-pedagógicas de ação educativa construído desde a experiência dos sujeitos sociais populares da América Latina ao longo das últimas décadas. Está em constante construção e envolve os processos formativos e político-organizativos da ação concreta dos sujeitos sociais populares no horizonte da transformação crítica da realidade da sociedade na qual atuam. A educação popular encontra em Paulo Freire um dos formuladores e sistematizadores.

Ele, na *Pedagogia da Autonomia*, diz que “Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”. Na *Pedagogia do Oprimido* fala do papel da educação como um ato político, capaz de libertar em processos comuns: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Ou ainda, a educação pode colaborar com a opressão (educação bancária), mas, quando se torna a “prática da liberdade”, é “[...] o meio pelo qual homens e mulheres lidam de forma crítica com a realidade e descobrem como participar na transformação do seu mundo”.

O CEAP tem entre suas finalidades o fortalecimento da atuação político-educativa e político-organizativa dos sujeitos sociais populares. Nos mais de 30 anos de atuação, desenvolveu suas ações participando do cotidiano da vida das organizações em atividades nas quais a presença física, o contato corporal, a conversa *tête-a-tête*, o encontro face-a-face sempre foram determinantes. O advento da pandemia Covid-19 exigiu readequações determinadas pela necessidade de providências de cuidados como medidas

sanitárias, entre as quais figura como uma das principais o distanciamento físico, o que exigiu a busca de alternativas para a promoção das ações em novas mediações e suportes.

O CEAP entende que os movimentos sociais populares são organizações da sociedade civil que constroem processos de engajamento de sujeitos para a atuação conjunta com vistas a uma missão do agir na realidade que identificam como uma ameaça estrutural ou temática à realização da vida das populações historicamente excluídas ou não atendidas pelas dinâmicas sociais vigentes. A ação constitui a centralidade da vida dos movimentos sociais populares como sujeitos coletivos. Um movimento sem ação perde seu sentido ou, dito de outro modo, a atuação está no núcleo do sentido de existir de um movimento. Entende-se por atuação a intervenção qualificada, intencional e modificadora nos contextos, mobilizando participantes do movimento como sujeitos-agentes deste processo. Ainda que tenham uma multidimensionalidade na sua atuação, envolvendo sempre uma estreita relação entre a dimensão político-organizativa e a dimensão político-educativa. Esta última é a que se refere ao desenvolvimento de subsídios formativos por meio de diversas estratégias de comunicação e educação popular para a construção de uma cultura política, o posicionamento ideológico e o engajamento em causas comuns. Ela é a que nos interessa mais especificamente.

A sistematização de práticas é uma das possibilidades de ação político-educativa que se complementa com a formulação/elaboração e a disputa de posições e de opiniões, a realização de atividades formativas de educação popular, as ações de comunicação, de produção e de disseminação de informações (e contrainformações) e posicionamentos. Este repertório de possibilidades de ação dos movimentos não necessariamente é implementado por todos eles e nem todas as possibilidades são desenvolvidas por todos eles o tempo todo, nem mesmo que, quando desenvolvidas, o são na mesma intensidade. Elas indicam um leque de possibilidades de regra desenvolvido.

No “*Estudo sobre impacto da Covid-19 na ação político-organizativa e político-educativa dos movimentos sociais populares brasileiros: identificação de posições e perspectivas de análise*”¹², o CEAP entrevistou, por meio eletrônico, num dos momentos mais duros da pandemia, entre os meses de maio e julho de 2020, 23 participantes de movimentos sociais populares

12 Disponível em <https://estudocovid.ceap-rs.org.br>.

brasileiros e, posteriormente, produziu uma análise dessas experiências. A problemática central do estudo buscou “identificar as mudanças ocorridas na ação político-organizativa e político-educativa dos movimentos sociais nesse período, em que o presencial e a “rua”, espaços de atuação dos movimentos, estavam imitados” (2020, p. 5). Recuperaremos aspectos deste, por considera-lo referência para o seguimento a ser feito neste estudo.

No que diz respeito especificamente ao político-educativo, o Estudo referido indicou a percepção de que o impacto e a intensidade das transformações percebidas em decorrência da Covid-19 foram de médias a altas. Concluiu que “o problema parece se concentrar mais na mudança do modo de fazer inaugurado em decorrência da pandemia de Covid-19, menos no sentido de o que fazer” (2020, p. 142). As preocupações maiores estavam em questões metodológicas e de mediações, quase de instrumentos e ferramentas. Aparecem com força os novos suportes de ação formativa (*live* e *webinário*). Naquele estudo se acumulou que “Parece não haver uma preocupação em referir a estrutura de organização dessas atividades que repetem de regra ainda, falas subsequentes de convidados, por vezes mediadas por perguntas dirigidas e depois complementadas por comentários de manifestações dos participantes, bastante seletivamente escolhidas, dado, em geral, restar-lhe pouco tempo comparativamente ao tempo dedicado às “exposições”. Os tempos de duração total variam, mas, em geral, parecem não passar em muito de duas horas ininterruptas. Eventos mais extensos, em geral, são vistos como cansativos. Observa-se que parece que estão sendo testadas poucas e inovadoras formas de conceber e fazer processos formativos para além do ajustar-se num contexto adverso. Nota-se, também, que há pouca preocupação, ainda que tenha sido manifesta por alguns/algumas, no sentido de preparação das equipes de ação das organizações no campo formativo; parece que as novas tecnologias são “absorvidas” sem muita reflexividade formativa, nem mesmo com iniciativas instrumentais para o uso das ferramentas” (2020, p. 143).

Para o estudo que aqui se orienta, também é importante resgatar os tensionamentos levantados naquele estudo, particularmente os seguintes aspectos: “o presencial na tensão com o digital”, entre “informação e conhecimento”, entre “comunicação e divulgação”, entre “fragmentação e conjunto/sistematicidade”, entre “superficialidade e aprofundamento”, entre “racionalidade e afetividade”, “além da já clássica tensão entre prática e teoria” (2020, p. 144, grifo nosso). As potencialidades apontadas são, entre outras, “facilidade de estabelecimento de contatos em situações que antes careciam de grandes deslocamentos físicos”. A deficiência das “trocas

práticas, sobretudo em razão da dificuldade de muitos dos sujeitos que são os agentes diretos delas em acessar as ferramentas e os recursos de realização de atividades comunicativas e formativas”, aparece problemática. Aponta-se que “o uso de ferramentas e de processos colaborativos nos meios digitais parece ainda pouco explorado” (2020, p. 144). No Estudo também foram abordados aspectos da presencialidade, uma das mais difíceis de ser enfrentadas e que carece de reflexividade maior. Além dela são indicados aspectos como a temporalidade e a espacialidade, das linguagens. O estudo observa que “as tecnologias de informação e de comunicação tensionam a dimensão político-educativa dos movimentos sociais populares, tendo que se decidir se o que se trata de fazer é não mais do que adotar ferramentas ou instrumentos novos aos processos já consolidados ou se o que está em jogo é mesmo reinventar os processos formativos, de modo que as transformações em curso possam vir a colocar os processos educativos em lugares outros em relação àqueles vividos ao longo da experiência já acumulada” (2020, p. 147).

No que diz respeito especificamente à sistematização, o Estudo indica que “no que diz respeito às estratégias e aos aspectos da dimensão político-educativa, percebe-se uma maior ação no campo da formulação e elaboração, também já verificada quando se tratou da dimensão político-organizativa, sem que se possa aferir em que medida este processo pode agregar novas abordagens ou mesmo sentidos outros ao que já era trabalhado. Isso se associa à indicação de como a circunstância está oportunizando a sistematização de práticas que permitam o registro e também a reflexão sobre o que foi sendo feito como possibilidade de subsidiar mudanças e de reinvenção significativa da Educação Popular como prática e como concepção” (2020, p. 147-148, grifo nosso).

Assim, tomando estes aspectos como acumulados, a proposta é retornar às práticas concretas de ação formativa desenvolvidas por movimentos sociais populares de modo sistemático neste último ano coincidente com a experiência da pandemia. Pretende-se tomar em conta as práticas diretamente impactadas por este contexto e intencionalmente desenvolvidas pelas organizações que a tomaram em conta. O marco temporal de abrangência para a sistematização compreende o que foi realizado de abril de 2020 a março de 2021. Um documento complementar orientará o processo concreto de coleta de material e informações, além de servir de “roteiro” para a construção da dinâmica de sistematização.

Balizas da concepção de sistematização

A sistematização de práticas formativas é um exercício coletivo intencional de aprendizagem das práticas efetivamente realizadas. Nos socorremos em Oscar Jara,¹³ uma referência neste debate, que nos lembra que a sistematização é uma construção própria da educação popular produzida pelos sujeitos sociais populares na América Latina para fazer frente às suas necessidades de compreensão das condicionantes de sua atuação na realidade própria, inclusive questionando modelos de interpretação transplantados. Oscar observa que

A sistematização de experiências é um exercício intencionado que visa a penetrar na trama “próxima complexa” da experiência e recriar seus saberes mediante um exercício interpretativo de teorização e de apropriação consciente do vivido. Requer um empenho de “curiosidade epistemológica” e supõe “rigor metódico” para converter o saber que provém da experiência, por intermédio de sua problematização, em um saber crítico, em um conhecimento mais profundo. Para consegui-lo, devemos gerar um distanciamento da experiência, que permita transcender a pura reação imediata face ao que vivemos, vemos, sentimos e pensamos. Desta forma, “objetivamos” nossa experiência e, ao fazê-lo, vamos encontrando seus vínculos com outras práticas sociais das quais ela faz parte. A sistematização de experiências permite ligar a reflexão que emerge do que vivemos com outras aproximações teóricas, para poder compreender, indo além da pura descrição ou imediatismo o que estamos vivendo (2012, p. 75-76).

A centralidade da sistematização é trabalhar com *experiências práticas* em sua complexidade e omnidimensionalidade, não somente com informações, dados ou elementos. Jara esclarece que “As experiências são processos sócio-históricos complexos e dinâmicos, pessoais e coletivos. Não são apenas fatos ou acontecimentos pontuais. As experiências estão em permanente movimento e abrangem um conjunto de *dimensões objetivas e subjetivas da realidade histórico-social*” (2012, p. 72). Lembra que as experiências são “sempre *vitais*” e “carregadas de enorme riqueza” e cada uma delas “constitui-se em um processo inédito e, por isso, em cada uma delas temos

13 Oscar Jara Holliday, no livro “*A sistematização de experiências: prática e teoria para outros mundos possíveis*”. Trad. Luciana Gafrée e Sílvia Pinevro. Col. Elza Maria Fonseca Falkembach. Brasília: Contag, 2012.

uma fonte de aprendizagens que devemos aproveitar precisamente por sua originalidade” (2012, p. 77). Ele resume que “Sistematizar experiências, em definitivo, é um instrumento privilegiado para que possamos realizar tudo isso, como um desafio para a criação de novos acontecimentos inéditos, e carregados de sentido” (2012, p. 77-78).

A convergência entre diversas possibilidades de abordagem da sistematização, segundo Jara, apontam para a sistematização como: “um processo: a) de reflexão individual e coletiva; b) em torno de uma prática realizada ou vivida; c) que realiza uma reconstrução organizada do ocorrido nela; d) que provoca um olhar crítico sobre a experiência; e) que produz novos conhecimentos (2012, p. 78).¹⁴ Importante ressaltar que Jara enfatiza a “imersão” nas experiências a serem sistematizadas. Diz:

[...] a sistematização buscar penetrar no *interior da dinâmica das* experiências; é um esforço por “mergulhar dentro” desses processos sociais vivos e complexos; uma tentativa de circular por entre suas avenidas, recantos e ruelas; percorrendo novamente suas diferentes etapas, apalpando e identificando seus diferentes elementos e relações; localizando suas tensões e contradições; identificando as opções e decisões tomadas, chegando a entender o sentido desses processos segundo sua própria lógica, extraindo assim aprendizagens que sejam úteis para enriquecer a teoria e melhorar a prática (2012, p. 83-84).

Ele enfatiza¹⁵ o que chama de “elementos mais próprios” dizendo que

A sistematização é aquela interpretação crítica de uma ou várias experiências que, a partir de sua ordenação e reconstrução, descobre ou explicita a lógica e o sentido do processo nelas vivido: os diversos fatores que intervieram, como se relacionaram entre si e por que o fizeram desse modo. A Sistematização de Experiências produz conhecimentos e aprendizagens

14 Fundamental a distinção que faz entre sistematização, pesquisa e avaliação (2012, p. 153-176).

15 Alfredo Ghiso chama a atenção para “diferentes respaldos epistemológicos” e cita o “enfoque histórico-dialético”, o “enfoque dialógico e interativo”, o “enfoque hermenêutico”, o “enfoque da reflexividade e da construção da experiência humana” e o “enfoque desconstrutivo”. Diz que “as sistematizações são processos que desvelam identidades e interesses diferenciados, lógicas de intervenção diversas e até contraditórias sobre as realidades sociais; por conseguinte, reconhecem teórica e metodologicamente o pluralismo, a provisoriidade, o dissenso e as disputas, retomando, recriando e recontextualizando as potencialidades críticas de cada experiência (tradução nossa) (em “*De la práctica singular al dialogo con lo plural*” (1998). Disponível em: www.cepalforja.org/sistem/bvirtual/?p=661).

significativas que possibilitam apropriar-se criticamente das experiências vividas (seus saberes e sentimentos), compreendê-las teoricamente e orientá-las para o futuro com uma perspectiva transformadora (2012, p. 84).

Oscar entende que as características fundamentais da sistematização são as seguintes: “1. *Produz conhecimentos a partir da experiência que apontam a transcendê-la* (2012, p. 103-104); 2. *Reconstrói historicamente o sucedido, para interpretá-lo e obter aprendizagens* (2012, p. 104-105); 3. *Valoriza os saberes das pessoas que são sujeitos das experiências* (2012, p. 105-106); 4. *Contribui para identificar as tensões entre o projeto e o processo* (2012, p. 106-109); 5. *Identifica e formula lições aprendidas* (2012, p. 109-110); 6. *É possível documentar as experiências e elaborar materiais e produtos comunicativos de utilidade para o trabalho das organizações* (2012, p. 110-112); 7. *Fortalece as capacidades individuais e de grupo* (2012, p. 112-113); 8. *As pessoas que são protagonistas da experiência devem ser as principais protagonistas de sua sistematização, pese a que, para realizá-la, possam requerer apoio ou assessoria de outras pessoas* (2012, p. 113-115).

Fazendo um resumo das múltiplas utilidades e potencialidades da sistematização, Jara¹⁶ diz que há pelo menos cinco grandes campos para os quais seus processos e produtos podem servir:

1. Para compreender mais profundamente nossas experiências e assim poder melhorá-las;
2. Para trocar e compartilhar nossas aprendizagens com outras experiências similares;
3. Para contribuir com a reflexão teórica e conhecimentos surgidos diretamente das experiências;
4. Para retroalimentar orientações e diretrizes de projetos ou instituições grandes a iniciar das aprendizagens concretas vindas das diversas experiências particulares;
5. Para fortalecer a identidade coletiva de uma instituição ou organização (2012, p. 116-117).

16 Elza M. F. Falkembach diz que: “A reflexividade que a sistematização exige dos sujeitos, ao promover a análise e reconstrução dos significados, relações e ações que dão identidade as suas práticas, estará, sem dúvida, ampliando a capacidade crítica dos mesmos e as suas percepções sobre o que vem se passando em outras esferas do social. Poderá complexificar necessidades, sentimentos, vontades, valores e significados. Esclarecer os nexos entre os movimentos de práticas singulares e as dinâmicas da sociedade. Potencializar a criatividade e a sociabilidade individuais e também dos coletivos que as práticas representam” (no texto “*Sistematização, uma arte de ampliar cabeças*” (Mimeo, 2006). Disponível em: www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/89/f1293uma-arte-de-ampliar.pdf).

Elza M. F. Falkembach diz que

A sistematização transforma as práticas sociais em objeto de investigação – objeto construído; problematiza essas práticas, as recorta e as trata a partir de um foco [...]. Pretende, contudo, desde um foco transformá-las em objeto para o pensamento, isto é, propiciar aos seus integrantes a tomada de distância crítica e identificar as relações que elas configuram, o que elas produzem e as verdades que afirmam. [...] A sistematização intensifica a vivência coletiva no interior da prática social em estudo. Procura fazer com que os processos instalados afetem e convoquem seus integrantes a narrá-la, sob o foco definido, marcando essas narrativas com significados diversos, como são diversas as vozes que narram. [...] Ao transformar a prática em objeto de reflexão, a sistematização estará se constitui como um espaço investigativo e educativo; se faz mediadora entre a formação de sujeitos de pensamento e ação [...] por meio de um processo de produção de conhecimentos que se desdobra em desencadeador de aprendizagens. [...] Faz da prática experiência, isto é, vivência refletida e, para melhor compreendê-la, complementa a narrativa com a descrição das condições sociais e políticas que possibilitaram sua emergência. [...] Trabalha com os conflitos, transformando-os em objeto de reflexão. [...] Instiga e prepara os sujeitos da prática para, a partir dela e das aprendizagens possibilitadas pela sistematização, assumir atitude de experimentação desde os seus cotidianos: criação de novas formas de organização, gestão e participação de empreendimentos produtivos, processos organizativos, educativos e de promoção social. [...] Possibilita divisar aspectos e caminhos a serem erradicados, reconstruídos e/ou reforçados para orientar ou reorientar a prática: criar novas estratégias de relação com a sociedade civil e com o Estado, inclusive no âmbito da negociação e criação de políticas públicas. [...] Dá espaço para a maturação dos sujeitos, na medida em que amplia o seu universo de comunicação, de sociabilidade e a sua reflexividade.

Oscar Jara¹⁷ chama a atenção para as “condições para sistematizar experiências” e lista as “condições pessoais”, que são: “interesse em apren-

17 Alfredo Ghiso, no mesmo texto já referido, diz que “A toda sistematização lhe antecede uma prática. [...] Todo sujeito é sujeito de conhecimento e possui uma percepção e um saber produzido por sua prática. [...] Todo processo de sistematização é um processo de interlocução entre sujeitos nos quais se negociam discursos, teorias e construções culturais. [...] A sistematização, como processo de construção de conhecimento sobre uma prática social, não é neutra, pelo contrário, o interesse que o direciona e os princípios éticos que o enquadram são eminentemente

der com a experiência; sensibilidade para deixar que a experiência fale por si mesma; habilidade para fazer análise e síntese” (2012, p. 141-146); e as “condições institucionais”, que são: “a busca da coerência para o trabalho em equipe; a definição de um sistema integrado de funcionamento institucional; o impulsionamento de um processo acumulativo dentro de nossas instituições” (2012, p. 146-151).

Em termos de metodologia de sistematização, Oscar Jara sugere “cinco tempos”¹⁸ para a sistematização. Ele faz indicações de aspectos centrais em cada um dos tempos:

- 1) O ponto de partida: a experiência: ter participado da experiência; contar com registros da(s) experiência(s).
- 2) Formular um plano de sistematização: para que queremos sistematizar? (definir o *objetivo*); que experiência(s) queremos sistematizar? (delimitar o *objeto*); que aspectos centrais nos interessam mais? (precisar um *eixo de sistematização*); que fontes de informação temos e precisamos? que procedimentos vamos adotar e em que momento?
- 3) A recuperação do processo vivido: reconstruir a história da experiência; ordenar e classificar a informação.
- 4) As reflexões de fundo: processos de análise e síntese; interpretação crítica.
- 5) Os pontos de chegada: formular conclusões, recomendações e propostas; definir estratégia para comunicar as aprendizagens e as projeções (2012, p. 181-218, particularmente do quadro que está nas p. 219-221).

Tomando por base o que acumulamos podemos concluir que: não existem práticas perfeitas e nem definitivas, mesmo que sejam únicas e possam ser conhecidas e compartilhadas; práticas são suscetíveis à crítica nascida do confronto com outras práticas e com diferentes interpretações dos sujeitos; os conflitos, as tensões e as contradições presentes nas práticas podem ser percebidas, discutidas, elaboradas, enfrentadas... superadas; o Projeto, o Processo e os Resultados podem ser confrontados para perceber mudanças, opções, entraves, fatores decisivos; e o processo realizado nas práticas

emancipadores e transformadores. [...] Na sistematização interessa tanto o processo quanto o produto” (tradução nossa).

18 No mesmo texto já referido, Elza Maria Fonseca Falkembach fala em “oito momentos” que são: 1) Aproximação dos sujeitos da sistematização; 2) Elaboração do Projeto; 3) Viabilidade da Sistematização; 4) Registros e informações; 5) Construção das narrativas; 6) Reflexão e teorização; 7) Reconstruções; e 8) Produtos para comunicação. Em boa medida e salvas as diferenças, podem ser comparados, já que os itens 1 e 2 somente tem nomes distintos para os dois casos; os itens 3, 4, 5 de Elza podem ser abrigados no item 3 de Oscar; os itens 6 e 7 de Elza no item 4 de Oscar; e o item 8 de Elza no item 5 de Oscar.

permite perceber capacidades e as relações de poder entre os agentes da prática e como estas interactivam nos processos de aprendizagem.

Oscar Jara lista um conjunto de aspectos que mostram como a sistematização pode contribuir para melhorar a própria prática, mas que também podem ser indicativos para observar em processos de sistematização:

Questionar o modelo de intervenção ou a metodologia que está se levando a cabo e propor uma diferente; reconhecer que há uma variação excessiva entre os objetivos e formas de ação de cada etapa e reformular o plano de ação futura para buscar maior continuidade; identificar que a prática está caindo em um ativismo constante sem acumulação de processo e que se deveria voltar a priorizar as atividades; perceber as ações que são feitas de forma rotineira, que estão desconectadas do conjunto do trabalho e que, portanto, deveriam ser restringidas ou eliminadas; destacar as iniciativas inovadoras que dinamizaram o processo e que deveriam ser incentivadas no futuro; valorizar o papel de determinada equipe, de um grupo de pessoas ou uma linha de ação que, embora aparecesse despercebida, significava um ponto de coerência e articulação que deveria ser reafirmado; constatar que as fases reais do processo foram muito diferentes das que estavam previstas no projeto e que, portanto, nos próximos projetos deveriam ser considerados novos fatores para torná-los realistas; resgatar da experiência os aspectos que foram decisivos nas mudanças relevantes, para, intencionalmente, incluí-los nas próximas intervenções (2012, p. 121-122).

Sugestões de aspectos a observar no processo

Todo o processo de sistematização tem um foco nas metodologias das práticas formativas de educação popular com um recorte de enfoque preciso que é o das tecnologias digitais. Por isso é central levantar questões que tomem este elemento, sem é claro desconsiderar os demais.

Os sistemas tecnológicos não são neutros, pois têm uma arquitetura voltada a promover seus objetivos e interesses econômicos e políticos e, ao definirem regras, terminam por modular o comportamento dos seus usuários e inclusive condicionam os processos e resultados de diversas formas.

O processo de sistematização observará as práticas tomando em conta preocupações que serão transformadas em orientações da observação e em elementos de reflexão no documento de orientação metodológica do processo de sistematização que será construído com a participação dos/

as sistematizadores/as e dos/as colaboradores/as, além de representantes das organizações participantes do processo de sistematização. Entre as preocupações que serão consideradas estão as seguintes: a) a concepção de formação; b) a posição metodológica e a articulação com os métodos, procedimentos, didáticas e estratégias educativas e aproveitamento da aprendizagem; c) o sentido de “virtual”, de “digital” em relação com “realidade”; d) a concepção de tecnologia e de meios tecnológicos e suas dinâmicas de controle e vigilância; ferramentas tecnológicas utilizadas em processos formativos (adequação, disponibilidade e outros aspectos); relação entre condições de acesso e qualidade da tecnologia com a aprendizagem realizada; e) questões como: o sentido de presença e de proximidade, da corporeidade, de temporalidade e espacialidade, de dialogicidade, de discursividade, “slogonização”/ aprofundamento, construção de vínculos e relações, criação do “em comum”, além do tema da recursividade entre outros.

Observamos adicionalmente o que diz respeito às condições de acesso dos sujeitos e como estas limitam a participação nas práticas formativas. Considerando que $\frac{1}{4}$ dos brasileiros ainda não possui acesso à Internet e 60% só o fazem por meio de um celular com franquias, as atividades formativas podem esbarrar nessa realidade da estrutura desigual de conectividade no Brasil.

As dinâmicas de controle e vigilância são chave e merecem ser desenvolvidas de modo a perceber como tais sujeitos entendem o processo de coleta e processamento de seus dados bem como dos dados da organização da qual fazem parte. Uma vez que trabalham com os participantes dos processos formativos, pode ser um caminho interessante também observar como organizam a coleta de dados, já que aspectos tanto legais (adequação à Lei Geral de Proteção de Dados) como éticos e políticos (promover iniciativas formativas que não maximizem a coleta de dados).

A relação entre os sistemas tecnológicos e os sujeitos e como os primeiros regulam, limitam e modulam as práticas dos segundos é outro aspecto fundamental. Retomando a noção das plataformas como mediadores ativos, e não neutros, as práticas formativas atuam dentro dos limites e das regras destes sistemas, sendo importante compreender a maneira como esta arquitetura é apreendida e como os agentes a ajustam aos seus interesses, tanto em um sentido limitador quanto em um caráter subversivo.

Levantam-se aspectos diversos que, sugere-se, sejam tomados em conta no processo de sistematização, podendo vir a constituir subsídios para a formulação de questionamentos, para a orientação da busca de subsídios

junto às práticas e para animar reflexões e debates que possam ajudar na elaboração do documento final. Seguem os questionamentos:

1. O que levou à definição das práticas metodológicas de formação em educação popular, ou, o que justifica que aquela ação escolhida para a sistematização se constitui em uma prática metodológica de formação em educação popular?
2. Qual a concepção de educação popular e como se expressam os elementos desta concepção na prática metodológica escolhida para a sistematização? Quais os desafios, contradições e tendências avaliadas pelo grupo em relação à ação escolhida para a sistematização?
3. Qual a concepção de tecnologia em geral e de tecnologia da informação, meios digitais, como compreende as plataformas e recursos tecnológicos utilizadas nas ações formativas escolhidas para a sistematização? O que mudou nessas concepções a partir do uso mais intenso dessas tecnologias durante a pandemia?
4. Quais as diferenças percebidas em experiências práticas anteriores sem o uso (ou com uso restrito) das tecnologias e a experiência em sistematização considerando aspectos como as aprendizagens construídas, a formação de coletivos, a convivencialidade, a participação e compartilhamento, a segurança, a criatividade e a eficácia na transformação subjetiva e objetiva das ações empreendidas? O que marca a singularidade de cada uma das práticas?
5. Quais foram os procedimentos didáticos, o desenvolvimento das atividades formativas, os critérios e os recursos de avaliação do processo realizados na prática que está sendo sistematizada? Qual a avaliação da plataforma em relação às práticas formativas? Que tipo de atividades ela permite e ou facilita? Que tipo de atividades ela impede ou limita? Quais práticas tiveram de ser ajustadas em função dessas limitações da plataforma? Qual o impacto disso no processo formativo?
6. Qual o grau de elaboração coletiva, pesquisa, debate, deliberação a respeito dos recursos metodológicos considerando acessibilidade, disponibilidade, adequação, entre outros, que levaram à escolha da ferramenta (plataforma e recursos) utilizados na ação formativa utilizada? Como se deu o processo de escolha da plataforma para as atividades formativas? Quem foram os responsáveis pela decisão? Houve análise de outras alternativas? Caso sim, quais as razões para a escolha da plataforma selecionada?

7. O movimento fez um levantamento acerca das condições de acesso dos participantes? Como as condições de acesso restringem de alguma forma a participação dos sujeitos? Quais ajustes o movimento fez diante dessas restrições?
8. Qual o conhecimento dos sujeitos da forma de funcionamento das plataformas? Já leram os termos de serviço, as diretrizes da comunidade e a política de privacidade? Já refletiram sobre os objetivos econômicos e políticos por trás dessas plataformas? A quem elas beneficiam?
9. Houve e em que grau e como foi equacionada a questão da produção e coleta de dados dos/as participantes? Sabem quais dados dos sujeitos a plataforma coleta? Sabe como estes dados são tratados? Sabe quem esses dados são compartilhados? Os organizadores da prática formativa conhecem os requisitos fixados pela legislação brasileira de proteção de dados? Os dados coletados foram pensados a partir da legislação e de uma concepção de proteção de dados?
10. Houve discussão no movimento acerca da busca de soluções alternativas? Houve debate sobre o uso de soluções livres? Caso sim, como este se deu? O movimento possui alguma instância voltada à área de comunicação ou tecnologia? Como os debates sobre o uso de plataformas nas ações do movimento são problematizadas nessas instâncias?

Há a questão da consideração dos acumulados próprios de cada prática e daqueles elementos metodológicos que podem ser articulados a partir do comparativo entre as práticas como espécies de “achados metodológicos” que poderão dar base para a construção do que haveria de “em comum” ente as diversas práticas. Esta observação aponta para a necessidade de uma construção que dialogue diretamente com cada prática a ser sistematizada, além do olhar comum. Por isso, será fundamental que estas questões sejam “traduzidas” para a interlocução com cada uma das práticas.

Fundamental o diálogo e a construção de modo que as várias possibilidades conceituais e teóricas, as várias posições que forem aparecendo no processo de sistematização sejam tomadas em conta e trabalhadas no próprio processo de sistematização, dentro do limite do possível e próprio num processo deste tipo. É recomendável que os referenciais das práticas e dos/as sujeitos/as participantes do processo de sistematização sejam explicitados, tematizados, debatidos. Ou seja, trata-se de identificar as diversidades, os conflitos, as diferenças, as divergências, as contradições, enfim, os diversos aspectos que poderiam ser percebidas. Trabalhar com elas significa colocá-las em diálogo e, com elas, promover, não sincronização

ou homogeneização, mas o trabalho dialógico que será guia metodológico, epistemológico, político e ético, de modo que, sendo possível pode-se chegar a convergências, sínteses; não havendo, explicitem-se as divergências inclusive no próprio documento final.

A reconstrução do processo vivido, de modo que as vivências possam se constituir em experiências e que as práticas também alcancem o sentido de experiência prática é o desafio. A memória do processo ganha força ímpar e sugere-se que se trabalhe articulando os aspectos recentes, mas também que sejam consideradas as memórias da longa ancestralidade que possam se entrelaçar nas memórias mais imediatas. Também é fundamental que os/as sujeitos, em sua pluralidade e diversidade, sejam agentes fundamentais da construção da sistematização. Marcadores de gênero, de orientação sexual, étnico-raciais, de classe, de geração, de territorialidade entre outros marcadores, são centralidades (mais do que transversalidades) a serem trabalhados na consubstancialidade e também na interseccionalidade da interação entre eles e de sua estruturalidade para a determinação das relações e dos processos formativos.

O sentido é uma construção em processo no qual a presença plural e diversa é fundamental. Não há um sentido prévio e pronto “escondido” em algum lugar a ser buscado. Assim como não há uma verdade única e pronta. A sistematização é um exercício de produção de sentido e de construção de verdades. A diversidade e a pluralidade das posturas e dos/as sujeitos/as que participam do processo é o principal fiador da construção do sentido. Esta construção sugere trazer o sentido “implícito” que orientou a prática quando foi desenvolvida para dialogar com ele desde nossa intencionalidade e alimentar essa construção. O sentido chega ao processo de sistematização pelo que se construiu para mais além das práticas específicas, de perto e de longe, se configura nelas e seguirá além delas. Não se trata de “fundir” posições ou mesmo perspectivas, trata-se de buscar possíveis “equivalentes” que possam sugerir pontes entre os/as diversos em construção dialógica, por isso aberta. Assim, a sistematização fará um exercício de organização de sentidos presentes nas práticas, mas não o esgotará, dado que as transcende.

Eixo temático

O que se disse no item anterior orienta a construção do/s eixo/s temático/s da sistematização. Falamos em plural pois necessariamente assim há de ser no processo aqui em construção, seja porque a sistematização de

cada prática terá seu próprio eixo, e que o eixo comum a todas elas também servem como balizas, abrindo-se para possibilidades outras.

A questão fundamental é definir, como sugere Oscar Jara, “qual aspecto central dessas experiências nos interessa mais?” (2018, p. 146). Essa escolha é orientadora e sua definição enfoca a abordagem e será determinante para a construção da leitura da prática, que será sempre interessada. O limite e a limitação que esta escolha gera é intencionalmente definido e está ciente de que assim como orientará os “achados”, também condicionará os “perdidos”, sendo que estes últimos seguirão presentes nas práticas sistematizadas, mas não serão explicitados, permanecendo aberta a possibilidade de leituras outras destas práticas.

O eixo comum da sistematização seja: ***fatores que fragilizaram e/ou potencializaram a resistência e a ação transformadora das práticas formativas na educação popular realizada com tecnologias digitais no contexto da pandemia Covid-19.***

Objetivos

Geral

Sistematizar práticas metodológicas de formação na educação popular realizadas em ambiente virtual desenvolvidas por sujeitos sociais populares em suas organizações no contexto da pandemia Covid-19 (abril 2020 e março 2021) a fim de acumular subsídios para sua recomendação a processos formativos e organizativos.

Específicos

1. Reunir experiências de práticas formativas dos principais sujeitos sociais populares do Brasil para promover sua sistematização participativa e construir aprendizagens significativas desde os desafios atuais;
2. Constituir espaços de trocas de saberes e experiências metodológicas, encontros reflexivos e de aprofundamento sobre novas metodologias formativas na perspectiva de uma educação popular transformadora que fortaleça os processos organizativos das organizações e movimentos sociais;
3. Elaborar documento de sistematização de cada uma das práticas definidas como referenciais para o processo de sistematização;

4. Elaborar documento com os elementos comuns às práticas específicas para sua recomendação a outros processos formativos populares;
5. Colaborar com a produção, adequação e teste de ferramentas para uso pedagógico em ambiente virtual nas ações formativas e organizativas do CEAP.

Detalhamento da metodologia

No processo de detalhamento da metodologia é fundamental distinguirmos o que é o “plano” de sistematização, o “processo” de sistematização e o “produto” da sistematização. Ainda que todos eles estejam muito articulados entre si, uns e outros se distinguem tanto em procedimento quanto em ênfase e, sobretudo, no que podem gerar. A proposta de processo metodológico para a efetivação da sistematização proposta está descrita em geral no Termo de Referência, cuida-se aqui de detalhar e explicitar seus elementos.

Momento 1: Atuação de Grupo de Trabalho Sistematização

Este momento consiste na reunião de um Grupo de Trabalho (GT Sistematização – GTS) formado por sistematizadores/as (equipe do CEAP), colaboradores (pesquisadores/as voluntários/as) e agentes formativos/as de referência (representantes das práticas a serem sistematizadas) para conduzir todo o processo de sistematização. Este GTS será coordenado por um sistematizador a ser designado pelo CEAP. A composição final será definida a partir da posição da direção do CEAP. Os representantes de organizações e movimentos sociais populares cujas práticas serão sistematizadas serão por elas definidos entre seus membros que tenham atuado diretamente nos espaços formativos e, preferencialmente, na experiência prática que será sistematizada e que tenham disposição para participar ativamente do processo de sistematização, envolvendo-se nas atividades do GTS. O processo de formação do GTS também inclui a realização de reuniões (encontros de trabalho, seminários debate, sessões de estudo e rodas de diálogo) para subsidiar os processos de elaboração individual e coletiva. A periodicidade e a natureza das reuniões serão definidas no primeiro mês de atividades. Ver anexo a Agenda de Atividades do GTS.

Momento 2: Definição de Marco Referencial de Orientação da Sistematização (MROS)

Este momento consiste na elaboração do Marco Referencial de Orientação da Sistematização incluindo o conjunto do processo e a metodologia de sistematização, assim como dos recursos e ferramentas para coleta de materiais, os critérios para trabalho com saberes e práticas a serem sistematizadas, entre outros aspectos. Também inclui os roteiros para a elaboração do documento que contenha a descrição da prática e sua análise crítico-interpretativa-problematizadora. A elaboração será feita a partir de proposta da Coordenação do GTS e em Sessões de Estudo e debate com participação dos/as componentes do GTS. Em complementação à elaboração do MROS geral (este documento), cada uma das práticas a serem sistematizadas terá a elaboração do Plano de Sistematização da Prática Específica (PSPE), cuja proposta de roteiro está apresentada em seguida.

Momento 3: “Imersão” na Prática

Este momento constitui-se no ponto central do processo de sistematização e consiste na “ida a campo”, no diálogo entre sistematizadores/as e os/as agentes formativos/as de referência escolhidas por cada organização ou movimento social popular para participar do processo. Inclui identificar, selecionar, classificar e organizar materiais, saberes e práticas que servirão de subsídio para a sistematização (textos, audiovisuais, jogos, registros fotográficos, relatórios e outros documentos) – que serão todos digitalizados. Os subsídios serão complementados com momentos que contarão com recursos apropriados podendo ser usadas entrevistas, grupos focais, rodas de conversa, entre outras possibilidades que permitam a imersão mais profunda possível (considerando que já ocorreram será desde a memória do realizado) nas experiências de práticas formativas que serão sistematizadas. Quanto maior o avizinhamento da prática e dos materiais de registro que puderem ser mobilizados, mais possibilidade de avançar nos momentos seguintes. As práticas previstas para sistematização serão distribuídas entre o grupo de sistematizadores/as de modo que haja proporção de quantidade de práticas das quais cada um/a vai se ocupar. As práticas que serão coletadas serão as mesmas para as quais será elaborado o Documento previsto no próximo momento. O detalhamento da realização deste momento constará do Plano de Sistematização da Prática Específica (PSPE). Para sua viabilização será disponibilizada conta de plataforma para que sistematizadores/as possam

utilizar. Fundamental que sistematizadores/as e as referências de cada prática acordem os aspectos do PSPE para que este momento seja realizado com o máximo de engajamento e de construção coletiva.

Momento 4: Elaboração de Documentos de Sistematização

Este momento se divide em dois movimentos: o primeiro dedicado à elaboração de Documento de Sistematização de cada Prática Específica (DSPE) de cada prática; e o segundo, Documento de Sistematização do Comum (DSC). A elaboração do Documento de Sistematização Específico consiste na redação de elementos que fazem a combinação das reflexões realizadas a partir da imersão realizada, de modo a emergir criticamente delas. No primeiro caso, com base na imersão na prática realizada no Momento 3, o/a sistematizador/a elabora um documento seguindo um roteiro combinado conjuntamente no qual reporta (descreve, reconstrói a memória) a experiência prática sistematizada, apresenta sua análise crítico-interpretativo-problematizadora com base nas referências sugeridas e em suas próprias intuições criativas e, de modo sucinto, sugere suas conclusões, sugestões e/ou recomendações especificamente metodológicas para a formação em ambiente virtual que recolheu da experiência prática sistematizada, cumprindo, desta forma, também o passo da inserção. A elaboração Documento de Sistematização do Comum consiste na reunião das várias contribuições de cada prática específica, observando e recolhendo o que pode ser tomado em comum. Esta parte considera as conclusões, sugestões e/ou recomendações de cada uma das experiências específicas. As coloca sob o crivo da crítica-problematizadora, à luz da educação popular e dos referenciais produzidos em conjunto para esta análise. Tratará de apresentar os elementos de propostas metodológicas para a atuação formativa dos sujeitos sociais populares em ambiente virtual que sejam passíveis de serem considerados em comum, a partir das práticas específicas. Todos os documentos serão trabalhados em plataformas colaborativas para facilitar a contribuição participativa no processo. Sugere-se o seguinte roteiro para o DSPE: 1) *Contextualização*: trata-se de apresentar a proposta de sistematização, resumindo os principais elementos constantes do Plano de Sistematização de modo a situar contextualizadamente o que será sistematizado. 2) *Reconstrução da Prática*: trata-se de fazer a memória histórica do que foi realizado, para isso, informar período, objetivos, metodologia, público participante, atividades realizadas, resultados alcançados e outros aspectos que possam identificar concretamente a experiência realizada – momento descritivo; 3)

Análise e Interpretação da Prática: explicitar as bases de referência da análise (marco teórico-metodológico) retomar os objetivos e o eixo definido e produzir uma análise e interpretação crítica da prática realizada. Identificar tensões e conflitos presentes na prática, bem como os aspectos criativos e inovadores produzidos por ela e nela, os estrangulamentos e os avanços, as dúvidas e incertezas, as convicções e posições afirmadas; 4) *Conclusões e Recomendações:* fazer um balanço da prática para identificar as aprendizagens colhidas da prática, além dos desafios que ficaram a partir da prática, apontar aspectos relevantes para sua replicação em outros espaços. OBS. Estes não se constituem os “títulos”, são indicativos de estruturação lógica (a criatividade das autorias de cada DSPE constituirá os títulos, subtítulos, e outros componentes) ao modo que entender mais adequado. Com base nos pontos de elaboração acima sugeridos, produzir um texto num tamanho de 15 a 25 páginas A4 (sem anexos) que possa conter os diversos aspectos do roteiro do texto. Ao texto sugere-se agregar anexos como fotos, materiais utilizados na prática e outros aspectos relevantes para ilustrar e complementar as informações (em caso de uso de fotos, necessário que sejam informados os créditos e, a depender do caso, pedir a autorização para utilização). Lembra-se que devem ser documentos comunicativos, pois seu propósito é compartilhar os aprendizados e as principais tensões vividas e como foram enfrentadas. Informações mais detalhadas e narrativas podem ser apresentadas em anexos.

Momento 5: Validação e Socialização

Este momento consiste no debate dos Documentos elaborados no GTS no Momento 4 para sua consideração crítica, sua revisão e complementação. O Material também será apresentado à Direção e Equipe do CEAP para a validação da redação final. O acumulado será apresentado em Seminário com a participação do GTS, Direção e Equipe do CEAP, além de convidados/as de movimentos sociais populares definidos pelo CEAP. O texto final (de cada prática e do comum) será publicado em suporte eletrônico para uso do CEAP e com publicidade ampla e sua disseminação pública. Outros produtos de divulgação poderão ser buscados a depender da viabilização de condições para tal. As atividades para cada um destes processos estão previstas na Agenda anexa a este documento. Será também realizado um momento de avaliação de todo o processo de sistematização incluindo neste processo as aprendizagens pessoais dos/as participantes e também as dinâmicas do conjunto do processo. Será muito importante que cada

sujeito/a possa perceber como a experiência de fazer a sistematização tocou sua experiência pessoal e as aprendizagens dela colhidas. Ou seja, haverá um momento de “sistematização da sistematização”, que privilegia o olhar dos/as sistematizadores/as, da coordenação do trabalho, dos/as colaboradores/as e das referências das organizações cujas práticas foram sistematizadas e aprofunda a teorização.

Roteiro sugerido para plano

Este roteiro é sugerido para que seja produzido o Plano de Sistematização de cada uma das práticas específicas (PSPE) a serem sistematizadas. Será construído pelos/as sistematizadores e pelos representantes das organizações que atuarão na sistematização de cada prática

1) *Identificação*: informar instituição (cooperativa, associação, grupo organizado, segmento) e o enunciado da prática a ser sistematizada, além dos/as sujeitos/as que participarão diretamente do processo de sistematização.

2) *Objeto da Sistematização*: o que será sistematizado? Quê experiência? Feita em que lugar? Quando? Por quem? Quem dela participou? (a experiência histórica que foi experimentada e que será aquilo do que será feita a sistematização).

3) *Objetivos da Sistematização*: para que queremos fazer essa sistematização (quais são os resultados e para que vão nos servir) (explicitação do que se pretende com o exercício/processo de sistematização e com seu resultado/produto).

4) *Justificativa da Sistematização*: por que sistematizar a experiência escolhida? (apresentar as razões, os motivos que dão sustentação ao processo de sistematização, qual sua relevância considerando a proposta TR e MROS).

5) *Eixo/s da Sistematização*: qual (ou quais) os aspectos centrais que orientarão a sistematização? (o que vai articular em termos conceituais a sistematização que vai ser realizada, quais são as perguntas-chave)

6) *Concepções em Diálogo*: explicitar o marco teórico, os critérios e conceitos que subsidiarão a análise da prática e sua interpretação crítica e que serão postos em diálogo com ela? (construir a rede de conceitos e posicionamentos que vão subsidiar as análises a serem feitas da prática, explicitando posicionamentos políticos, científicos, ideológicos, éticos).

7) *Aspectos da Prática*: roteiro da reconstrução da prática realizada a ser sistematizada (descrever os itens que serão sistematizados, tomando o todo da prática e estruturando um roteiro do processo de “imersão” e de “coleta” – pode ser uma lista de questionamentos, de preocupações,

os aspectos que serão observados, por exemplo, o planejamento, a realização, os conteúdos, as metodologias, o envolvimento/engajamento dos/as educandos/as, as assessorias ou educadores/as atuantes, a avaliação do realizado, desdobramentos para a organização, entre outros aspectos).

8) *Procedimentos*: quais os procedimentos e passos para realizar a sistematização? (roteirizar a como será feito o processo de sistematização quais os passos, etapas, momentos com os procedimentos em cada um deles complementando o item “aspectos da prática”).

9) *Cronograma*: quais as principais atividades e prazos, se possível já agendar para realizar a sistematização com base nos procedimentos – pode ser apresentado num item em conjunto (fazer uma lista de tópicos do mais antigo ao mais recente para escrever em ordem cronológica e definir uma data de início e término da sistematização)

10) *Referências/Fontes*: listar textos, audiovisuais e descrever as fontes da sistematização (elencar a lista com explicação se necessário).

Cronograma geral

Atividade	Prazo
1 Elaboração do Termo de Referência da Sistematização (TRS)	Fev
2 Apresentação do TRS à Direção e Equipe do CEAP	Fev
3 Constituição do Grupo de Trabalho Sistematização (GTS)	Mar
4 Apresentação e qualificação do TRS no GTS	Mar
5 Elaboração e Definição do MROS no GTS	Mar e Abr
6 Preparação do Processo PSPE	Abr
7 Momento de Imersão nas Práticas	Abr e Mai
8 Elaboração DSPE	Abr a Jun
7 Elaboração DSC	Jun e Jul
9 Validação DSPE e DSC no GTS	Jul
10 Elaboração do texto final DSPE e DSC	Jul
11 Realização de Seminário (divulgação)	Ago
12 Organização da Publicação Eletrônica e Divulgação	Set

Desejos, expectativa e preocupações

Apresentação

Este anexo sistematiza os aspectos recolhidos junto aos sistematizadores/as e aos representantes das práticas em reunião do Grupo de Trabalho Sistematização (GTS) realizada no dia 01 de abril de 2021. Nosso agradecimento a Oscar Jara pela diligente leitura e organização aqui apresentada.

A. Desejos e expectativas

1. Refletir criticamente nossas práticas formativas

- Processo do CEAP como espaço importante para aprofundar uma reflexão que temos feito sobre nossa prática, conhecer outras experiências e possibilidades das organizações.
- Diagnosticar quais as principais contribuições e feitos dos Movimentos Sociais Populares (MSPs) para a sociedade brasileira.
- Fortalecer a identidade de cada agente popular em saúde do campo enquanto um/a educador popular. Discutir estratégias de mobilização coleta e distribuição de alimento, plantio de hortas comunitárias e outras formas de ajudar as famílias garantir alimentação.
- Esperanças que a sistematização contribua para que os movimentos possam ter uma ação reflexiva sobre suas práticas formativas em plataformas digitais.
- Que possamos aprender com os povos originários, as comunidades tradicionais e as comunidades de prática a sabedoria práxica que têm produzido ao longo dos milênios;
- Compreender e ser apreendido pelas ancestralidades.
- Ampliação das compreensões sobre os processos de dominação desenvolvido com os recursos mediáticos e do potencial de resistência dos grupos e movimentos sociais com a utilização das novas tecnologias sociais.

2. Partilhar para melhorar nossas práticas formativas e organizativas

- Partilhar nossas experiências e conhecer novas experiências para aprimorar nossas ações, refletir sobre os desafios da práxis pedagógica emancipadora atravessada pelas tecnologias digitais.
- Fortalecer redes e vivências e inovar as práticas e apropriar das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) na formação permanente.
- Articulação de redes entre os MSPs de maneira que se fortaleçam os laços intra-movimentos e inter-movimentos, levando em conta a identidade de cada qual, mas também suas diferenças, e nesse movimento de singularidades (inter-movimentos) e estruturas (inter-movimentos) construir eixos de luta comum com forte impacto na qualidade de vida de nossa população.
- Meus desejos estão relacionados a possibilidade de vivenciarmos a partilha, a troca de saberes e práticas desenvolvidas por cada organização.
- Que possamos aprimorar e ampliar as experiências de formação digital sem perder nossa prática pedagógica com a sistematização, troca e partilha, colocar em prática também no formato digital o conceito de dialogicidade por meio de interações comunicativas e de escuta, tal como Paulo Freire sempre reafirmou.
- Que a partir da sistematização consigamos construir uma proposta metodológica de formação virtual, sem perder de vista os princípios da educação popular, considerando algumas questões: como integrar a teoria e prática, como articular os conteúdos, metodologia com os modos de vida das pessoas.
- Na nossa experiência os conteúdos das TICs tem sido um elemento motivador para os educandos/as; como ampliar as parcerias, no nosso caso, a ampliação das práticas: como assegurar a participação das comunidades rurais nos processos formativos; como ampliar as parcerias, no nosso caso, a ampliação das parcerias foi maior do que quando realizada de forma presencial.
- Intercambiar experiências com outras organizações, refletir sobre as potências e limites de nossa ação pedagógica e definir melhor nossas expectativas sobre elas.
- Reconhecimento dos agentes populares de saúde do campo dentro dos territórios e pelos órgãos.

- Que possamos sistematizar essas práticas metodológicas de formação em Educação Popular/Virtual/Digital que as organizações vêm realizando para conhecer, melhorar, dar visibilidade para outra organização.
- Trocar experiências, fortalecer, produzir conhecimentos desde os MSPs, para o próprio movimento e para outros movimentos, para as universidades (academia), para a sociedade: os MSPs produzem conhecimento.
- Detectar os métodos/práticas/formação; dialogar com os/as educadores populares e formadores/as; ver os avanços e impasses didáticos/pedagógicos; e o “novo formativo” na educação popular.
- Contribuir para que o reinventar pedagógico seja instrumento de emancipação.
- Trocas significativas... enfrentar o debate sobre tecnologias... para além do que aparece como necessidade.
- Potencializar as ações particulares com as experiências coletivas.
- Que essa rede e os seus produtos se expandam.

3. Contribuir aos debates e processos organizativos dos movimentos de luta, resistência e disputa do poder

- Que consigamos realizar uma sistematização qualificada e que contribua para os debates dos movimentos sociais sobre suas respectivas atuações durante o processo da pandemia. Desejo de contribuir com o processo com questões relacionadas às plataformas digitais. Desejo de aprender mais sobre sistematização e educação popular.
- Fortalecimento e ampliação do potencial crítico e transformador dos movimentos de resistência e de luta pela transformação social, política, cultural e econômica da América Latina e do Brasil. Influência maior da educação popular nas escolas e academias.
- Sermos capazes de produzir nossa narrativa e as condições para ela ser difundida e impactar na realidade social de nosso país e região.
- Potencializar as liberdades públicas e privadas que cada organização atua, porém como foco estrutural, para efetivamente disputarmos o poder (difuso e estatal) no país fascista em que vivemos.
- Contribuir com a formação para que possamos enfrentar os desafios da organização sindical postos nas mudanças no mundo do trabalho (no contexto do capitalismo de plataformas/vigilância) e ao mesmo tempo, fazer usos das TICs como ferramenta na disputa de hegemonia.

- Fortalecer os processos de resistência, cumprir com o alinhamento possível neste contexto histórico aos princípios e valores que não negociam a humanidade.
- Que possamos aumentar nossa força na disputa de poder no Brasil e região.
- A construção coletiva e participativa de alternativas midiáticas para o desenvolvimento de iniciativas populares e democráticas de lutas transformadoras.
- Entender que o processo nunca acaba; o único “mal” é a paralização do movimento e, neste sentido, não há movimento errado se estamos no movimento, eles podem ser aperfeiçoados sempre!
- Produzir encantamento para um mundo desencantado que tenhamos sabedoria e metodologia para construir reflexões que contribuam ainda mais para a luta popular e um mundo mais justo.

4. Fazer um processo de construção motivador, prazeroso

- Participar com contribuições; viver de acordo com o que se acredita; participar da solução; ver respeitados os direitos até então negados.
- Que possamos fazer uma construção coletiva e amorosa nesse processo; que esse processo seja um momento de auto formação e muitas aprendizagens.
- Compor o grupo de sistematizadores de práticas formativas sentimento de alegria e o desejo que foi mobilizado é o da disposição de apreender de contribuir com os conhecimentos adquiridos por anos na academia.
- Que não percamos os desejos de vista – que percebamos os afetos.
- Produzir a esperança que precisamos para viver, assim como o oxigênio que precisamos para respirar, de maneira colaborativa, solidária, de modo a provocar além do compromisso e da luta, a alegria e o gozo.
- A partir da sistematização criamos as condições para aperfeiçoarmos e mobilização da resistência pelos afetos.
- Que as interpretações críticas sejam construídas coletivamente e que o papel dos sistematizadores seja o de estimular essa reflexão crítica.
- Produzir redes e alianças com forte impacto social e também como produção do gozo e da alegria.

Preocupações

1. Sobre a situação, o contexto, a conjuntura

- Desigualdade no Brasil, acesso à banda larga, aos recursos como computador etc., a maioria da nossa população usa celular pré-pago, o que dificulta o uso de várias ferramentas digitais para a formação.
- As possibilidades e limites da Educação Popular e as TICs para o fortalecimento da organização dos trabalhadores.
- Dificuldade no acesso as tecnologias – acesso aos instrumentos e internet.
- Aprofundar metodologias que lidem com as desigualdades estruturais que atravessam as vidas das mulheres, a partir das suas condições de vida e infraestrutura precário de acesso à internet.
- A necessidade das famílias por não ter condições de se manter nesse momento, e isso cresce as necessidades de todos: as famílias estão cada dia sem condições de sobrevivência.
- Atender demandas; não permitir a invisibilização.
- Dificuldades no enfrentamento dos problemas de ampliação da utilização dos recursos midiáticos pelos grupos conservadores, reacionários, antidemocráticos, fascistas, racistas, homofóbicos.
- Questão da insegurança diante da vulnerabilidade das plataformas e o possível uso para controle, manipulação e controle dos grupos e movimentos sociais.

2. Que seja útil para nossas práticas concretas

- Conciliar as demandas do processo com nossa dinâmica de balanço dentro da organização ao longo de 2021.
- Compreender na complexidade a razão do não acesso aos saberes milenares.
- Preocupação é com o lugar da técnica nas atuais configurações do poder: isso não significa pensar só na tecnologia, menosprezando a economia política.
- Precisamos reconhecer que não é mais só palavra que a resistência será mobilizada, mas pelos afetos.
- Não nos percamos em macronarrativas ou conceitos prontos e estejamos abertos ao que “advém” das práticas como práxis libertadora – lidar com a pluralidade sem uniformização.

- Que a prática e a teoria sejam vistas como uníssonas, sem dicotomia e hierarquização entre elas.
- Que tenhamos uma polilógica na sistematização das práxis dos MSPs e que, portanto, não prevaleça um tipo de abordagem (classista, por exemplo) mas façamos da interseccionalidade uma prática, da complexidade uma atitude, da interdisciplinaridade uma regra.
- Integrar a diversidade de temáticas, de lutas e de sujeitos sociais populares.

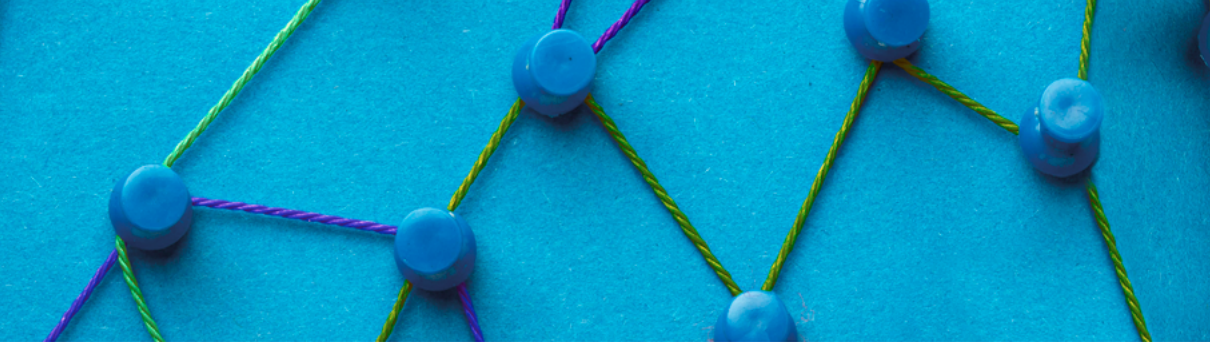
3. Que fortaleça o sentido estratégico

- A minha preocupação é o quanto estou aberto eu tenho o entendimento do significado do “reinventar” a forma de fazer educação popular, levando em conta o novo contexto.
- Como manter os princípios da educação popular com a utilização dos recursos tecnológicos midiáticos.
- Que o horizonte de produção conjunta não apague as singularidades e diferenças de cada qual nesse processo, sabendo valorizar cada modo de expressão, linguagem, prática, reflexão, histórico, pertencimento, etc.
- Que a corporeidade encontre espaço nos nossos trabalhos de práxis de libertação, para não sermos a expressão do logocentrismo e não ficarmos reféns de uma “racionalização” do processo de formação em Educação Popular; que a corporeidade seja uma linguagem efetiva e transversal a todos/as/es nós.
- Que o trabalho não fique reduzido ao “político” e “social”, e que tenhamos a sagacidade de perceber e promover os avanços (e limites) estéticos, epistemológicos, de linguagens e plataformas de comunicação.
- Que a escuta seja radical!!!
- Garantir que o processo seja efetivamente de síntese, crítica e criação, ou seja, criar as condições durante todo o processo para o exercício da crítica, da autocrítica e da proposição criativa.
- Valorizar e visibilizar as práticas, buscar uma mística interativa e valorizar o nome (pessoa/ movimento) e as práticas de resistência.

4. Preocupações metodológicas e operacionais

- Como envolver os educandos/educandas na pesquisa.
- Com o tempo curto.

- Que o processo de sistematização possa ser o máximo dialógico possível e que considere as necessidades e interesses dos movimentos sociais participantes.
- Do produto do trabalho de sistematização circular para muito além dos participantes desse processo em particular, podendo ser estendido a outros muitos MSPs.



PRÁTICAS SISTEMATIZADAS

Curso de formação em plataforma digital Moodle: Moodle para administradores e professores

CUT - Central Única dos Trabalhadores

Territórios livres, tecnologias livres

Intervezes - Coletivo Brasil de Comunicação Social

Conaq - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

MMTR-NE - Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste

Curso de extensão padre Hilário Dick: acompanhamento e assessoria pastoral para jovens

PJ - Pastoral da Juventude

Curso de formação de agentes populares de saúde

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

Campanha “Feminismo com quem tá chegando”

ULF - Universidade Livre Feminista

Curso de formação de multiplicadores/as em práticas integrativas e complementares em saúde

Contag - Confederação Nacional dos Trabalhadores(as) Rural Agricultores Agricultoras Familiares

Curso de formação em aulas transmitidas pelo Facebook e YouTube, nas páginas oficiais do Morhan Nacional

Morhan - Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase

Plataforma digital: a experiência da Unisol com ATER no Baixo Sul da Bahia 2020

Unisol Bahia - Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

Formação na ação e a formação através de parcerias

MNPR - Movimento Nacional de População de Rua

Curso de formação política da Escola de Ativismo e Formação Política Beatriz Nascimento

Odara - Instituto da Mulher Negra